



MEGAPESCA

Rua Gago Coutinho 11 Valado de Santa Quitéria 2460 – 207 Alfeizerão Portugal
Telefone: (+351) 262 990 372 Fax: (+351) 262 990 496

EMAIL: megapesca@mail.telepac.pt Website: <http://www.megapesca.com>

**Secretaria Regional da Agricultura e Pescas
da Região Autónoma dos Açores
Direcção Regional das Pescas**

Estudo Sócio-económico do Sector das Pescas dos Açores 2002

Relatório Final – Vol. 1 de 2

Por:

Dr. Helder Marta N. Silva
Doutor Ian Goulding

Agosto, 2003

ÍNDICE

1	Introdução.....	1
2	Objectivos.....	1
3	Metodologia Geral.....	1
3.1	Fontes de informação.....	2
3.2	Itens programados não abordados.....	3
3.3	Ano de Referência do Estudo.....	3
3.4	Nível Geográfico.....	4
4	Caracterização Global da Fileira das Pescas.....	4
5	Frota e Produção.....	6
5.1	Metodologia específica.....	6
5.2	Frota em Actividade e Produção em 2001.....	8
5.2.1	Frota em actividade por Segmentos Principais.....	8
5.2.1.1	Resultados.....	8
5.2.1.2	Discussão.....	10
5.2.1.3	Conclusões.....	11
5.2.2	Frota polivalente por comprimento e artes predominantes.....	12
5.2.2.1	Resultados.....	12
5.2.2.2	Discussão.....	13
5.2.2.3	Conclusões.....	13
5.2.3	Caracterização das artes de pesca principais.....	14
5.2.3.1	Resultados e Discussão.....	14
5.2.3.2	Conclusão.....	15
5.2.4	Produção (Volumes de Venda).....	16
5.2.4.1	Metodologia específica.....	16
5.2.4.2	Resultados.....	16
5.2.4.3	Discussão.....	18
5.2.4.4	Conclusões.....	20
5.2.5	Custos e rendimentos da Frota.....	20
5.2.5.1	Metodologia.....	20
5.2.5.2	Resultados e Discussão.....	21
5.2.5.3	Conclusões.....	27
5.3	Nível de Actividade / Produtividade da Frota.....	28
5.3.1	Metodologia.....	28
5.3.1.1	Cálculo dos dias de mar por embarcação por ano.....	28
5.3.1.2	Cálculo dos níveis de actividade da frota em 2001.....	30
5.3.1.3	Razões para a inactividade das embarcações.....	31
5.3.2	Resultados.....	32
5.3.3	Discussão.....	38
5.3.3.1	Total frota activa.....	38
5.3.3.2	Frota de convés fechado.....	38
5.3.3.3	Frota de convés aberto.....	38
5.3.3.4	Frota por ilhas.....	39
5.3.3.5	Razões para a inactividade da frota.....	40
5.3.4	Conclusões.....	40
5.3.5	Produtividade e Valor Acrescentado por Segmento Padrão (Modelos).....	41
5.3.5.1	Metodologia específica.....	41
5.3.5.2	Resultados e Discussão.....	41
5.4	Produtividade em Segmentos Específicos.....	46
5.4.1	Metodologia.....	46
5.4.2	Resultados e Discussão.....	48
5.4.3	Conclusão.....	49
5.5	Capturas não contabilizadas na Produção.....	53
5.5.1	Metodologia - Capturas não Registadas.....	53
5.5.2	Resultados e Discussão.....	54
5.5.2.1	Pescado capturado utilizado para isco.....	54
5.5.2.2	Pescado capturado para consumo próprio.....	55
5.5.2.3	Pescado capturado vendido directamente a terceiros.....	57
5.5.3	Conclusão.....	57
5.6	Produção e rentabilidade do segmento de frota dirigido à pesca de peixe-espada preto.....	58

6	Caracterização do Emprego na Pesca	59
6.1	Introdução.....	59
6.2	Metodologia	59
6.2.1	Cálculo do total de pessoas na pesca	59
6.2.2	Cálculo do Equivalente Tempo Completo.....	60
6.2.3	Cálculo das pessoas a tempo completo efectivo e part-time.....	60
6.2.4	Cálculo de um rácio grosseiro de emprego na pesca	61
6.2.5	Estrutura etária dos marítimos	61
6.3	Resultados e Discussão	62
6.3.1	Estrutura etária.....	65
6.4	Conclusão.....	66
7	Níveis de Dependência na Fileira das Pescas	66
7.1	Introdução.....	66
7.2	Metodologia	67
7.3	Resultados	68
7.3.1	Rácio do emprego.....	68
7.3.1.1	Rácio do emprego na actividade da pesca.....	68
7.3.1.2	Rácio do emprego das actividades de processamento.....	69
7.3.1.3	Rácio do emprego do total da Fileira	70
7.3.2	Rácio da Mais Valia	70
7.4	Análise do Nível de Dependência	73
8	Sector de Processamento e Pescado Fresco - Produção.....	75
8.1	Metodologia específica.....	75
8.2	Sector de pescado fresco	76
8.2.1	Produto escoado.....	76
8.2.2	Mercados de destino	78
8.2.3	Empresas e recursos humanos	79
8.2.4	Conclusão	80
8.3	Sector conserveiro	80
8.3.1	Resultados e Discussão.....	80
8.3.2	Conclusão	85
9	Emprego no Sector do Processamento e Comércio de Pescado	86
9.1	Metodologia	86
9.1.1	Questionário dirigido às pessoas ao serviço no sector conserveiro	86
9.1.1.1	Questões principais e Metodologia específica	86
9.1.1.2	Metodologia específica – análise da amostra (Indivíduos femininos a termo incerto)	88
9.2	Resultados e Discussão	89
9.2.1	Caracterização genérica do emprego no sector do processamento	89
9.2.2	Caracterização particular do emprego no sector das conservas.....	90
9.2.2.1	Características sócio-económicas (idade, habilitações e qualificação).....	93
9.2.3	Formação Profissional	98
9.2.4	Dependência da economia familiar.....	99
9.3	Conclusões	101
10	Conclusões Finais.....	102
10.1	Frota, Produção e Marketing	102
10.2	Recursos humanos na pesca	104
10.3	Dependência da Fileira das pescas	105
10.4	Indústria das Conservas.....	105

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1; Frota activa nos Açores em 2001.....	4
Tabela 2; Desembarques em valor e quantidade (1996 – 2001).....	5
Tabela 3; Designação e descrição dos segmentos da Frota Polivalente de Convés Fechado.....	7
Tabela 4; Designação e descrição dos segmentos da Frota Polivalente de Convés Aberto.....	8
Tabela 5; Açores: Frota Activa.....	8
Tabela 6; Frota Polivalente: Convés fechado e aberto.....	9
Tabela 7; Frota de Convés Fechado: Distribuição por Ilha.....	9
Tabela 8; Frota de.....	9
Tabela 9; Açores: Atuneiros - Convés Fechado.....	10
Tabela 10; C. Aberto: Principais Ilhas (Caracterização percentual).....	11
Tabela 11; Açores: Frota - Convés Fechado por Segmento (comprimento e arte).....	12
Tabela 12; Açores: Frota - Convés Aberto por Segmento (comprimento e arte).....	12
Tabela 13; Açores: Artes de pesca predominantes por Ilha.....	15
Tabela 14; Frota activa por escalão de volume de vendas por Ilha.....	16
Tabela 15; Escalão de volume de vendas-(Convés Aberto, inferior ou igual a 6m).....	17
Tabela 16; Escalão de volume de vendas (Frota de Convés Aberto).....	17
Tabela 17; Escalão de volume de vendas-(Convés Fechado).....	18
Tabela 18; Escalão de volume de vendas-(Atuneiros).....	18
Tabela 19; Caracterização das Variantes de Frota definidas para aplicação de modelos de custos.....	25
Tabela 20; Estrutura de Custos e Receitas por Unidade Capturada por Segmentos de Frota Principais segundo as variantes definidas.....	26
Tabela 21; Factor multiplicador e padrão dos dias de mar assumidos para determinação do nível de actividade das embarcações.....	30
Tabela 22; Distribuição da Frota por Níveis de Actividade.....	32
Tabela 23; Distribuição da Frota (Convés Aberto/Fechado) por Níveis de Actividade.....	33
Tabela 24; Açores: Frota com Actividade Plena - Convés Fechado por Segmento.....	33
Tabela 25; Açores: Frota com Actividade Plena - Convés Aberto por Segmento.....	34
Tabela 26; Açores: Frota com Actividade Plena - Convés Aberto/Fechado.....	34
Tabela 27; Açores: Frota com Actividade Média - Convés Aberto/Fechado.....	35
Tabela 28; Açores: Frota com Actividade Reduzida-C. Aberto/Fechado.....	35
Tabela 29; Actividade e Inactividade da Frota – Razões (resultados questionário).....	36
Tabela 30; Identificação das razões de actividade e inactividade da Frota em 2001.....	37
Tabela 31; Proporção Relativa da Frota por Níveis de Actividade por Ilha.....	39
Tabela 32; Valores médios por embarcação para cada Segmento de Frota padrão com Actividade Plena.....	42
Tabela 33; Valores médios por embarcação por Segmento de frota padrão com nível de actividade médio (estimada a 50%).....	43
Tabela 34; Valor Acrescentado por Segmentos de Frota Principais com Actividade Plena segundo as variantes definidas.....	44
Tabela 35; Valor Acrescentado por Segmentos de Frota Principais com Actividade a 50%.....	45
Tabela 36; Total Estimado da Frota activa dos Factores de Produtividade.....	46
Tabela 37; Segmentos de Frota analisados quanto à produtividade.....	47
Tabela 38; Resultados gerais por segmento.....	48
Tabela 39; Pescado principalmente utilizado para isco por espécies.....	54
Tabela 40; Pescado para consumo próprio, por espécies.....	56
Tabela 41; Pescado vendido directamente a terceiros por ilhas.....	57
Tabela 42; Estrutura das amostras efectuadas no estudo anterior (2001).....	62
Tabela 43; Marítimos na Actividade da Pesca em 2001.....	63
Tabela 44; Total Pescadores Matriculados em actividade.....	63
Tabela 45; Inscritos Marítimos em Actividade de 1996 a 2001.....	64
Tabela 46; Proporção relativa de postos de emprego e postos de trabalho na pesca.....	64
Tabela 47; Estrutura etária dos marítimos em S. Miguel por Concelho.....	65
Tabela 48; Comparação rácios de emprego 1998/1999 para os Açores.....	68
Tabela 49; Comparação rácios de emprego 1998/1999.....	69
Tabela 50; Rácios de emprego 1999 – principais concelhos.....	69
Tabela 51; Emprego na fileira das pescas e respectivos rácios em 1999.....	71
Tabela 52; Rácios da Mais Valia em 1999.....	72
Tabela 53; Rácios do presente estudo e anteriores.....	73
Tabela 54; Apresentação conjunta de ambos indicadores - Rácios da Mais Valia e Emprego.....	75
Tabela 55; Quantidades de pescado fresco exportado e transferido, por transporte aéreo.....	77
Tabela 56; Composição das exportações de pescado fresco por destino.....	78

Tabela 57; Quantidades de pescado fresco exportado e transferido por destino	79
Tabela 58; Composição das exportações de pescado fresco por destino	79
Tabela 59; Origem e utilização de matéria-prima pelas conserveiras	81
Tabela 60; Total de importações de tunídeos e outros (e peso relativo dos tunídeos congelados)	81
Tabela 61; Origem e utilização de matéria-prima pelas conserveiras	82
Tabela 62; Proveniência da matéria-prima importada congelada para as conserveiras	83
Tabela 63; Destino do produto final (Países Terceiros e Europa – <i>não inclui transferências para o continente</i>)	83
Tabela 64; Total de exportações de todos os produtos de tunídeos e outros	84
Tabela 65; Comparação das exportações de conservas dos Açores com o total Nacional	84
Tabela 66; Exportação de Tunídeos congelados (assume-se lombos)	85
Tabela 67; Trabalhadores nas actividades de processamento e comércio de pescado por escalões de antiguidade	91
Tabela 68; Trabalhadores na actividade das conservas por escalões de antiguidade por concelho	91
Tabela 69; Evolução dos estabelecimentos e pessoas ao serviço nas Conservas	92
Tabela 70; Número de contratos de Termo Incerto realizados	92
Tabela 71; Número de pessoas a tempo completo e incompleto	93
Tabela 72; Tempo de trabalho em 2001	93
Tabela 73; Distribuição etária das pessoas ao serviço na actividade das Conservas	95
Tabela 74; Habilitações das pessoas ao serviço na actividade das Conservas	96
Tabela 75; Habilitações do pessoal ao serviço na indústria de processamento de pescado em Portugal	97
Tabela 76; Habilitações das Pessoas ao serviço na actividade das Conservas	97
Tabela 77; Amostra - Mulheres a termo incerto: Habilitações literárias	98
Tabela 78; Operários na actividade das Conservas	98
Tabela 79; Mulheres a termo incerto: Frequência de curso de formação	99
Tabela 80; Mulheres a termo incerto: Peso do salário no ganho total do agregado familiar	100
Tabela 81; Actividade Económica do Cônjuge	100
Tabela 82; Outra Actividade das pessoas nas conservas	101

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1: Produtividade anual e Actividade em 2001: Segmento 9-12m Convés Aberto	50
Fig. 2: Desembarques médios mensais no Segmento 9 a 12m	50
Fig. 3: Produtividade e Actividade no Segmento 9 a 13 m	51
Fig. 4: Desembarques médios mensais no Segmento 9 a 13m	51
Fig. 5: Produtividade e Actividade no Segmento 13 a 16m	52
Fig. 6: Desembarques médios mensais no Segmento 13 a 16m	52
Fig. 7: Distribuição comparativa da estrutura etária nos Açores	65

1 Introdução

O presente relatório faz a apresentação de um estudo detalhado sobre o emprego e o nível de dependência do Sector das Pescas nos Açores, iniciado em Maio de 2002. O estudo foi realizado pela empresa de consultoria Megapesca Lda.

Este estudo surgiu a pedido da Direcção Regional das Pescas (DRP) da Região Autónoma dos Açores e no seguimento de anteriores estudos realizados sobre o sector pela Megapesca, quer para a SRAP, quer para a Comissão Europeia (DG - PESCAS). Desta forma, o presente estudo visa não só actualizar e aprofundar a informação dos trabalhos anteriormente realizados, como pretende também abordar e desenvolver pela primeira vez, outras questões relativas aos custos, rendimentos e produtividade da frota. O objectivo geral consiste em facultar para a DRP uma ferramenta sócio-económica de compreensão das actividades do sector das pescas, relativa ao emprego, respectiva dependência das populações e níveis de actividade e produtividade da frota.

2 Objectivos

Os objectivos deste trabalho, de acordo com os Termos de Referência apresentados no Anexo 1, consistem nos seguintes:

- Analisar, quantificar e descrever a frota de pesca em actividade dos Açores, por níveis de produção.
- Analisar e descrever as características de produção da pesca ao nível de concelho e de portos principais.
- Quantificar e descrever a dependência das actividades relacionadas com a pesca, ao nível regional (Arquipélago, Ilha e Concelho).
- Analisar e descrever as características de emprego e produção na actividade das conservas ao nível regional.
- Inter-relacionar os Rácios de emprego e da mais-valia com os níveis de actividade da frota.

3 Metodologia Geral

O estudo incide sobre a fileira do sector das Pescas, quer a montante quer a jusante da actividade piscatória, incluindo assim o processamento (preparação de pescado, congelação e conservas), distribuição (comércio de pescado por retalho e grosso, incluindo lotas e exportação de pescado fresco) e actividades de construção e reparação de navios.

O estudo abrange todas as outras actividades económicas existentes localmente, de forma a possibilitar o relacionamento e a desenvolver factores de dependência. Para tal, efectuou-se o cálculo de dois Rácios de dependência – Rácio do emprego e Rácio da mais-valia, ambos atribuíveis à pesca, actividades de processamento e comércio entre outras.

Em termos de abordagens mais profundas, efectuou-se um caso estudo integrando as ilhas do Pico, Horta e S.Jorge com vista sobretudo a esclarecer dúvidas surgidas nos trabalhos anteriores, respeitantes à distribuição concelhia do emprego na fileira das pescas. Rabo de Peixe foi também alvo de um estudo mais aprofundado dado as especificidades e importância da comunidade piscatória residente. Os resultados destes casos estudo encontram-se integrados ao longo das secções do estudo, tendo sido utilizados para tornar a informação mais fina.

Adicionalmente, realizou-se uma pesquisa exaustiva acerca da actividade da frota ao nível de porto principal, considerada essencial para identificar e caracterizar parâmetros importantes como as artes de pesca principais utilizadas, o número médio de tripulantes por embarcação, o padrão de número médio de dias de mar por saída e por ano, os custos principais entre outros.

No que respeita à produtividade da frota de pesca foram desenvolvidos modelos de custos para cada um dos segmentos padrão definidos, a partir dos quais se estimou um valor global do valor acrescentado do sector.

Para a caracterização da frota, embarcação a embarcação, da qual resultou a posterior análise da produção e produtividade desenvolveu-se uma base de dados especificamente para o efeito, cuja responsabilidade foi da incumbência do Dr. Carlos Trigueiro (responsável da estatística da DRP).

3.1 Fontes de informação

No que respeita à recolha de dados foram utilizados tipos de informação diferenciados. Os dados secundários foram obtidos através de uma grande diversidade de fontes estatísticas nacionais e regionais, designadas mais à frente nas secções específicas a que se referem.

O trabalho desenvolvido no que se refere, à caracterização da produção da frota e respectiva produtividade, teve o suporte primordial de duas bases de dados relativas ao ano de 2001:

- Registo da frota e de licenças de pesca da DRP
- Desembarques anuais por ilha efectuados por cada embarcação, da Lotaçor.

Em complemento, foram efectuadas actividades suplementares de recolha de dados primários, incluindo:

- um levantamento realizado junto das Capitánias com vista à obtenção do número de pescadores registados em actividade;
- um levantamento realizado junto de informadores chave de todo o arquipélago, com conhecimento privilegiado sobre a actividade das embarcações ao nível local;
- entrevistas a informadores com conhecimento privilegiado e diferenciado das actividades do sector ao nível global e local.
- um inquérito a uma centena de armadores, provenientes de diversos portos do arquipélago (Corvo, Lajes e Santa Cruz das Flores, Praia da Graciosa, Velas, Lajes do Pico e Madalena, S. Mateus, Porto Pipas, Horta, Ponta Delgada, Rabo de Peixe, Porto Formoso, Ribeira Quente, Povoação, V. F. do Campo, Água de Pau e Lagoa;
- um inquérito específico sobre a operação das embarcações de pesca e respectivos custos associados, realizado junto de armadores chave;

- um inquérito a 315 trabalhadores da actividade conserveira integrando as fábricas localizadas em Rabo de Peixe, Madalena, Horta e Calheta de S. Jorge;
- um inquérito específico sobre a actividade das empresas de conservas.
- informação confidencial proveniente da Organização de Produtores Porto de Abrigo;

Entre os informadores chave, com conhecimento declaradamente privilegiado contou-se com a colaboração preciosa das seguintes organizações:

- Sindicato dos Pescadores da Terceira, Pico e S. Miguel;
- Organização de Produtores Porto de Abrigo;
- Associação Marítima Açoriana;
- APEDA (Horta);
- Associação de Pescadores de S. Jorge;
- Cooperativa de Pescadores da Ribeira Quente;
- Capitania de S. Maria
- Delegação Marítima de S. Roque do Pico
- Sindicato da Indústria Alimentar (Conservas) afecto à CGTP Intersindical.

No que respeita o trabalho desenvolvido para o cálculo dos rácios de emprego e mais valia, bem como da caracterização do emprego no sector de transformação do pescado, teve-se o suporte da base de dados – Quadros de Pessoal 1999 – do Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP) do Ministério do Trabalho e Solidariedade (MTS) e Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFPP) da RAA.

3.2 Itens programados não abordados

Não foi efectuada a análise da produção por espécie, por porto, e conseqüentemente por concelho e ilha, num espectro de 1995 a 2001, em virtude de a base de dados da Lotação pretendida para este fim, relativa aos desembarques da frota, não ter sido disponibilizada. Como opção poder-se-ia ter utilizado a base de dados de desembarques do SREA, como aliás foi efectuada para o estudo anterior, todavia considerou-se esta opção com menor significado visto que a desagregação por espécies desta fonte não é integral, agrupando diferentes espécies sobre a mesma designação. Assim, e em concordância com a DRP não foi efectuada esta análise.

3.3 Ano de Referência do Estudo

O estudo foi desenvolvido de acordo com diferentes anos de referência consoante a disponibilidade de dados oficiais. Assim, para o estabelecimento de rácios de emprego e outras características genéricas relacionadas com emprego foi adoptado como ano de referência 1999. Nalguns casos efectuaram-se cálculos de estimação para o emprego na pesca tendo como base a actividade desenvolvida em 2001.

Para análise da actividade da frota e respectiva produtividade foi adoptado o ano de 2001. Esta análise assentou nos desembarques efectuados por cada embarcação, independentemente do local, reportando as respectivas produções à ilha de proveniência da embarcação.

Os inquéritos levados a cabo tiveram como base informação referente a 2001. Todavia, alguns reportaram-se a informação de 2002.

3.4 Nível Geográfico

O estudo é realizado ao nível do arquipélago em geral, das ilhas e concelhos (segundo a nomenclatura de unidade territorial, NUTS IV) em particular. No que respeita à caracterização da actividade padrão das embarcações, esta é realizada ao nível de portos principais.

4 Caracterização Global da Fileira das Pescas

A frota pesqueira em 2001 era composta por um total de 645 embarcações activas (isto é que apresentaram movimento na lota de pelo menos uma vendagem), contabilizando respectivamente, um tAB total de 6.845 t e uma potência total de 30.362 kW. Apenas a frota de 20 atuneiros representou 44% da tonelagem de arqueação bruta e 30% da potência total, de acordo com a tabela seguinte.

Tabela 1; Frota activa nos Açores em 2001

Frota Activa	Nº Embarcações	tAB	kW
Frota Polivalente	625	3.824	21.120
Frota Atuneiros	20	3.021	9.242
Total	645	6.845	30.362

A produção total da pesca totalizou em 2002 cerca € 24,6 milhões com uma captura correspondente de cerca 7,8 mil toneladas. Estes valores sucedem aos picos atingidos em 2000 e 1999 correspondentes a € 25,4 milhões e € 25 milhões e referentes respectivamente, a cerca 8,2 mil toneladas e 9,9 mil toneladas de pescado desembarcado. Na tabela 1 apresenta-se o espectro dos desembarques totais entre 1996 e 2002, incluindo os valores para os principais grupos de espécies.

Em termos globais, estima-se que o volume de vendas do sector de transformação de pescado e pescado fresco terá em 2001 tido como valor mínimo € 53 milhões, correspondendo essencialmente a produtos exportados e transferidos para Portugal Continental.

Em termos de emprego na pesca em 2001 registaram-se 4195 marítimos inscritos em actividade nas capitánias do Arquipélago. No entanto, estima-se que apenas 823 indivíduos tinham uma ocupação completa da pesca.

A Fileira das Pescas em 1999 contabilizou um total de 2768 postos de trabalho, com a pesca e a actividade de processamento de pescado a representarem respectivamente, 1650 pessoas ao serviço atendendo a um equivalente a tempo completo e 765 empregos. O emprego total estimado nos Açores em 1999 foi de 96634.

Tabela 2; Desembarques em valor e quantidade (1996 – 2001)

Açores	1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Qt. (10 ³ kg)	Valor (€10 ³)	Qt. (10 ³ kg)	Valor (€10 ³)	Qt. (10 ³ kg)	Valor (€10 ³)	Qt. (10 ³ kg)	Valor (€10 ³)	Qt. (10 ³ kg)	Valor (€10 ³)	Qt. (10 ³ kg)	Valor (€10 ³)	Qt. (10 ³ kg)	Valor (€10 ³)
TOTAL	17286,3	20305	14965,1	19802	15793,7	24632	9881,8	25043	8186,8	25440	7070,1	22043	7840,0	24607
Demersais (Poseima)	3035,8	8460	3013,7	7928	2981,1	10153	1945,1	10341	1973,0	10682	1734,9	10584	1986,1	12544
Espadarte	414,9	1208	178,2	707	260,0	991	228,9	1083	196,4	992	126,7	717	71,0	399
Tunídeos isento	7896,9	3947	5698,6	2843	6605,1	3296	2264,7	1130	873,6	436	851,2	428	1237,4	619
Tunídeos na lota	965,3	1259	832,2	1299	1090,7	1843	1257,1	2092	1193,9	2400	628,1	1166	583,3	1128
Chicharro	1719,5	1129	1921,1	808	1505,3	1286	690,0	1310	648,8	1451	1091,3	1684	1449,9	2313
Peixe Espada	823,0	585	1114,8	729	1191,2	1036	131,3	134	139,4	156	14,0	31	10,1	23
Crustáceos	8,5	72	17,0	52	19,1	132	43,7	349	27,8	318	26,5	229	22,7	210
Moluscos	217,9	465	373,4	1125	146,0	561	60,3	265	73,4	274	162,3	591	224,2	799

5 Frota e Produção

5.1 Metodologia específica

O trabalho realizado integrou o desenvolvimento de uma base de dados de todas as embarcações em actividade em 2001, especificamente para o fim da análise pretendida. Entenda-se como embarcação em actividade, uma embarcação que tenha realizado pelo menos uma venda em lota.

A constituição da base de dados conjugou a informação proveniente das bases de dados já existentes, referentes às características das embarcações (Registo da Frota e Licenças de Pesca da DRP) e aos dados de produção em quantidade, valor e marés (vendagens) realizados por cada embarcação (Desembarques anuais por ilha por embarcação da Lotaçor). A base de dados foi ainda complementada com informação proveniente da pesquisa de campo realizada, que incidiu sobre a identificação dos seguintes dados:

- artes de pesca principais utilizadas ao longo do ano por cada embarcação;
- arte de pesca predominante utilizada no ano de 2001 por cada embarcação. Arte predominante significa que é a arte mais utilizada durante o ano, considerando-se a que caracteriza a actividade da embarcação;
- Concelho e Ilha a que efectivamente a embarcação pertence ou desenvolveu a sua actividade em 2001;
- número médio de homens que trabalhavam na embarcação em 2001 (quer em terra quer no mar);
- número médio de dias de mar em cada viagem de pesca realizada por cada embarcação, correspondente a uma vendagem/maré. (Nota: maré ou vendagem tem o mesmo significado, correspondendo à vendagem efectuada em lota após uma campanha de mar, que pode constituir num dia ou mais de mar);
- factor de multiplicação atribuído a cada embarcação com base no numero médio de dias de mar para cada viagem de pesca, com o fim de se estimar o total anual de dias de mar de cada embarcação; O total estimado de dias de mar por embarcação resulta da multiplicação do factor atribuído pelo número total de marés/vendagens realizados.
- padrão de pesca anual de cada embarcação relativo ao número anual médio de dias de mar. Esta classificação passou pela definição de diferentes padrões base de operação das embarcações e identificação de cada embarcação, em função das características de cada grupo padronizado.

O tratamento dos dados para a análise foi realizado atendendo aos seguintes critérios:

- assentou nos desembarques efectuados por cada embarcação, independentemente do local, reportando as respectivas produções à ilha e concelho de proveniência da embarcação.

- a produção foi estruturada por segmentos de frota, identificando o total em quantidade e valor desembarcados, número de marés, dias de mar estimados e o total correspondente das características operativas da frota (número de embarcações, tonelagem de arqueação bruta - tAB, e potência – kW).
- os segmentos de frota foram divididos segundo duas grandes classificações: Frota Polivalente e Atuneiros. A Frota Polivalente foi subsequentemente dividida em Convés fechado e Convés Aberto já que os atuneiros são todos embarcações de convés fechado.
- Para a frota polivalente foi ainda efectuada uma classificação mais fina de segmentos com base no comprimento de fora-a-fora das embarcações e respectivas artes de pesca, descritos nas tabelas 3 e 4. À que ter em conta que foram colocados no mesmo segmento embarcações com artes diferentes da identificada na designação do segmento. Esta situação resultou de as semelhanças operacionais das embarcações serem grandes apesar das diferentes artes de pesca, e principalmente, por a arte não identificada estar presente em número bastante reduzido no total da frota. Na secção 5.2.3 aprofunda-se com maior detalhe a caracterização da frota quanto às artes de pesca utilizadas.

Tabela 3; Designação e descrição dos segmentos da Frota Polivalente de Convés Fechado

Segmentos	Descrição quanto ao comprimento e arte de pesca
<=9m	Embarcações de comprimento inferior ou igual a 9m. As artes utilizadas por este grupo incluem predominantemente palangre de fundo e linha de mão. Inclui-se a conjugação da actividade com covos/gaiolas e/ou palangre de deriva.
]9; 13[m LM	Embarcações de comprimento entre 9 e 13m, utilizando predominantemente a linha de mão. Incluem-se também, algumas embarcações com outras artes predominantes (covos, gaiolas, rede de emalhar, linha de mão conjugada com salto e vara, rede de chicharro e até palangre de fundo) dado que o alvo de análise baseia-se no padrão temporal de actividade (dias no mar), sendo equivalente em qualquer dos casos.
]9; 13[m PF	Embarcações de comprimento entre 9 e 13m, utilizando predominantemente o palangre de fundo. Estão inseridos neste grupo embarcações que utilizam outras artes predominantes como palangre de deriva. Inclui também embarcações que conjugam o palangre com a linha de mão e/ou covos .
]13; 16[m LM	Embarcações de comprimento entre 13 e 16m, utilizando predominantemente a linha de mão. Podem incluir-se também, algumas embarcações com outras artes predominantes ou conjugadas com linha de mão, dado que o alvo de análise baseia-se no padrão temporal de actividade (dias no mar), sendo equivalente em qualquer dos casos.
]13; 16[m PF	Embarcações de comprimento entre 13 e 16m, utilizando predominantemente o palangre de fundo. Estão inseridos neste grupo embarcações que utilizam outras artes predominantes como palangre de deriva. Inclui também embarcações que conjugam o palangre com a linha de mão e/ou covos.
]13; 16[m RCh	Embarcações de comprimento entre 13 e 16m, utilizando predominantemente redes de cerco para a pesca de pequenos pelágicos.
]16; 24[m PF	Médio Palangreiros de comprimento entre 16 e 24m, utilizando predominantemente palangre de fundo. Podem estar inseridos neste grupo embarcações utilizando palangre de deriva.
>=24m PF	Grandes Palangreiros de comprimento superior a 24m, utilizando palangre de fundo

Tabela 4; Designação e descrição dos segmentos da Frota Polivalente de Convés Aberto

Segmentos	Descrição quanto ao comprimento e arte de pesca
<=6m	Todas as embarcações de comprimento inferior ou igual a 6m, independentemente da arte de pesca utilizada. Considera-se, que a actividade realizada tem um padrão similar.
]6; 9]m LM	Embarcações de comprimento de 6-9m, maioritariamente utilizando arte de linha de mão. Inclui-se a conjugação de artes como covos, gaiolas, redes de emalhar ou de embarcações que tenham estas artes como predominantes.
]6; 9]m PF	Embarcações de comprimento entre 6 e 9m, que utilizavam predominantemente o palangre de fundo. Estão inseridos neste grupo, embarcações que utilizavam outras artes predominantes como palangre de deriva, covos, gaiolas e rede de emalhar. Inclui também embarcações que conjugam o palangre com a linha de mão e/ou covos ou outra.
]6; 9]m RCh	Embarcações de comprimento entre 6 e 9m, utilizando predominantemente redes de pesca de pequenos pelágicos.
]9; 15]m LM	Embarcações de comprimento entre 9 e 15m, utilizando predominantemente a linha de mão. Inclui também embarcações que conjugam a linha de mão com covos.
]9; 15]m PF	Embarcações de comprimento entre 9 e 15m, utilizando palangre de fundo como arte predominante. redes de cerco para a pesca de pequenos pelágicos. Estão inseridos neste grupo embarcações que utilizam outras artes predominantes como palangre de deriva. Inclui também embarcações que conjugam o palangre com a linha de mão e/ou covos ou outra.
]9; 15]m RCh	Embarcações de comprimento entre 9 e 15m, utilizando predominantemente redes de pesca de pequenos pelágicos.

5.2 Frota em Actividade e Produção em 2001

5.2.1 Frota em actividade por Segmentos Principais

5.2.1.1 Resultados

Nesta secção apresenta-se a composição global da frota em actividade, em termos do número de embarcações, tAB, potência e respectiva produção (desembarques em quantidade, valor e número de vendagens/marés) e dias de mar estimados, em referência à frota polivalente e atuneiros (Tabela 5). Sequencialmente, apresenta-se a mesma informação referente aos totais dos segmentos de convés fechado e aberto da frota polivalente (tabela 6) com posterior desagregação por ilha (tabela 7 e 8). Os dados por ilha relativos aos atuneiros são apresentados na Tabela 9.

Tabela 5; Açores: Frota Activa

2001-Total Açores Comprimento, e Arte Predominante	Frota em Actividade						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
				Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Frota Polivalente	625	3.824	21.120	5.766	20.204	31.110	44.838
Atuneiros	20	3.021	9.242	1.153	1.271	300	
Total Frota Activa	645	6.845	30.362	6.919	21.475	31.410	44.838

Tabela 6; Frota Polivalente: Convés fechado e aberto

2001-Açores	Frota Polivalente em Actividade						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
				Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
C. Fechado	68	2.381	10.156	1.967	9.199	2.580	9.210
C. Aberto	557	1.443	10.964	3.799	11.006	28.530	35.628

Tabela 7; Frota de Convés Fechado: Distribuição por Ilha

2001-Açores	Embarcações (Convés Fechado ou Parcial) em Actividade						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
				Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Açores	68	2.381	10.156	1.967	9.199	2.580	9.210
S. Miguel	20	1444	4450	926	4238	404	3120
Terceira	21	349	2.682	543	2.852	1.106	3.295
Faial	16	506	2201	351	1795	651	2022
Pico	1	10	44	13	31	40	48
Graciosa	2	7	81	3	19	86	103
Flores	2	22	177	6	39	42	126
S. Jorge	4	23	299	8	129	140	274
Sta. Maria	2	20	221	117	99	111	222

Nota: Existem 17 embarcações de convés fechado, cujos dados não estão incluídos na presente tabela sendo incorporados no Anexo 2 . A razão para tal, relaciona-se com o facto de terem efectuado desembarques diminutos, bem como por pertencem a regiões fora do arquipélago ou por não terem sido devidamente identificadas no que respeita à actividade realizada.

Tabela 8; Frota de Convés Aberto por Ilhas

2001-Ilhas	Embarcações (Convés Aberto) em Actividade						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
				Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Açores	557	1.443	10.964	3.799	11.006	28.530	35.628
S. Miguel	190	655	4.141	2.644	6.340	14.718	19.054
Terceira	102	235	2.358	482	1.731	3.985	4.782
Faial	36	72	772	71	359	866	1.039
Pico	89	149	1.197	210	587	3.599	4.319
Graciosa	41	81	772	162	1.101	1.908	2.290
Flores	17	42	264	31	173	399	479
Corvo	4	10	154	10	54	219	263
S. Jorge	44	145	911	56	313	1.112	1.334
Sta. Maria	34	55	396	132	347	1.724	2.069

Tabela 9; Açores: Atuneiros - Convés Fechado

2001-Açores	Atuneiros em Actividade						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
				Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Açores	20	3.021	9.242	1153	1271	300	0
São Miguel	2	296	993	61	102	27	0
Pico	17	2565	7752	1074	1141	268	0
Faial	1	160	496	18	28	5	0

5.2.1.2 Discussão

Considerando a estrutura da frota em apenas dois segmentos principais, verifica-se que a frota polivalente em 2001, integrou 56% do total de tonelageamento de arqueação bruta da frota e 70% do total da potência, representando 83% e 94% dos desembarques respectivamente, em quantidade e valor. Os atuneiros contabilizaram apenas € 1,27 milhões do total de € 21,48 milhões, com 90% do valor realizado e 85% desta frota relativos à ilha do Pico.

A frota polivalente de convés fechado representou em 2001 em termos de tAB e potência total da frota, 35% e 33%, e relativamente ao total da frota polivalente, respectivamente, 62% e 48%. No que respeita à produção contabilizou cerca de € 9,2 milhões (43% da frota total) e cerca de 2 mil toneladas (28% do total).

A distribuição da frota polivalente de convés fechado efectua-se principalmente por 3 ilhas, S. Miguel, Terceira e Faial. Dos cerca de € 9,2 milhões de primeira venda deste segmento, € 8,8 milhões são referentes a estas 3 ilhas. S. Miguel com as embarcações de maior envergadura, representou com apenas 18 unidades 58% do tAB, 41% da potência e cerca de 43% do valor e quantidade desembarcados deste segmento. As embarcações de Terceira e Faial contabilizaram respectivamente 31% e 23% do valor total do segmento. Em termos do valor por dia de pesca, a média realizada ao nível dos Açores é de € 999. S. Miguel obtém o valor mais elevado de € 1394/dia de mar, embora com o valor mais inferior de € 4,6/kg. A Terceira e Faial apresentam respectivamente, valores de € 866 e € 921 por dia de mar e, € 5,3 e € 5,0 por quilo de pescado.

Por sua vez, a frota de convés aberto com 557 embarcações (21% do tAB e 36% da potência da frota total) totalizou cerca de € 11 milhões (51% da frota total). Efectuando uma análise percentual do peso das ilhas mais importantes (Tabela 10), no segmento de frota polivalente de convés aberto S. Miguel representou com 34% das embarcações, 45% do tAB e 38% da potência registada, € 6,3 milhões (58% do total do segmento) correspondentes a 2,6 mil toneladas (70% do total do segmento). A Terceira e Graciosa são, depois de S.Miguel, as ilhas com maior relevo neste segmento com respectivamente 16% e 10% do valor total desembarcado, mas com apenas 13% e 4% em quantidade. Assim, verifica-se uma maior valorização do pescado capturado por este segmento nas ilhas com menor dimensão da frota.

Tabela 10; C. Aberto: Principais Ilhas (Caracterização percentual)

2001-Ilhas	Embarcações (Convés Aberto) em Actividade – Peso Percentual						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
Quant. (t)				Valor (10 ³ €)			
Total Segmento	557	1.443	10.964	3.799	11.006	28.530	35.628
	(%)						
S. Miguel	34	45	38	70	58	52	53
Terceira	18	16	22	13	16	14	13
Graciosa	7	6	7	4	10	7	6

De facto, enquanto S. Miguel apresenta o valor por quilo mais baixo (€ 2,4), inferior à média do segmento de € 2,9, ilhas como Faial, Graciosa, Flores, Corvo, S. Jorge apresentam valores superiores a € 5,0/kg registando-se o máximo na Graciosa com € 6,8/kg.

No que respeita ao número de dias de mar estimados verifica-se no segmento de convés aberto, que S. Miguel comparativamente com as ilhas de Terceira e Graciosa tem um número muito superior relativamente ao valor do pescado desembarcado. Enquanto a Terceira e Graciosa apresentam respectivamente € 362 e € 481 por dia de pesca, S. Miguel apresenta um valor de € 333. No entanto, neste âmbito S. Miguel encontra-se acima da média do segmento (€ 309/dia de mar) com ilhas como o Pico (€ 136), Corvo (€ 205), S. Jorge (€ 235) e S. Maria (€ 168) a apresentarem valores muito inferiores.

Em termos globais da frota polivalente (convés fechado e aberto) S. Miguel representa 50% da actividade total do Arquipélago (em dias de pesca) e 52% do valor desembarcado com € 10,6 milhões.

5.2.1.3 Conclusões

O ano de 2001 é conclusivo da importância da frota polivalente e do enfraquecimento da frota atuneira. Efectivamente, a actividade da frota polivalente no total da frota activa arrebatou 94% do valor total desembarcado. Os resultados dos atuneiros que representavam uma parte substancial da frota em tAB e potencia (44% e 30%) com apenas 20 embarcações, revela grandes deficiências de actividade desta frota.

A frota polivalente de convés fechado que foi responsável por 45% da produção apresenta os melhores resultados por dia de pesca. Ao nível de ilha desta frota, S. Miguel obtém o valor médio mais elevado, embora com o valor mais inferior por quilo de pescado.

O sector no seu todo encontra-se dependente de uma frota de convés aberto, que representa no entanto apenas 21% do tAB e 36% da potência da frota total com 86% das embarcações. A frota polivalente de convés aberto, que é substancialmente afectada a S. Miguel, apresenta cerca de 50% da actividade (dias de mar) e 60% da produção em valor. Todavia é na Terceira e Graciosa, com menores dimensões da frota que a valorização do pescado deste segmento se verifica quer por dia de pesca quer por quilo de peixe.

5.2.2 Frota polivalente por comprimento e artes predominantes

5.2.2.1 Resultados

Os resultados apresentados referem-se à desagregação dos segmentos principais da frota polivalente (de convés fechado e aberto) segundo a classificação mais fina dos segmentos, atendendo a características de comprimento das embarcações e artes de pesca utilizadas de forma predominante. Os dados referem-se (Tabelas 11 e 12) à composição destes segmentos de frota, em termos do número de embarcações, tAB, potência e respectiva produção (desembarques em quantidade, valor e número de vendas/marés) e dias de mar estimados.

Adicionalmente, apresenta-se no Anexo 2 a desagregação destes dados por Ilha e Concelho.

Tabela 11; Açores: Frota - Convés Fechado por Segmento (comprimento e arte)

2001-Açores Comprimento, e Arte Predominante	Embarcações (Convés Fechado ou Parcial)						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
				Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Total Segmento	88	5402	19399	3122	10470	2880	9210
<=9m	12	55	777	50	278	434	689
]9; 13[m LM	14	214	1.464	200	673	458	1.328
]9; 13[m PF	13	214	1.662	435	1.967	741	1.807
]13; 16[m LM	3	52	335	21	148	118	560
]13; 16[m PF	15	433	2.298	679	3.303	607	3.296
]13; 16[m RCh	1	37	221	5	35	2	14
]16; 24[m PF	3	246	682	106	522	97	436
>=24m PF	7	1.130	2.718	473	2.273	123	1.080
Atuneiros	20	3.021	9.242	1153	1271	300	0

Tabela 12; Açores: Frota - Convés Aberto por Segmento (comprimento e arte)

2001-Açores Comprimento, e Arte Predominante	Embarcações (Convés Aberto)						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
				Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Total Segmento	557	1.443	10.964	3.799	11.006	28.530	35.628
<=6m	240	371	2.649	502	1.524	9.020	10.817
]6; 9[m LM	205	506	4.334	849	3.489	10.984	12.728
]6; 9[m PF	18	74	577	305	856	1.409	1.940
]6; 9[m RCh	13	40	316	310	554	844	947
]9; 15[m LM	42	220	1.627	535	1.540	3.029	4.209
]9; 15[m PF	26	153	972	514	1.862	1.937	3.665
]9; 15[m RCh	13	80	488	783	1.181	1.307	1.321

Nota: Os segmentos 9 a 15m incluem embarcações que actuam com covos durante cerca de metade do ano, no entanto estes eram em reduzido número.

5.2.2.2 Discussão

Na frota de convés fechado destaca-se sobretudo a utilização predominante do palangre de fundo (PF). Das embarcações de maiores dimensões (comprimento superior a 13 m) 25 ou seja 86% dedicavam-se a esta arte, representando 58% do valor do segmento. Atendendo aos diferentes escalões de comprimentos verificou-se que a frota com PF realizou capturas com um preço médio por quilo variando apenas entre € 4,5 e € 4,9. Em termos do valor médio por dia de mar estimado verificou-se, que as embarcações de comprimento superior a 24m obtiveram os melhores resultados por uma diferença de € 1000 com cerca de € 2100 em média.

Na frota de convés aberto verifica-se que o segmento dos 6 aos 9m com arte de Linha de Mão (LM) foi o mais importante contabilizando € 3,5 milhões (32% da frota de c. aberto), representando 37% do nº de embarcações, 35% do tAB e 40% da potência registada. Os segmentos dos 9 aos 15m com Redes de Pequenos pelágicos representaram 11% do valor e 22% da quantidade capturada com apenas 2% do número de embarcações, 6% do tAB e 4% da potência.

Nesta frota salienta-se ainda o elevado peso do segmento de embarcações inferiores a 6m (43% do nº de embarcações, 26% do tAB e 24% da potência) mas que representam apenas 14% do valor desembarcado desta frota com cerca de € 1,5 milhões. Em termos globais (do total da frota polivalente) este segmento representa 7% do valor com 24% dos dias de pesca o que indicia baixos níveis de produtividade.

Com um valor similar de produção do segmento anterior (€ 1,5 milhões), tem-se o segmento dos 9 aos 15m (LM), representando 8% do total de embarcações e 15% do tAB e da potência. O outro segmento dos 9 aos 15m mas actuando com PF representaram 17% do valor total com apenas 5% do nº total e cerca de 10% de tAB e potência.

5.2.2.3 Conclusões

As embarcações que melhores resultados apresentam referem-se ao segmento de frota utilizando o palangre de fundo, particularmente as embarcações com comprimento superior a 24m, o que evidência a eficiência destas.

No segmento principal das embarcações de convés aberto os melhores resultados referem-se às embarcações de 9 a 15m que actuam com palangre de fundo. Também com bons resultados surge o segmento de redes para a pesca de pequenos pelágicos, embora constituindo uma componente da frota bastante diminuta.

Considerando a totalidade da frota assiste-se a uma dependência acentuada de uma componente de frota de fracas características operacionais. De facto, na frota de convés aberto existe um segmento bastante significativo em termos de representação da frota, constituído pelas embarcações inferiores a 6m (37% do número total de embarcações), no entanto em termos do valor de produção, actividade (dias de pesca) e própria produtividade estes são bastante reduzidos.

5.2.3 Caracterização das artes de pesca principais

5.2.3.1 Resultados e Discussão

Na tabela 13 apresentam-se os resultados da pesquisa de campo, no que respeita a identificação das artes de pesca utilizadas na actividade em 2001 por cada embarcação. No Anexo 3 apresenta-se uma desagregação destes dados por Concelho.

A frota polivalente é caracterizada por embarcações que utilizam um conjunto de artes de pesca variadas. No entanto, embora a maior parte dos armadores possua licenças de pesca abrangendo um leque alargado de artes, na prática apenas utiliza um conjunto restrito destas. A variedade e grau de utilização são identificados por um padrão relativamente definido à partida.

Todas as embarcações operam com uma só arte ou um conjunto de duas artes de forma predominante durante todo o ano, característica que foi tida em conta na realização deste trabalho, em particular no que respeita às secções anteriores. Os segmentos que foram especificados em função das artes tiveram em conta as artes mais predominantes, contabilizando por vezes embarcações actuando com artes diferentes das designadas, mas cuja operacionalidade é similar.

Em complemento, as embarcações recorrem a outras artes durante breve períodos ao longo do ano, mas no final não mais que 3/4 meses. Todavia em termos anuais algumas embarcações podem mudar de arte predominante, sendo assim importante salientar que os dados apresentados se referem à actividade em 2001.

As artes de pesca que normalmente são utilizadas apenas em períodos específicos do ano, dependendo das condições temporais, abundância temporária de determinadas espécies, períodos de pesca restritos ou resultados pouco satisfatórios com a arte principal, resumem-se às seguintes:

- Covos; Salto e Vara; Chalavar (pesca de chicharro);

Por outro lado, os armadores que normalmente utilizam artes menos comuns como redes de emalhar, redes de cerco, gaiolas e palangre de deriva, mantêm em geral a actividade durante todo o ano com estas artes.

Adicionalmente, existem algumas situações em que as artes predominantes são duas, existindo uma actividade durante meio ano com cada uma delas. Esta situação acontece particularmente com os seguintes conjuntos de artes:

- Linha de mão / Palangre de fundo; Linha de mão / Covos; Palangre de fundo / Covos; Gaiolas / Redes de emalhar; Gaiolas / Covos; Gaiolas / Palangre de deriva;

Convém referir que qualquer uma das situações anteriores definidas não invalida a utilização pontual ao longo do ano de uma qualquer arte pelos armadores, particularmente, rede de sacada, xalavar, covos, e rede de emalhar de pequenas dimensões.

A linha de mão é a arte mais utilizada tendo sido referenciada como a arte de pesca predominante em 68% das embarcações. Quando se considera também a conjugação da linha de mão com outras artes, esta atinge 71% das embarcações. O palangre de fundo surge de seguida com uma utilização de 11% (correspondendo sobretudo à frota de maiores

dimensões). Com alguma expressão percentual considera-se também as artes de cerco (6%), redes de emalhar (3%) e o salto e vara efectuado por atuneiros (3%).

Ao nível de ilha existe uma especialização global das embarcações da Graciosa, Flores, Corvo e S. Jorge para a arte da linha de mão. Todavia, convém referir que só no caso da Graciosa parece existir uma quase total aderência a esta arte e durante todo o ano. No caso do Corvo, existe a particularidade de praticamente todos optarem pela pesca do salto e vara no Verão, de forma a constituírem uma provisão de bonito para isco para utilizar durante o resto do ano. Nas Flores, embora existam algumas embarcações que se dedicam também ao salto e vara durante o Verão, esta é utilizada com fins comerciais. Em S. Jorge existe em geral uma alternância com a pesca de covos, sobressaindo claramente como segunda arte.

Adicionalmente, verifica-se uma especialização particular da pesca de salto e vara em S. Maria, existindo como primeira arte nalgumas embarcações.

Tabela 13; Açores: Artes de pesca predominantes por Ilha

ILHAS	Conjuntos de Artes de Pesca Predominantes																Total	
	L. M/Covos	Salto e Vara	Covos/ Cofres	Gaiolas	Gaiolas/ P. Deriva	Gaiolas/ Covos	P. Fundo	P. Deriva	L. Mão	P. Fundo /Covos	L. Mão/ P. Fundo	L. Mão/ Rede de chicharro	R./ L.Mão	R.Emalhar/ Gaiolas	R. Emalhar	Atuneiros		R.Chicharro
Sta.Maria		4	6						20						6			36
S. Miguel			1	3	1	2	39	3	115	8	4	1	1	1	12	2	16	209
Terceira	3		5				25		63	1	6				3		12	118
Graciosa									43									43
São Jorge			1						47									48
Pico		1	1						78				1			17	8	106
Horta							5		46							1		52
Flores									14									14
Corvo									4									4
	3	5	14	3	1	2	69	3	430	9	10	1	2	1	21	20	36	630

5.2.3.2 Conclusão

A especialização nas artes de anzol (linha de mão e palangre de fundo) é evidente. Conclui-se que à partida esta constitui uma importante característica da pesca nos Açores em termos da conservação dos recursos. O tipo de arte praticado, conjuntamente com as especificações para uma adequada utilização em relação às áreas de pesca, é fundamental para o fim designado. Assim, esta particularidade em consonância com os objectivos latos Europeus e Mundiais para a implementação de uma pesca responsável, parece constituir uma mais valia extremamente importante para utilizar como imagem de marca nos circuitos dos mercados internacionais.

Para além da utilização esporádica de artes de pesca em complemento às artes predominantes, a conjugação de artes de pesca principais parece constituir uma forma evidente de

rentabilização dos recursos e dos meios disponíveis, que embora seja aplicável a uma pequena fracção da frota, parece ser uma fórmula interessante a incentivar com os devidos cuidados de controlo.

5.2.4 Produção (Volumes de Venda)

5.2.4.1 Metodologia específica

Efectuou-se por ilha, um escalonamento do volume de vendas anual relativo a cada embarcação, de acordo com o porto de armamento de cada embarcação e independentemente do local dos desembarques. O escalonamento foi efectuado por segmentos principais, frota polivalente (convés fechado e aberto) e atuneiros, atendendo também ao comprimento das embarcações e artes de pesca predominantes de acordo com a classificação utilizada anteriormente.

5.2.4.2 Resultados

Nas tabelas seguintes (14 a 18) apresenta-se o escalonamento realizado para toda a frota, atendendo quer ao segmento quer à ilha. A desagregação da informação ao nível de concelho é dada no Anexo 4.

Os resultados são apresentados em termos globais por ilha, por segmentos (convés aberto e fechado e segmentos mais importantes em termos de comprimento das embarcações e artes de pesca predominantemente utilizados.

Tabela 14; Frota activa por escalão de volume de vendas por Ilha

2001	Frota em Actividade										
Escalão de Vendas (1.000 €)	Corvo	Faial	Flores	Graciosa	Pico	S. Jorge	S. Miguel	Sta. Maria	Terceira	Total ¹	%
Inferior ou igual a 2,5		12	4	11	34	19	25	10	14	129	20,6
2.5 a 5	1	11	2	6	21	5	14	8	23	91	14,6
5 a 7.5		3	4	5	9	7	18	5	10	61	9,8
7.5 a 10		2	2		5	4	15	1	7	36	5,8
10 a 15	1	2	1	2	10	1	18	3	19	57	9,1
15 a 25	2	3	5	2	6	8	25	4	9	64	10,2
25 a 37.5		1		3	4	1	25	2	12	48	7,7
37.5 a 50		4	1	3	1	3	12		8	32	5,1
50 a 75		5		8			23	3	8	47	7,5
75 a 100		2		1			10		1	14	2,2
100 a 150		3		2			10		3	18	2,9
150 a 250		1					11		6	18	2,9
250 ^a 375		2					1		2	5	0,8
375 a 500		1					1			2	0,3
Superior a 500							2		1	3	0,5
Total	4	52	19	43	90	48	210	36	123	625	100

¹ – Inclui toda a frota que efectuou desembarques nos Açores, excepto atuneiros.

Tabela 15; Escalão de volume de vendas-(Convés Aberto, inferior ou igual a 6m)

2001	Segmento: Convés Aberto inferior ou igual a 6m								
Escalão de Vendas (1.000 €)	Faial	Flores	Graciosa	Pico	S. Jorge	S. Miguel	Sta. Maria	Terceira	Total
Inferior ou igual a 2,5	5	3	7	28	14	16	9	12	94
2.5 a 5	6		4	11	5	8	6	13	53
5 a 7.5	1	1	2	6	5	7	5	8	35
7.5 a 10	1	1		4	2	6	1	3	18
10 a 15	2			3		5	1	3	14
15 a 25			1	4	2	6	3	2	18
25 a 37.5				1		1	1		3
37.5 a 50				1				1	2
50 a 75						1	2		3
Total	15	5	14	58	28	50	28	42	240

Tabela 16; Escalão de volume de vendas (Frota de Convés Aberto)

2001	Frota de Convés aberto							
Escalão de Vendas (1.000 €)	inferior ou igual a 6m	6 a 9m Linha de Mão	6 a 9]m Palangre de Fundo	6 a 9 m Rede de Chicharro	9 a 15m Linha de Mão	9 a 15 m Palangre de Fundo	9 a 15 m Rede de Chicharro	Total
Inferior ou igual a 2,5	94	33			2			129
2.5 a 5	53	35		2				90
5 a 7.5	35	21			2	1		59
7.5 a 10	18	14	1					33
10 a 15	14	30	2	2	4			52
15 a 25	18	28	3	2	10			61
25 a 37.5	3	19	4	1	6	5	3	41
37.5 a 50	2	9	1	3	6	4	1	26
50 a 75	3	11	4	1	10	7	4	40
75 a 100		2	1		2	4	1	10
100 a 150		3	2	2		3	1	11
150 a 250						2	3	5
Total	240	205	18	13	42	26	13	557

Tabela 17; Escalão de volume de vendas-(Convés Fechado)

2001	Segmento:Convés Fechado								
	Escalão de Vendas (1.000 €)	inferior ou igual a 9m	9 a 13m Linha de mão	9 a 13m Palangre de Fundo	13 a 16m Linha de mão	13 a 16m Palangre de Fundo	13 a 16m Rede de Chicharro	16 a 24m	Superior ou igual 24m
2.5 a 5	1								1
5 a 7.5	2								2
7.5 a 10	2		1						3
10 a 15	2	1		1	1		1		6
15 a 25	1	2							3
25 a 37.5	1	4			1	1			7
37.5 a 50	2	3		1					6
50 a 75		2			3		1	1	7
75 a 100	1		2	1					4
100 a 150		2	3		4			2	11
150 a 250			6				1	2	9
250 a 375			1		3			1	5
375 a 500					2				2
Superior a 500					1			2	3
Total	12	14	13	3	15	1	3	7	68

Tabela 18; Escalão de volume de vendas-(Atuneiros)

2001	Atuneiros				
	Escalão de Vendas (1.000 €)	Faial	Pico	S. Miguel	Total
Inferior ou igual a 2,5		1			1
25 a 37.5	1	1			2
37.5 a 50		2	1		3
50 a 75		5	1		6
75 a 100		5			5
100 a 150		3			3
Total	1	17	2	20	

5.2.4.3 Discussão

A frota activa é caracterizada por volumes de venda por embarcação relativamente reduzidos, ou seja, a grande maioria das embarcações (70% da frota) encontra-se escalonada abaixo do limite dos € 25.000, verificando-se que 20,6% (129 embarcações) tem mesmo volumes de vendas inferiores a € 2.500. Das últimas, 94 embarcações (15% do total da frota) são caracterizadas por serem de convés aberto com comprimento inferior a 6m e 33 embarcações dos 6 aos 9m.

Das embarcações de convés aberto apenas 66 (10% da frota total) realizaram rendimentos acima dos € 50.000. O escalão de volume de vendas € 150.000 – 250.000 com apenas 5

embarcações (9 a 15m) constituiu o limite máximo atingido por embarcações de convés aberto, tendo 3 destas actuado com rede de chicharro e as outras 2 com palangre de fundo. No escalão imediatamente abaixo (€ 100.000 – 150.000), verificaram-se apenas 11 embarcações, 7 das quais com comprimentos entre os 6 e 9 m e distribuídas atendendo à arte de pesca do seguinte modo: 3 (linha de mão), 2 (palangre de fundo) e 2 (rede de chicharro). As restantes 4, do segmento 9 a 15m, actuavam com palangre de fundo (3) e rede de chicharro (1).

Analisando especificamente a frota de convés fechado verifica-se que existe um sub-rendimento notório das embarcações de maior comprimento. Do total das 7 embarcações com comprimento superior a 24m, apenas 2 têm volumes de vendas superiores a € 500.000, quedando-se 5 abaixo dos € 250.000. Das últimas, uma ficou mesmo no escalão entre os € 50.000 e 75.000. Das 3 embarcações pertencentes ao segmento 16 a 24, apenas 1 registou valores no escalão € 150.000 a 250.000, tendo as outras registado valores respectivamente entre os € 50.000 a € 75.000 e € 10.000 a 15.000. No segmento dos atuneiros o escalão máximo atingido é o dos € 100.000 a 150.000 com 3 embarcações de um total de 20, o que salienta bem a baixa actividade/rendimento deste sector. No escalão imediatamente abaixo (€75.000 a 100.000) encontram-se 5 atuneiros.

Existe uma pequena fracção da frota que contrasta fortemente com o anteriormente referido no que respeita aos baixos volumes de venda realizados. Do total, 7,4%, correspondendo a 46 embarcações de quatro ilhas (S. Miguel, Terceira, Faial e Graciosa) concretizaram volumes de vendas superiores a € 100.000, sendo que 28 (4,5%) realizaram montantes acima dos € 150.000. No escalão mais elevado, apenas se registaram 3 embarcações (2 de S. Miguel e 1 da Terceira) realizando rendimentos brutos superiores a € 500.000.

Nas embarcações de convés fechado dos segmentos de inferior comprimento verificaram-se resultados bem mais condizentes de uma actividade mais efectiva ou eficaz. No segmento dos 13 aos 16m (palangre de fundo) de um total de 15 embarcações, 6 retiveram valores acima dos € 250.000 (com 1 mesmo acima dos € 500.000) e 4, entre os € 100.000 e 150.000. Por seu lado, 10 das 13 embarcações do segmento 9 a 13m (palangre de fundo) realizaram rendimentos entre os € 100.000 e 375.000, com 6 destas a ficarem no escalão € 150.000 – 250.000. O segmento das embarcações de 13 a 16m (palangre de fundo) é o que melhores resultados apresenta, evidenciando muito provavelmente índices de actividade superiores.

Pela análise desenvolvida identifica-se a existência de uma elevada proporção da frota possuindo níveis de actividade reduzidos ou com uma actividade com fracos resultados, que se estende aos diversos segmentos de frota. Em todos, existe mesmo uma variação alargada dos níveis de actividade/rendimentos realizados por embarcação. Por outro lado, é também evidenciado a existência de baixos rendimentos provenientes de uma frota de características operacionais fracas e de autonomia limitada quer em termos de navegabilidade quer em termos de conservação do pescado, como são os segmentos inferiores a 9m.

No que respeita aos segmentos de frota de maiores dimensões sobressai o facto de uma proporção maioritária das embarcações revelar um nível de actividade provavelmente reduzido. No que se refere o caso dos atuneiros, os baixos resultados parecem estar directamente associados com as baixas capturas de tunídeos dos últimos anos motivado por eventual falta de peixe.

5.2.4.4 Conclusões

Conclui-se que existe uma parte significativa da frota cuja actividade deverá ser extremamente reduzida, visto que existem 129 embarcações (20,6%) que apresentam volumes de vendas inferiores a € 2.500. Em complemento, verifica-se da relação destas, com a componente de frota de características operacionais fracas anteriormente identificada. De facto das 129 embarcações referidas, 94 (15% do total da frota) são caracterizadas por serem de convés aberto com comprimento inferior a 6m e 33 embarcações dos 6 aos 9m.

Por outro lado, conclui-se da existência de outro dado sintomático relativo a um enfraquecimento operacional da actividade da frota de pesca dos Açores. Todos os segmentos apresentam uma variação bastante alargada de rendimentos, o que por sua vez motiva a existência de um largo espectro de níveis de actividade das embarcações.

Apesar do anterior, existe um grupo reduzido de embarcações que apresentam valores brutos de rendimento bastante relevantes, fazendo parte dos segmentos de embarcações polivalentes de médio e grande porte.

5.2.5 Custos e rendimentos da Frota

5.2.5.1 Metodologia

A determinação de uma estrutura de custos para a frota teve como base a construção de modelos específicos para os principais segmentos da frota utilizando folha de cálculo do Microsoft Excel. Os modelos foram elaborados tendo em conta a utilização de valores médios relativos a uma actividade anual média das embarcações, não se centrando assim na actividade das melhores ou piores embarcações do segmento.

Os segmentos principais estabelecidos referem-se ao segmento da frota de atuneiros e frota polivalente. A última, divide-se nas variantes de pesca de demersais compreendendo os Grandes Palangreiros, Médio Palangreiros, Embarcações Cabinadas actuando com linha de mão, Palangreiros de convés aberto, Embarcações de convés aberto actuando com linha de mão, Frota do Pico, Frota de S. Jorge, Frota da Graciosa, Frota das Flores, Frota do Corvo e Frota de Santa Maria. A outra variante considerada refere-se à pesca de pequenos pelágicos. A correspondência de todas as variantes com os segmentos definidos na secção 5.1 é dada na tabela 19, na qual se realiza também a identificação das características principais de cada variante considerada.

As variantes definidas compreendem vários conjuntos de embarcações com um padrão de pesca comum, que foram seleccionadas com base em diferenças operacionais bem distintas. Os parâmetros que identificam cada variante/conjunto de embarcações referem-se sobretudo às características das embarcações, as espécies alvo, o número anual médio de dias de mar, a captura anual realizada (em quantidade e valor), o valor médio por quilo do pescado capturado, as artes de pesca utilizadas e o número de tripulantes.

Os modelos foram elaborados atendendo a uma estrutura de custos variáveis e fixos, contrapostas com as receitas provenientes das capturas anuais médias. O ponto fulcral de manipulação dos modelos refere-se ao número de dias de pesca num ano realizado por uma embarcação, calculando-se os custos variáveis e receitas em função deste dado. Os resultados

que são obtidos por desenvolvimento do modelo englobam a seguinte informação final em termos de valor anual final e valor por unidade de produção (€/tonelada): custos variáveis totais, custos fixos totais, e custos totais globais, bem como ainda, lucro bruto, lucro líquido e ganho individual relativo à tripulação.

A informação necessária para desenvolver os modelos, em particular os dados para inserir nestes, referentes a preços, quantidades utilizadas de consumíveis, processo de cálculo de salários, dias de mar médios, entre outros, foram obtidos junto de armadores considerados informadores privilegiados e tendo como base o ano de 2002.

A informação obtida com os modelos constituídos resulta de aplicações genéricas da actividade de um dado segmento de frota, visto que têm suporte em valores médios adoptados, isto é não se consideram os dados provenientes das embarcações identificadas como tendo uma performance muito boa ou fraca. Adicionalmente, foi também necessário tomar algumas suposições de forma a caracterizar genericamente o padrão de cada variante. Seguidamente, listam-se as principais suposições tomadas:

- a) **Combustíveis** - O preço de gasóleo e lubrificantes considerado uniformemente foi respectivamente de, € 0,24/l e € 2,99/l. A quantidade de lubrificante foi estipulada como sendo 1% da quantidade de combustível utilizada, coincidindo com as quantidades totais médias utilizadas pelos armadores. No caso da frota da Ilha de Santa Maria considerou-se o preço de gasolina, já que é bastante frequente a utilização deste combustível dado o tipo de frota de menores dimensões optando por motores fora de borda.
- b) **Isco (linha de mão e palangre)** - Para o isco consideraram-se dois preços médios anuais para a aquisição de sardinha e/ou cavala congeladas: € 1,42 para a frota do Corvo e Flores, e € 1,0 para as restantes variantes. A diferença resulta da distância que encarece o preço de aquisição. A frota de algumas ilhas (S. Maria, Flores, Graciosa, S. Jorge, Pico) opta também pela utilização de lula para isco, considerando-se um preço médio de € 2,24.
- c) **Artes de pesca / preparação de artes / reparação de embarcações** – Para estas componentes é apenas atribuído um valor global anual, dado a dificuldade em discriminar o gasto diário.

5.2.5.2 Resultados e Discussão

Na Tabela 20, apresenta-se a estrutura de custos médios para cada segmento modelado. Convém frisar que os valores correspondem sempre a uma média do segmento e que em cada segmento existe uma variação considerável da actividade, conforme visto aquando da análise dos volumes de venda. É também conveniente notar, que se considerou para a frota de cabinados operando com linha de mão uma actividade média anual correspondente a 70 dias de mar. Todavia, considera-se igualmente um cenário de 90 dias de mar, que se julga bem possível de se concretizar.

Os segmentos/variantes que apresentam os maiores custos totais (variáveis e fixos) por unidade capturada são os seguintes:

- Frota da Graciosa (€ 6 338/t);

- Cabinados com linha de mão (€ 5 288/t ou € 5 047/t com actividade a 90 dias de mar);
- Frota de S. Jorge (€ 4 672);
- Grandes Palangreiros (€ 4 206).

Todavia, destes últimos, a Frota da Graciosa e os Cabinados com Linha de Mão são dos que maiores resultados retiram da actividade com respectivamente, os seguintes valores de lucro líquido e salários por tonelada capturada:

Segmento / Variante de embarcações de convés aberto	Lucro (€/t)	Salários (€/t)
Frota da Graciosa	1 144	3 315
Cabinados actuando com linha de mão a 70 dias	1 197	2 018
Cabinados actuando com linha de mão a 90 dias	1 438	2 045

As variantes com maiores valores de lucro líquido realizado por tonelada capturada (após dedução dos custos variáveis e fixos) referem-se predominantemente, às frotas actuando com linha de mão. Em concreto, estas são as frotas de:

- Flores (€ 2 381/t);
- Corvo (€ 1 436/t);
- Cabinados do Faial/Terceira (€ 1 197/t ou € 1 438/ considerando 90 dias de mar);
- Embarcações de Convés Aberto de S. Miguel/Terceira (€ 1 163);
- e, Graciosa (€ 1 144/t).

No entanto, quando se analisam os valores totais de lucro líquido anual são de longe os Grandes Palangreiros que se destacam com valores na ordem dos € 140 000. Muito abaixo surgem os Médio Palangreiros (€ 44 350), Frota de Pequenos Pelágicos de S. Miguel (€ 38 350) e somente então a Frota das Flores (€ 20 240), os Palangreiros de Convés Aberto (€ 13 280), os Cabinados actuando com linha de mão a 90 dias de mar (€ 12 940) e os restantes com valores inferiores a € 6 000.

No que respeita aos valores salariais auferidos em cada segmento por unidade capturada realçam-se como salários mais elevados os praticados na Frota da Graciosa (€ 3 315/t), Frota de S. Jorge (€ 2 172/t), Cabinados com linha de mão (€ 2 018/t), e Grande Palangreiros (€ 1930/t). No entanto, em termos da remuneração média anual por tripulante é ao nível dos Grandes Palangreiros que se registam uma vez mais, os valores mais elevados (€ 21 610), surgindo depois a Frota da Graciosa (€ 9 120), os Cabinados actuando com linha de mão a 90 dias de mar (€ 9 200) e Médio Palangreiros (€ 7 960).

Os salários mais reduzidos, abaixo dos € 4 000 anuais, verificam-se predominantemente na Frota de Santa Maria (€ 2550/ano), Frota de S. Miguel, relativamente às variantes dos Palangreiros de convés aberto (€ 3 230/ano), Embarcações de convés aberto actuando com linha de mão (€ 2 980/ano), Frota dos Pequenos Pelágicos (€ 3 930/ano) e Frota do Pico (€ 3670/ano). Este cenário de remuneração anual individual bastante reduzida resulta do facto de uma fracção considerável dos custos variáveis (de operação da embarcação) e nalguns casos,

mesmo de custos fixos, serem cobertos pelas receitas brutas da embarcação antes do cálculo da remuneração da tripulação. Desta forma, os custos são na prática deduzidos do potencial salário da tripulação em benefício do Armador.

Em complemento dos ganhos analisados atrás considerou-se também, integrar outra perspectiva de rendimento proveniente da embarcação, relacionada com os apoios de cessação de actividade inerente a cada tipo de embarcação. Desta forma, das frotas identificadas como tendo os maiores valores de lucro líquido por tonelada capturada são as embarcações Cabinadas actuando com linha de mão, que detém o maior valor potencial de cerca de € 82000 de apoio de cessação de actividade. No caso das outras variantes designadas com maior lucro líquido por tonelada, os potenciais valores estimados de apoio de cessação de actividade por embarcação são bastante inferiores, sendo de € 20 500 (Frota das Flores e Graciosa) e € 16 400 (Frota do Corvo e Embarcações de convés aberto actuando com linha de mão).

Em termos globais, é naturalmente aos Grandes Palangreiros e Atuneiros, embarcações com maior tonelagem, a que corresponde os maiores valores de apoio de cessação de actividade, respectivamente € 781 000 e € 755 000. Todavia, enquanto que nos Atuneiros assiste-se a uma actividade cujos custos são superiores às receitas, no caso dos Grandes Palangreiros o cenário é inverso, representando o apoio de cessação, o equivalente ao lucro líquido anual de cerca de 5,5 anos de actividade. Assim, sobressai uma evidente e manifesta tendência para que os Armadores dos Atuneiros procurem a obtenção do apoio de cessação de actividade, embora esta situação não seja totalmente líquida dado os apoios fornecidos pelo Governo Regional quando da aquisição destas embarcações.

Neste âmbito, verifica-se de uma maneira geral para a frota cabinada de pesca de demersais, que o apoio de cessação para cada tipo de embarcação representa o equivalente ao lucro líquido anual de 5 a 6 anos de actividade, conforme se especifica seguidamente em detalhe:

Segmento / Variante de embarcações de convés aberto	Apoio de cessação (€)	Equivalente de lucro anual (anos)
Grandes Palangreiros	781 000	5,6
Médio Palangreiros	217 000	4,9
Cabinados actuando com linha de mão a 90 dias	82 000	6,3

No caso das restantes variantes de frota de convés aberto assiste-se à aplicação de um apoio de cessação muito menos encorajador de ser solicitado, quer pelo valor global bruto que este representa quer pelo seu valor relativo quando comparado com o lucro a realizar anualmente pela embarcação na sua actividade normal. De facto, os valores de apoio de cessação nestes casos, correspondem a um equivalente de lucro anual líquido que varia entre 1 a 4 anos de actividade, conforme seguidamente se resume:

Segmento / Variante de embarcações de convés aberto	Apoio de cessação (€)	Equivalente de lucro anual (anos)
Palangreiros	53 300	4
Embarcações actuando com linha de mão	16 400	2,7
Frota do Pico	12 300	2,4
Frota de S. Jorge	24 600	4,3
Frota da Graciosa	20 500	1,6
Frota das Flores	20 500	1
Frota do Corvo	16 400	3,3
Frota de Santa Maria	8 200	1,7

Da frota referida no parágrafo anterior, verifica-se em complemento que esta integra uma característica estrutural relacionada com componentes operacionais bastante fracas, cujas limitações influenciam em muito os rendimentos das embarcações. De facto, muitas destas variantes são compostas ou integram, segmentos de embarcações inferiores a 6m, cujos resultados em termos do valor de produção, actividade (dias de pesca) e produtividade são bastante reduzidos.

Tabela 19; Caracterização das Variantes de Frota definidas para aplicação de modelos de custos

Características	Variantes / Segmentos de Frota – Modelados											
	Pequenos Pelágicos	Grande Palangreiros	Médio Palangreiros	Cabinados e C. aberto Linha de Mão	Palangreiros Convés Aberto	C. Aberto de Linha Mão	Frota Pico	Frota S. Jorge	Frota Graciosa	Frota Flores	Frota Corvo	Frota S. Maria
Correspondência com segmentos - secção 5.1	9-15m RCh 13-16m RCh	>=24m	9-13m PF 13-16m PF 16-24m PF	9-13m LM 13-16m LM 9-15m c.a. LM	6-9m PF 9-15m PF	<=6m 6-9m LM <=9m c.f.	<=6m 6-9 LM	<=6m 6-9 LM	<=6m; 6-9 LM; 9-15 LM <=9m c.f.	<=6m; 6-9 LM; 9-15 LM 9-13 LM/ PF	<=6m; 9-15 LM.	<=6m; 6-9 LM; 9-15 LM 9-13 LM/ PF
Tipo de Navio	Convés aberto, madeira	Cabinados, aço	Cabinados, fibra de vidro	Cabinados, fibra de vidro	Convés aberto; madeira	Convés aberto; madeira	Convés aberto; madeira	Convés aberto; madeira	Convés aberto; madeira	Convés aberto; madeira	Convés aberto; madeira	Convés aberto; madeira
Arte de Pesca	Cerco (com argolas; retenida)	Palangre de fundo	Polivalente – em geral palangre de fundo	Polivalente - em geral Linha de Mão	Polivalente – em geral palangre de fundo	Polivalente – em geral Linha de Mão	Polivalente - em geral Linha de Mão e, redes e xalavar	Polivalente - em geral Linha de Mão e, covos no Verão	Polivalente em geral Linha de Mão	Polivalente - em geral Linha de Mão / salto e vara	Polivalente - em geral Linha de Mão. No verão salto e vara	Polivalente - em geral Linha de Mão / salto e vara
Características médias das Artes (utilização /dia)	120 braços comprimento e 25-30 altura	120 aparelhos (cada com 90-120 anzóis)	70 gamelas (cada com 90-120 anzóis)	15-30 guarzeiras (20 anzóis cada)	70-80 gamelas (100 anzóis cada)	10-20 guarzeiras (20 anzóis cada)	Linha de mão / toneira/ chalavar	Linha de mão / chalavar/ covos	8 groseiras (25-50 anzóis cada)	Linha de mão	Linha de mão	Linha de mão
Espécies alvo	Chicharro, cavala, sardinha,	Demersais, em especial goraz	Demersais, em especial goraz	Demersais, em especial goraz	Demersais, em especial goraz	Demersais	Demersais, lula e chicharro	Demersais (goraz) lula e lagosta	Goraz	Demersais, em especial goraz	Demersais, em especial goraz	Demersais
Preço médio €/kg	1,4	4,99	4,49	6,48	3,99	3,99	2,49	5,49	7,48	5,49	4,99	2,74
Isco / engodo Quantidade (kg/dia)	Batatas (20), gás para cozer / pelágicos (80-100)/ sal	Sardinha / cavala (80) lula (80) congeladas / sal (25)	Sardinha / cavala congeladas (80) / sal (15)	Sardinha / cavala congeladas (30) / sal (15)	Sardinha / cavala congeladas / sal	Sardinha / cavala congeladas (30) / sal (15)	Sardinha / cavala congeladas (5) / sal (1)	Sardinha / cavala congeladas (34) / sal (7)	Sardinha / cavala congeladas (80-100) / sal (25)	Sardinha / cavala congeladas (34) / sal (3,5)	Sardinha / cavala (17,5) / bonito congelados / sal (6,5)	Sardinha / cavala congeladas
Duração viagens	1	8-12	7-10	3	2,5	1	1	1	1	1	1	1
Comprimento (m)	9-12	24-30	12-14	9-12	9-13	<9	<7m	6-10	<10	<10	<9	<7
Potência (hp ¹)	125	600-800	200-300	115-130	90-130	<70	40-80	40-80	40-80	40-80	40-80	40-80
Base de armamento	S.Miguel	S. Miguel	S. Miguel / Faial / Terceira	Faial / Terceira	S. Miguel / Terceira	S.Miguel/ Terceira/ Faial	Pico	S. Jorge	Graciosa	Flores	Corvo	S. Maria
Tripulação ¹)	12	16	16	2-3	13	1-2	2	2-3	4-5	2	2	2
Dias de pesca /ano	150-200	225	200	70-90	125	70	80	100	110	85	70 (30 salto e vara)	95
Produção média anual (t ¹)	100	180	71,6	7-9	31	5,3	7,5	7	11	8,5	3,5 (2-4 bonito)	7,6
Nº estimado de embarcações em operação	13	6	30	59	44	236	88	42	43	19	4	36

Tabela 20; Estrutura de Custos e Receitas por Unidade Capturada por Segmentos de Frota Principais segundo as variantes definidas

Rubricas (Custos e Receitas / Lucro)	Grande Palangreiros	Médio Palangreiros	Cabinados LM		Palangreiros C. Aberto	LM C. aberto	F. Pico	F. S. Jorge	F. Graciosa	F. Flores	F. Corvo	F. S. Maria	Pequenos Pelágicos	Atun.
Dias de pesca (média)	224	199	70	90	123	70	78	100	110	85	70	95	167	150
Captura média diária (kg)	800	360	100	100	250	75	95	70	100	100	50	80	600	600
Captura Média anual (t)	179,2	71,6	7,0	9,0	30,8	5,3	7,4	7,0	11,0	8,5	3,5	7,6	100,2	91,2
Receita Bruta (€)	893 850	321 610	45 390	58 360	122 700	20 950	18 480	38 410	82 300	46 640	17 460	20 850	139 940	182 100
Custos Variáveis (€/t produto final)														
Combustível	306	170	489	489	98	114	39	70	49	61	122	218	10	448,1
Isco	339	226	336	336	431	449	56	509	810	492	530	787	20	
Gelo	49	23	175	175	27	67	0	45	0	12	0	18	-	
Artes de pesca	56	139	356	277	243	285	54	584	227	59	143	53	15	21,9
Salários	1930	1777	2018	2045	1366	568	990	2172	3315	1338	1407	335	471	704,6
Outros	988	908	1137	1121	1082	684	365	804	1091	803	753	405	366	380
Total	3668	3243	4511	4443	3247	2167	1504	4184	5492	2765	2955	1816	882	1550,6
Custos Fixos (€/t produto final)														
Reparação/manutenção	75	244	71	55	81	95	20	71	181	35	162	66	13	289,9
Seguros	206	208	499	388	226	542	239	357	209	208	399	183	70	196,9
Contabilidade	57	42	86	67	0	0	17	43	218	82	0	23	0	13,7
Outros	200	133	121	94	4	23	11	17	238	15	36	17	49	206,6
Total	538	627	777	604	311	660	287	488	846	340	597	289	132	707,1
Total Custos Variáveis e Fixos	4206	3870	5288	5047	3558	2827	1791	4672	6338	3105	3552	2105	1014	2261,7
Ganho / Lucro Líquido (€/t produto final)	782	619	1197	1438	432	1163	703	815	1144	2381	1436	639	383	-264,5
Ganho / Lucro Total anual líquido (€)	140 140	44 350	8 380	12 940	13 280	6 110	5 210	5 700	12 580	20 240	5 020	4 860	38 350	-24 100
Apoio de cessação de actividade da embarcação (€)	781 000	217 000	82 000	82 000	53 300	16 400	12 300	24 600	20 500	20 500	16 400	8 200	49 200	755 000
Remuneração média anual por Tripulante (€)	21 610	7 960	7 060	9 200	3 230	2 980	3 670	5 070	9 120	5 690	4 930	2 550	3 930	4 900

5.2.5.3 Conclusões

Conclui-se, que as frotas com melhor performance (lucro líquido - €/t) estão associadas aos seguintes parâmetros:

- Arte de pesca operando com linha de mão;
- Embarcação cabinada;
- Situação geográfica identificada com o Grupo Ocidental e Central, nomeadamente em redor da ilha Graciosa;

Os valores exibidos pelas pequenas frotas locais e costeiras de Flores, Corvo e Graciosa são sintomáticos do benefício resultante quer da localização geográfica quer do tipo de arte utilizado (linha de mão), embora se resumam a embarcações de características operacionais bastante limitadas com raios de acção muito reduzidos.

No caso do segmento/variante das Embarcações Cabinadas actuando com linha de mão, existe um benefício claro resultante da conjugação dos três parâmetros enunciados, para além de que a autonomia associada a este tipo de embarcação é considerável e assim sendo, existe um potencial alargado de exploração dentro das áreas geográficas citadas para além, das disponíveis na ZEE. Adicionalmente, este segmento congrega o maior valor de apoio de cessação de actividade dentro do grupo das variantes com melhores resultados de lucro líquido apresentados, cerca de quatro vezes superior (sendo de € 82 000). Em termos operacionais, acresce ainda o facto destas embarcações estarem dotadas com melhores condições de segurança, navegabilidade, comodidade / habitabilidade e estruturas de conservação do pescado que fomentam maior valorização do preço do pescado.

Por outro lado, embora esta última variante seja caracterizada por um lucro anual bastante inferior aos palangreiros cabinados, identifica-se justamente por ser uma pesca com uma característica notável no que respeita à conservação e sustentabilidade dos recursos. De facto, o tipo de pesca exercido envolve capturas anuais comparativamente reduzidas, de cerca de 9t/ano face aos cerca de 180t/ano dos Grande palangreiros e 70t/ano dos Médio palangreiros.

Tendo em atenção os vários aspectos considerados, a frota dos Cabinados actuando com linha de mão, principalmente com uma actividade de 90 dias de mar/ano, surge como sendo uma das escolhas mais acertadas para implementar e desenvolver na pesca de demersais nos Açores.

Em sentido negativo, salienta-se a existência de alguns segmentos, nomeadamente de S. Miguel, S. Maria e Pico, cujos resultados finais são conseguidos em muitos casos, à custa do salário da tripulação, com dedução de uma fracção considerável dos custos variáveis (operacionais) das embarcações.

Por outro lado, conclui-se que a tentação de obtenção do apoio de cessação de actividade poderá estar eminente no que respeita ao segmento dos atuneiros, privando assim a frota dos Açores de um segmento de embarcações com capacidade e autonomia para percorrer a extensa ZEE e eventualmente, encetar alternativamente a exploração de outros recursos. No que toca aos restantes segmentos, os valores envolvidos e rendimentos médios obtidos em cada variante parecem indiciar mais pela continuação da actividade das embarcações do que pela cessação.

Em complemento, acentua-se a existência de uma característica estruturante referente a uma parte considerável da frota cujas componentes operacionais são bastante fracas. Esta é principalmente composta por um segmento de embarcações inferiores a 6m e de 6 a 9m, cujos resultados em termos do valor de produção, actividade (dias de pesca), salários, lucro e produtividade são bastante reduzidos.

5.3 Nível de Actividade / Produtividade da Frota

No estudo anterior verificou-se a existência de uma proporção considerável da frota possuindo níveis de inactividade bastante elevados. Esta situação é motivo de reflexão em termos de política de pesca para a região, levantando-se a questão - *Deveriam as embarcações inactivas ser retiradas do licenciamento de pesca e conseqüentemente do registo da frota?*

Para melhor responder a esta questão e analisar este tema, o presente trabalho tentou contemplar com o maior rigor possível a determinação da actividade de cada embarcação.

5.3.1 Metodologia

5.3.1.1 Cálculo dos dias de mar por embarcação por ano

O nível de actividade da frota pretende estabelecer um equivalente de tempo completo de operação das embarcações. Com o intuito de caracterizar os níveis de actividade das embarcações foi, em primeiro lugar, necessário identificar o tempo passado no mar por cada uma destas.

Dada a falta de informação dos dias de mar das embarcações de pequena pesca e informação disponível das embarcações costeiras, recorreu-se ao número de marés contabilizado pelas vendas em lota das estatísticas de desembarques da Lotaçor. Todavia, o número de marés não corresponde ao número real de dias de mar, já que algumas embarcações passam mais de um dia no mar para cada venda realizada.

Desta forma, foi necessário estabelecer factores padrão para aplicar ao número de marés/vendagens realizadas por cada embarcação, que indicassem com um rigor relativamente elevado o verdadeiro tempo passado no mar. Os factores adoptados variaram consoante as características intrínsecas às operações de cada tipo de embarcação. A tipologia das embarcações foi definida a partir do levantamento das operações em cada ilha e portos principais.

Seguidamente e na Tabela 21, apresenta-se uma breve descrição dos factores escolhidos para aplicação às diferentes embarcações da frota. Os factores têm como base a pesquisa de campo realizada de modo tão exaustivo quanto possível, sendo importante conjugar esta informação com a fornecida na Tabela 21.

Identificação e Descrição dos Factores Aplicados

- Factor 1; aplicado a embarcações de pesca de pequenos pelágicos cuja operação habitual se resume a um dia de mar.
- Factores 1,1 e 1,2; aplicados sobretudo a embarcações locais normalmente inferiores a 9m e com predominância para a arte de linha de mão, cuja operação habitual se resume a um dia de mar. Inclui também embarcações costeiras que efectuam apenas um dia de mar. Por vezes, estas embarcações saem para o mar sem efectuar qualquer venda, juntando numa vendagem a pesca de dois dias, daí considerar-se o número de dias de mar ligeiramente superior ao número de marés.
- Factor 1,5; aplicado a embarcações costeiras de boca aberta actuando principalmente com linha de mão, com porto de armação em S. Miguel, que passam mais de um dia no mar em relação a cada venda que fazem em lota (maré). Na medida do possível adoptou-se o factor de acordo com o conhecimento obtido para cada embarcação (artes utilizadas, porto e procedimento habitual no porto de proveniência).
- Factores 2 e 2,5; aplicados às seguintes embarcações:
 - embarcações de convés aberto de comprimento até 9,4m com porto de armamento em S. Miguel, actuando com a arte de palangre de fundo.
 - embarcações de convés fechado com comprimento ligeiramente abaixo dos 9m (8,7 - 9m) ou acima dos 10m com porto de armamento fora de S. Miguel.
- Factor 3; aplicado às embarcações de convés fechado com comprimento entre os 9 e 13m actuando com linha de mão.
- Factores 4; 5; 6; 7; 8; 10; aplicados a embarcações costeiras cabinadas, actuando com palangre de fundo. Os factores mais elevados são aplicados de uma maneira geral às embarcações de maiores dimensões, no entanto a atribuição do factor foi realizada caso a caso dado as especificidades de actuação de cada uma destas.
- Para todos os factores existiu a aplicação de excepções de acordo com as especificidades apresentadas por determinadas embarcações.

No que respeita aos Atuneiros, decidiu-se não adoptar qualquer forma de equivalência aos dias de mar efectivamente passados no mar. Esta decisão, deriva da actividade desigual deste segmento nos últimos anos, motivado pela profunda quebra da pescaria.

Tabela 21; Factor multiplicador e padrão dos dias de mar assumidos para determinação do nível de actividade das embarcações

Ilha	Segmento (comprimento / convés / arte de pesca)	Factor para cálculo dos dias de mar	Padrão dos dias de mar anual
S.Maria	• Inferior a 6m (convés aberto)	1,2	70
	• Superior a 6m (convés aberto)	1,2	140/150*
	• 10–11m (convés fechado)	2	150
S. Miguel	• Inferior a 6m (convés aberto)	1,2	70
	• Superior a 6m (convés aberto)	1,1	200
	• pesca de pequenos pelágicos	1	130
	• 9-12m, Palangre de Fundo (convés aberto)	2	200
	• 9-12m, Linha de mão (convés aberto)	1,1/1,5*	150/200*
	• superior a 12m até 28m (convés fechado) Palangre	6/7/8/10*	250/280*
Terceira	• Inferior a 6m (convés aberto)	1,2	70
	• Superior a 6m (convés aberto)	1,2	90
	• 9-13m (convés fechado) Linha de mão principalmente	3	100
	• 12-15m (convés fechado) Palangre principalmente	2/3/4/5/7*	230
Faial	• Inferior a 6m (convés aberto)	1,2	70
	• 6-9m (convés aberto)	1,2	100
	• 9-13m (convés fechado) Linha de mão	3	100
	• superior a 13m (convés fechado) Palangre de fundo	2/5*	230
Graciosa Pico, S.Jorge	• Inferior a 6m (convés aberto)	1,2	70
	• Superior a 6m (convés aberto)		100
Flores, Corvo	• Inferior a 7m (convés aberto)	1,2	70
	• Superior a 7m (convés aberto)		85

* Aplicado caso a caso conforme a informação obtida para cada embarcação

5.3.1.2 Cálculo dos níveis de actividade da frota em 2001

O nível de actividade pressupõe estimar o grau de disponibilização de cada embarcação à pesca. As embarcações foram analisadas tanto quanto possível segundo padrões pré-definidos, no seguimento do exercício realizado atrás na atribuição dos factores para cálculo dos dias de mar. Assim, teve-se em linha de conta as especificidades técnicas das embarcações como comprimento, tipo de convés, arte de pesca utilizada, potência, tAB e porto de armamento, conjugados com a informação de dias de mar anual e por viagem de pesca obtidos durante a pesquisa de campo.

Para cada padrão de pesca, definiu-se um número total de dias de pesca anual que se considerou adequado para caracterizar a respectiva actividade (Tabela 21). Assim, calculados os dias de mar totais de cada embarcação (pela multiplicação das marés/vendagens realizadas - desembarques da Lotaçor – pelo respectivo factor), efectuou-se o quociente:

$\text{Nível de actividade} = (\text{dias de mar total (de cada embarcação)} / \text{total de dias de mar pré-definido como padrão}) \times 100$
--

O valor (percentual) obtido define o nível de actividade de cada embarcação.

De forma a minimizar eventuais erros de estimação considerou-se uma classificação qualitativa com base em intervalos relativamente alargados, nos quais se enquadram os valores calculados para cada embarcação. Os três níveis de actividade foram definidos do seguinte modo:

- *nível reduzido de actividade*, correspondente a uma actividade estimada inferior a 40% dos dias de mar estabelecidos como padrão;
- *nível médio de actividade*, correspondente a uma actividade estimada entre 40 e 80% dos dias de mar estabelecidos como padrão;
- *nível pleno de actividade*, correspondente a uma actividade estimada superior ou igual a 80% dos dias de mar estabelecidos como padrão.

Os intervalos definidos representam uma aproximação simplificada dos níveis efectivos de actividade. Os possíveis erros de estimação podem advir, quer por uma incorrecta definição dos dias de laboração considerado padrão quer pelo próprio calculo dos dias de mar de cada embarcação obtidos pela aplicação dos factores anteriormente referenciados aos dias de venda em lota (marés).

Os níveis foram definidos de forma a entender-se que o nível médio (40 a 80%), representa uma actividade próxima do meio tempo, embora nalguns casos seja eventualmente superior a uma actividade de meio tempo e o nível reduzido (inferior a 40%) representa um nível de inactividade elevado.

Como actividade a 100% consideraram-se os valores de dias de mar apresentados na Tabela 21, ponderados para o tipo de segmento de frota e actividade característica de cada porto. Estes valores resultaram do trabalho de campo levado a cabo em cada ilha, complementado com os dados de armadores considerados informadores chave.

Os atuneiros não estão incluídos na análise efectuada dada a actividade anormal registada nos últimos 4 anos, resultante da escassez de peixe.

5.3.1.3 Razões para a inactividade das embarcações

Com o intuito de confrontar os resultados que viriam a obter-se pela aplicação da metodologia atrás descrita, no que respeita o nível de actividade das embarcações, efectuou-se uma pesquisa de campo de forma a identificar a situação de actividade de cada embarcação em 2001. Para tal contou-se com a informação dos próprios armadores e/ou de informadores privilegiados. Desta forma, não só se estabelecia uma forma paralela de confrontar os resultados como se procedia à obtenção de informação que justificava a inactividade das embarcações quando fosse o caso.

Em complemento, realizou-se um questionário a 113 armadores com o fim de identificar quais as razões evocadas por estes para quando não foram para o mar para a faina. No Anexo 6 apresenta-se um exemplar do questionário desenvolvido e tipologia da amostra inquirida. De forma sucinta, as perguntas realizadas inquiriam o seguinte:

Em, 2001 das vezes que não foi à pesca foi pela razão de:

- Condições Ambientais Desfavoráveis*
- Outra Actividade fora da pesca*
- Condições do porto desfavoráveis*
- Capturas baixas (falta de peixe)*
- Preço do peixe estar baixo*
- Falta de disposição ou vontade*
- Falta de escoamento aéreo do pescado*
- Falta de tripulantes*
- Doença*
- Embarcação a reparar*
- Outra razão*

Para a resposta de escolha múltipla era também pedido que fosse dada a frequência anual relativa para cada uma das razões.

5.3.2 Resultados

Nas tabelas seguintes apresentam-se os resultados obtidos referentes à determinação do nível de actividade de cada embarcação. A Tabela 22 desagrega a frota total pelos 3 níveis considerados não se contabilizando o segmento dos atuneiros. Os dados apresentados reflectem os parâmetros principais da frota (número de embarcações, tAB e kW) e respectiva produção (quantidade e valor), número de marés e dias de mar estimados.

Na Tabela 23 já se inclui a desagregação da frota em embarcações de convés fechado e convés aberto, atendendo aos respectivos níveis de actividade, e nas Tabelas 24 e 25 consideram-se também os segmentos principais identificados na secção 5.1. A desagregação dos níveis de actividade por ilha são efectuados nas Tabelas 26 a 28.

Nas Tabelas 29 e 30 apresentam-se respectivamente, justificações para quando não se vai à pesca apontadas pelos armadores inquiridos e os resultados da pesquisa de campo que indicam de uma forma qualitativa a situação das embarcações quanto ao nível de actividade e as razões inerentes.

Tabela 22; Distribuição da Frota por Níveis de Actividade

2001-Açores Comprimento, e Arte Predominante	Frota por níveis de actividade						
	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
Quant. (t)				Valor (10 ³ €)			
Total frota activa	625	3.824	21.120	5.766	20.204	31.110	44.838
Nível de actividade Superior a 80%	209	1557	9491	3376	13565	18241	28191
% relativa ao total	33	41	45	59	67	59	63
Nível de actividade ente 40 e 80%	189	1008	5568	1858	4804	9518	12297
% relativa ao total	30	26	26	32	24	31	27
Nível de actividade inferior a 40%	227	1260	6061	531	1835	3351	4351
% relativa ao total	36	33	29	9	9	11	10

Tabela 23; Distribuição da Frota (Convés Aberto/Fechado) por Níveis de Actividade

2001-Açores		Frota por níveis de actividade						
Nível de actividade	Comprimento, E Arte Predominante	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
					Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Total Açores	Total	625	3.824	21.120	5.766	20.204	31.110	44.838
	C. Aberto	557	1.444	10.963	3.798	11.006	28.530	35.629
	C. Fechado	68	2.381	10.157	1.967	9.198	2.580	9.210
Nível de actividade Superior a 80%	Total	209	1.557	9.491	3.376	13.565	18.241	28.191
	C. Aberto	167	430	3.753	1.767	5.831	16.181	20.529
	C. Fechado	42	1.127	5.738	1.609	7.734	2.060	7.662
Nível de actividade ente 40 e 80%	Total	189	1.008	5.568	1.858	4.804	9.518	12.297
	C. Aberto	178	582	4.115	1.681	4.110	9.171	11.326
	C. Fechado	11	426	1.453	177	694	347	971
Nível de actividade inferior a 40%	Total	227	1.260	6.061	531	1.835	3.351	4.351
	C. Aberto	212	432	3.095	350	1.065	3.178	3.774
	C. Fechado	15	828	2.966	181	770	173	577

Tabela 24; Açores: Frota com Actividade Plena - Convés Fechado por Segmento

2001-Açores	Nível de actividade Superior a 80%						
	Embarcações (Convés Fechado ou Parcial) por Tipo de Segmento						
	Comprimento, e Arte Predominante	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés
Quant. (t)					Valor (10 ³ €)		
Inferior ou igual 9m	4	17	180	26	190	225	422
9 a 13m LM	10	176	927	152	557	367	1.083
9 a 13m PF	10	172	1.353	380	1.724	633	1.525
13 a 16m LM	2	36	195	19	134	103	515
13 a 16m PF	13	375	2.033	657	3.219	592	3.209
16 a 24m	1	25	138	50	302	82	328
Superior ou igual 24m	2	325	912	324	1.610	58	580
Total	42	1.127	5.738	1.609	7.734	2.060	7.662
% Relativamente ao total Açores (convés Fechado)	62	47	56	82	84	80	83

Tabela 25; Açores: Frota com Actividade Plena - Convés Aberto por Segmento

2001-Açores	Nível de actividade Superior a 80% Embarcações (Convés Aberto) por Tipo de Segmento							
	Comprimento, e Arte Predominante	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
					Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
Inferior ou igual 6m	68	86	831	333	957	5.771	6.918	
6 a 9m LM	55	137	1.235	465	1.979	5.973	6.890	
6 a 9m PF	8	35	301	131	461	756	1.100	
6 a 9m RCh	6	17	151	177	315	484	555	
9 a 15m LM	17	87	748	312	881	1.897	2.659	
9 a 15m PF	12	65	463	335	1.206	1.228	2.321	
9 a 15m RCh	1	2	25	14	33	72	86	
Total	167	430	3.753	1.767	5.831	16.181	20.529	
% Relativamente ao total Açores (convés aberto)	30	30	34	47	53	57	58	

Tabela 26; Açores: Frota com Actividade Plena - Convés Aberto/Fechado

2001-Ilhas	Nível de actividade Superior a 80% Embarcações (Convés Aberto/Fechado) por Tipo de Segmento							
	Comprimento, e Arte Predominante	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés	Dias de Mar Estimados
					Quant. (t)	Valor (10 ³ €)		
São Miguel	85	768	3.628	1.813	6.587	9.083	13.946	
Terceira	42	377	2920	799	3627	2971	5429	
Faial	16	265	1.422	307	1586,8	819	2.192	
Pico	26	46	427	134	376	2.072	2.486	
Graciosa	14	35	394	120	815	1.254	1.505	
Flores	4	15	128	21	104	216	308	
Corvo	3	9	143	9	51	202	242	
São Jorge	5	14	164	12	91	343	487	
Sta. Maria	14	29	265	163	328	1281	1595	

Tabela 27; Açores: Frota com Actividade Média - Convés Aberto/Fechado

2001-Ilhas	Nível de actividade ente 40 e 80%						
	Embarcações (Convés Aberto) por Tipo de Segmento						
	Comprimento, e Arte Predominante	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés
Quant. (t)					Valor (10 ³ €)		
São Miguel	74	635	2.682	1.456	3.125	4.926	6.597
Terceira	35	121	1115	163	688	1454	1845
Faial	8	12	209	25	143	310	372
Pico	28	61	417	68	183	1116	1339
Graciosa	13	28	235	39	273	576	691
Flores	4	24	191	9	56	96	142
São Jorge	17	106	489	35	246	609	762
Sta. Maria	10	20	229	63	89	431	548

Tabela 28; Açores: Frota com Actividade Reduzida–C. Aberto/Fechado

2001-Ilhas	Nível de actividade inferior a 40%						
	Embarcações (Convés Aberto) por Tipo de Segmento						
	Comprimento, e Arte Predominante	Nº embarcações	tAB	kW	Desembarques		Marés
Quant. (t)					Valor (10 ³ €)		
São Miguel	51	695	2281	300	865	1113	1631
Terceira	46	86	1006	63	267	666	801
Faial	28	301	1344	92	424	388	497
Pico	36	52	397	21	60	451	541
Graciosa	16	24	223	6	31	164	197
Flores	11	26	121	8	52	129	155
Corvo	1	2	10	1	3	17	20
São Jorge	26	48	557	18	105	300	360
Sta. Maria	12	27	122	23	29	123	148

Tabela 29; Actividade e Inactividade da Frota – Razões (resultados questionário)

Justificações para quando não vão à pesca	nº respostas ¹ cuja frequência apontada é superior a 0%	Frequência apontada para cada razão para justificar as vezes que não foram à pesca em 2001 (%)			
		Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Condições Ambientais Desfavoráveis	113	86,6	18,7	25	100
Outra Actividade fora da pesca	3	1,5	9,2	0	75
Condições do porto desfavoráveis	21	2,8	8,5	0	50
Capturas baixas (falta de peixe)	6	1,3	7,1	0	50
Preço do peixe está baixo	5	0,2	1,0	0	5
Falta de disposição ou vontade	2	0,1	0,7	0	5
Falta de escoamento aéreo do pescado	1	0,0	0,5	0	5
Falta de tripulantes	26	2,7	9,2	0	75
Doença	20	1,4	4,1	0	25
Embarcação a reparar	28	3,0	8,0	0	50
Outras	4	0,4	2,5	0	25

¹ Total amostra: 113 indivíduos. Questionário de escolha múltipla.

Tabela 30; Identificação das razões de actividade e inactividade da Frota em 2001

Situação relativa à actividade das embarcações em 2001 - (resultados provenientes de pesquisa de campo realizada em todas as ilhas e portos)		Ilhas	Nº de Embarcações	%
Actividade da pesca a 100%	Embarcações declaradas como tendo 100% de actividade ou relativamente próximo (acima de 70%). Inclui-se também as embarcações cujos armadores só dependem da pesca em termos de rendimento, independentemente da actividade da embarcação ser inferior aos padrões de actividade definidos.	Açores	336	51
		S. Miguel	130	
		Terceira	94	
		Faial	18	
		Pico	33	
		Graciosa	15	
		S. Jorge	18	
		S. Maria	19	
		Flores	7	
		Corvo	2	
Actividade Reduzida ou mesmo inactiva	Armadores que têm mais do que uma embarcação e que vão à pesca com uma embarcação de cada vez, ficando a outra parada.	Açores	45	7
	Atuneiro (actividade sazonal, cerca de 6 meses).	Açores	20	3
	Embarcações cuja actividade está dependente da actividade dos atuneiros (Armadores são Mestre ou tripulantes de atuneiros)	Açores	16	2
	Actividade Reduzida (reformado, idoso, doença, falta de tripulação, limitações da embarcação e ou do porto de armamento)	Açores	59	9
	Actividade Reduzida em virtude do Armador possuir outra actividade (principalmente funcionário público)	Açores	90	14
		S. Miguel	14	
		Terceira	6	
		Faial	13	
		Pico	26	
		Graciosa	5	
		S. Jorge	6	
		S. Maria	9	
	Flores	9		
	Corvo	2		
	Embarcações em actividade fora da região ou ao serviço do DOP	Açores	4	1
Embarcações danificadas, destruídas, desactivadas, desconhecidas, naufragadas, inactivas, auxiliares, para abate, ou em processo de venda.	Açores	68	10	
	S. Miguel	36		
	Terceira	9		
	Faial	2		
	Pico	4		
	Graciosa	4		
	S. Jorge	4		
	S. Maria	0		
	Flores	3		
Corvo	0			
Embarcações não identificadas quanto à situação de actividade	Açores	27	4	
TOTAL de Embarcações			665	100

5.3.3 *Discussão*

5.3.3.1 Total frota activa

Dado a diferenciação da frota activa em três níveis de actividade verifica-se que esta apresenta valores consideráveis de subaproveitamento, mesmo sem contar com os atuneiros cuja actividade tem sido fraca nos últimos anos. Em termos de tAB e potência, cerca de um terço da frota tem mesmo um nível de actividade reduzido (actividade inferior a 40%), enquanto que aproximadamente um quarto possui um nível intermédio de actividade (actividade entre 40% e 80%) (Tabela 22).

Da frota activa, apenas um terço (209 embarcações) revela um nível de actividade pleno. Este grupo contudo, representa cerca de 40% em tAB e 45% em potência, o que pode levar a considerar que as embarcações de maior porte se caracterizam por ter uma actividade plena.

A frota com nível de actividade pleno foi responsável por 67% do valor desembarcado em 2001 com cerca de € 13,6 milhões, enquanto que a frota com nível de actividade intermédio foi responsável por 18% e a frota com nível reduzido representou apenas 10%.

5.3.3.2 Frota de convés fechado

Pela análise da Tabela 23, na qual se procede à divisão da frota em termos de embarcações de convés fechado e aberto, verifica-se que apenas 47% do tAB, e, 56% da potência, das embarcações de convés fechado têm uma actividade plena, correspondendo a 62% do número total destas. Assim, constata-se que nesta classe de embarcações o nível de actividade pleno estará mais correlacionado com as embarcações de médio porte, o que aliás é corroborado pela análise da Tabela 24. Esta situação vem ao encontro das evidências detectadas anteriormente aquando da análise da produção da frota de acordo com os volumes de vendas apresentados pelas embarcações.

De facto, existe um número considerável de embarcações de convés fechado que revela níveis de actividade muito baixos. No nível reduzido estão mesmo 15 embarcações deste tipo (22%) correspondendo a 35% do tAB e 30% da potência.

5.3.3.3 Frota de convés aberto

Em termos globais, as embarcações de convés aberto apresentam os níveis mais elevados de inactividade (Tabela 23). No nível 40 a 80% de actividade e nível reduzido encontram-se respectivamente, 178 e 212, de um total de 557 destas embarcações. Em termos percentuais de nº de embarcações, tAB e potência, correspondem respectivamente a, 32%, 40% e 38% para o nível intermédio de actividade e 38%, 30% e 28% para o nível reduzido.

Todavia, verifica-se a existência de segmentos no seio das embarcações de convés aberto com algum significado no escalonamento do nível actividade pleno. Na Tabela 25 verifica-se que o segmento de comprimento 6 a 9m (arte de LM) com cerca de 55 embarcações, 10% em nº, tAB e potência do total da frota de convés aberto, se caracteriza por um nível de actividade pleno.

5.3.3.4 Frota por ilhas

Pela análise das Tabelas 26, 27, 28 e 31 verifica-se que as ilhas com uma maior proporção de embarcações com um nível de actividade pleno são Terceira, Faial, Graciosa e Corvo, considerando o conjunto dos três parâmetros de caracterização da frota (nº de embarcações, tAB e potência) particularmente os dois últimos. Contudo é importante referir que no caso do Corvo, os resultados apresentados são bastante relativos por se referir a uma frota de apenas 4 embarcações. No caso de S. Miguel, que aparece logo atrás das anteriores em termos percentuais, é de salientar os valores apresentados de cerca 40% visto esta frota constituir a maior do arquipélago.

Tabela 31; Proporção Relativa da Frota por Níveis de Actividade por Ilha

	Nível Pleno			Nível Médio			Nível Reduzido		
	% nº Emb.	% tAB	% kW	% nº Emb.	% tAB	% kW	% nº Bem.	% tAB	% kW
S. Miguel	41	37	42	35	30	31	24	33	27
Terceira	34	65	58	28	21	22	37	15	20
Faial	31	46	48	15	2	7	54	52	45
Pico	29	29	34	31	38	34	40	33	32
Graciosa	33	40	46	30	32	28	37	28	26
Flores	21	23	29	21	37	43	58	40	28
Corvo	75	82	93	0	0	0	25	18	7
S. Jorge	10	8	14	35	63	40	54	29	46
Sta. Maria	39	38	43	28	26	37	33	36	20

A restante frota de S. Miguel divide-se com cerca de um terço para cada um dos outros níveis de actividade definidos, respectivamente, o nível de actividade médio (entre 40% a 80% de actividade) e reduzido (inferior a 40%).

Pela negativa salientam-se S. Jorge, Flores e Pico que apresentam os níveis de actividade pleno mais baixos de todas as ilhas, com destaque para S. Jorge apresentando uma proporção relativa da frota inferior a cerca de 14%.

No que respeita à proporção da frota com um nível de actividade reduzido (inferior a 40% de actividade) é na Terceira e Corvo que estes são mais expressivos. O Faial embora retenha uma frota considerável com um nível de actividade pleno, conjuga esta, com cerca de meia frota com um nível de actividade reduzido.

Tomando em atenção os casos da Terceira e Faial para o nível de actividade pleno, em que a proporção da frota (tAB e potência) é consideravelmente superior à percentagem simples do número de embarcações, esta situação indicia a existência de embarcações de médio/grande porte neste nível. Este facto vem também ao encontro do que já anteriormente foi referido aquando da análise dos volumes de vendas, sugerindo uma frota nestas ilhas de segmento entre os 13 e 16m com resultados bastante positivos.

5.3.3.5 Razões para a inactividade da frota

Pela análise da Tabela 30 verifica-se que apenas 51% da frota activa se encontrava à partida disponível em 2001 para exercer uma actividade a tempo completo ou mais especificamente, acima dos 70%. Pelos números da secção anterior verifica-se que esta componente da frota, contudo, não exerceria a actividade a tempo completo (intervalo de 80% a 100% de actividade). Lembra-se que apenas 167 embarcações foram estimadas pelos cálculos como tendo uma actividade plena.

A restante proporção da frota (49%) estava directamente associada a uma actividade reduzida ou mesmo inactiva, o que vem corroborar o estudo efectuado segundo a metodologia adoptada na secção anterior. De facto, 90 embarcações (14% da frota) eram pertencentes a armadores que dividiam a actividade piscatória com um emprego em terra e 68 embarcações (10% do total) foram dados como inactivas pela principal razão de estarem danificadas. Outras 59 embarcações (9%) eram pertença de armadores reformados cuja actividade era limitada por razões de saúde física. Nesta frota inclui-se ainda, 45 embarcações (7%) cuja actividade dependia de outras embarcações, ou seja quando uma trabalhava, outra ficava parada. Às anteriores à que considerar ainda, o segmento dos atuneiros (20 embarcações) cuja actividade é sazonal.

Na Tabela 29 a principal razão evocada por todos os armadores inquiridos para justificarem a decisão de não ir à pesca, está claramente associada com as condições ambientais desfavoráveis. Em média, cerca de 87% das vezes (com um desvio padrão de apenas 18,7) que os armadores decidem não ir à pesca é por esta razão, tendo havido respostas que davam esta razão como 100% das vezes e o mínimo apontado de 25%. A outra razão mais expressiva, apontada por 28 armadores, está associada a problemas na embarcação, mas em média apenas 3% das vezes. A falta de tripulantes e condições desfavoráveis do porto são as outras razões apontadas com maior significado, respectivamente 2,7% e 2,8% das vezes, nomeadas respectivamente por 26 e 21 armadores.

É importante referir que a falta de tripulação, como justificação de ficarem em terra, é expressa com alguma preocupação e vista como tendência para aumento. A informação privilegiada da maioria destes armadores (87) indica também que, embora este problema não os afecte em particular, esta constitui um dos principais motivos para a inactividade de algumas embarcações no presente.

5.3.4 Conclusões

A existência de uma proporção considerável da frota possuindo níveis de inactividade bastante elevados parece ser sem dúvida um facto incontornável, abrangendo os vários segmentos e ilhas. Estes níveis, registam-se sobretudo no segmento das embarcações de convés aberto de menores dimensões, no entanto, à que ter em linha de conta que alguns segmentos são compostos por um reduzido número de embarcações, particularmente das embarcações com maior capacidade operativa, o que em termos de implicações poderá ser bastante mais grave.

Salienta-se o facto de as embarcações de médio porte apresentarem em termos gerais índices elevados de aderência a uma prática de plena actividade, com particular destaque para as ilhas Terceira e Faial.

Constata-se que para armadores que têm uma actividade plena, a razão principal que os leva a decidir a não ir à pesca relaciona-se com as más condições ambientais. Por outro lado, as razões mais relevantes inerentes às embarcações que apresentam níveis reduzidos de actividade referem-se a armadores que possuem outra actividade em terra ou que estão reformados e a embarcações que estão danificadas.

Em relação à questão levantada inicialmente de se considerar a retirada das embarcações inactivas do registo da frota, parece óbvio que esta situação levaria a que fossem abatidas ou retiradas em definitivo da frota de pesca. Atendendo a que o contributo destas para o esforço de pesca total é diminuto, parece não existir nenhuma vantagem em alterar a respectiva situação.

5.3.5 Produtividade e Valor Acrescentado por Segmento Padrão (Modelos)

5.3.5.1 Metodologia específica

Dado os segmentos/variantes anteriormente definidos para os quais foram desenvolvidos estruturas de custo padrão, considerou-se nesta secção a análise da respectiva produtividade média destes, atendendo ao lucro e valor acrescentado realizados pela aplicação dos modelos respectivos.

Para o cálculo efectuado tem-se em linha de conta apenas os custos variáveis e fixos, não se contando com os custos financeiros e de depreciação. Para o valor acrescentado final considera-se o somatório do lucro e salários desembolsados. Para tal tomaram-se os dois cenários com base na secção anterior, que classificou a frota segundo níveis de actividade:

a) a frota que revelou uma actividade plena, traduzindo-se numa aplicação directa dos modelos realizados.

b) uma frota a 50% de actividade, sendo uma aproximação da restante frota classificada na secção anterior como frota com nível médio de actividade (actividade entre 40-80%). Optou-se por este cenário visto registarem-se vários níveis de actividade entre 40 e 80%, tentando-se centrar num nível médio que representasse estas embarcações.

c) A frota com nível reduzido de actividade foi considerada nula por muitas destas embarcações possuírem níveis de inactividade elevados e efectivos.

5.3.5.2 Resultados e Discussão

Nas Tabelas 32 a 35 apresentam-se os resultados dos cálculos efectuados. As duas primeiras Tabelas 32 e 33 traduzem os valores médios por embarcação, de cada segmento modelado, referentes aos custos e rendimentos principais observados, relativamente às duas modalidades de actividade equacionadas (nível pleno e nível médio, este último considerando uma actividade a 50%).

Por sua vez, as Tabelas 34 e 35 resumem o total de cada segmento e do sector com base no número total de embarcações identificadas para cada nível de actividade.

Tabela 32; Valores médios por embarcação para cada Segmento de Frota padrão com Actividade Plena

Actividade / Recursos alvo	Variante de Frota	Nº de emb. Activas	Média por embarcação por segmento							
			Nº de homens	Nº dias pesca	t	€ (1000)				
						Valor Bruto € (10 ³)	Salários € (10 ³)	Outros Custos € (10 ³)	Lucro ¹ € (10 ³)	Valor ² Acrescentado € (10 ³)
Demersais	Grandes Palangreiros	2	16	224	179	893,9	526,78	226,93	140,14	666,92
	Médio Palangreiros	24	16	200	71,6	321,6	127,3	149,95	44,35	171,65
	Cabinados e C. Aberto LM	29	2	70	7	45,4	14,1	22,91	8,38	22,48
	Palangreiros C. Aberto	20	13	123	30,8	122,7	41,99	67,44	13,28	55,27
	LM C. Aberto	67	1	70	5,3	20,95	2,98	11,87	6,11	9,09
	Graciosa	14	4	110	11	82,3	36,47	33,25	12,58	49,05
	Flores	3	2	85	8,5	46,64	11,37	15,02	20,24	31,61
	Corvo	3	1	70	3,5	17,46	4,93	7,5	5,02	9,95
	S. Maria	14	1	95	7,6	20,85	2,55	13,44	4,86	7,41
Demersais/ Crustáceos	S. Jorge	5	3	100	7	38,41	15,21	17,5	5,7	20,91
Demersais/ Pelágicos	Pico	26	2	78	7,4	18,48	7,34	5,93	5,21	12,55
Pequenos Pelágicos	Rede de Cerco	2	12	167	100,2	139,94	47,16	54,44	38,35	85,51

¹ Equacionando apenas os custos variáveis e fixos.

² Somatório do Lucro e salários

Tabela 33; Valores médios por embarcação por Segmento de frota padrão com nível de actividade médio (estimada a 50%)

Actividade / Recursos alvo	Variante de Frota	Nº de emb. Activas	Média por embarcação por segmento (com uma actividade estimada a 50%)							
			Nº de homens	Nº dias pesca	t	€ (1000)				Valor Acrescentado € (10 ³)
						Valor Bruto € (10 ³)	Salários € (10 ³)	Outros Custos € (10 ³)	Lucro € (10 ³)	
Demersais	Grandes Palangreiros	2	16	112	89,6	446,92	353,89	71,2	21,83	375,72
	Médio Palangreiros	2	16	100	36	161,61	64,09	97,6	0	64,09
	Cabinados e C. Aberto LM	6	2	35	3,5	22,7	6,77	15,4	0,53	7,3
	Palangreiros C. Aberto	20	13	63	15,8	62,85	19,17	58,23	4,62	23,79
	LM C. Aberto	68	1	35	2,6	10,47	1,06	7,65	1,77	2,83
	Graciosa	13	4	55	5,5	41,15	16,9	21,27	2,98	19,88
	Flores	4	2	43	4,3	23,59	5,57	9,02	9	14,57
	Corvo	0	1	35	1,8	8,73	2,46	4,8	1,47	3,93
	S. Maria	10	1	48	3,8	10,53	1,29	7,87	1,37	2,66
Demersais/ Crustáceos	S. Jorge	17	3	50	3,5	19,2	7,6	10,46	1,14	8,74
Demersais/ Pelágicos	Pico	28	2	35	3,3	8,29	2,98	3,85	1,45	4,43
Pequenos Pelágicos	Rede de Cerco	9	12	83	49,2	69,55	20,31	33,74	15,51	35,82
Tunídeos	Atuneiros	9	13		91,2	182,1	77,9	128,4	-24,1	53,8

Tabela 34; Valor Acrescentado por Segmentos de Frota Principais com Actividade Plena segundo as variantes definidas

Actividade / Recursos alvo	Variante de Frota	Nº de emb. Activas	Totais Sector							
			Nº de homens	Nº dias pesca	T	Valor Bruto €(10 ³)	Salários €(10 ³)	Outros Custos €(10 ³)	Lucro €(10 ³)	Valor Acrescentado €(10 ³)
Demersais	Grandes Palangreiros	2	32	448	358	1788	1054	454	280	1334
	Médio Palangreiros	24	384	4800	1718	7718	3055	3599	1064	4120
	Cabinados LM	49	58	2030	203	1317	409	664	243	652
	Palangreiros C. Aberto	20	260	2460	616	2454	840	1349	266	1105
	LM C. Aberto	67	67	4690	355	1404	200	795	409	609
	Graciosa	14	56	1540	154	1152	511	466	176	687
	Flores	3	6	255	26	140	34	45	61	95
	Corvo	3	3	210	11	52	15	23	15	30
	S. Maria	14	14	1330	106	292	36	188	68	104
Demersais/ Crustáceos	S. Jorge	5	15	500	35	192	76	88	29	105
Demersais/ Pelágicos	Pico	26	52	2028	192	480	191	154	135	326
Pequenos Pelágicos	Rede de Cerco	7	24	334	200	280	94	109	77	171
Total		209	971	20625	3975	17269	6514	7933	2823	9337

Tabela 35; Valor Acrescentado por Segmentos de Frota Principais com Actividade a 50%

Actividade / Recursos alvo	Variante de Frota	Nº de emb. Activas	Totais Sector							
			Nº de homens	Nº dias pesca	t	Valor €(10 ³)	Salários €(10 ³)	Outros Custos €(10 ³)	Lucro €(10 ³)	VA €(10 ³)
Demersais	Grandes Palangreiros	2	32	224	179	894	708	142	44	751
	Médio Palangreiros	2	32	200	72	323	128	195	0	128
	Cabinados LM	6	12	210	21	136	41	92	3	44
	Palangreiros C. Aberto	20	260	1260	316	1257	383	1165	92	476
	LM C. Aberto	68	68	2380	176,8	711,96	72,08	520,2	120,36	192,44
	Graciosa	13	52	715	72	535	220	277	39	258
	Flores	4	8	172	17	94	22	36	36	58
	Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	S. Maria	10	10	480	38	105	13	79	14	27
Demersais/ Crustáceos	S. Jorge	17	51	850	60	326	129	178	19	149
Demersais/ Pelágicos	Pico	28	56	980	92	232	83	108	41	124
Pequenos Pelágicos	Rede de Cerco	9	108	747	443	626	183	304	140	322
Tunídeos	Atuneiros	9	117	0	820,8	1638,9	701,1	1155,6	-216,9	484,2
Total		188	949	8218	3310	8883	3540	5663	66	3606

O segmento dos grandes palangreiros é o que melhores resultados apresenta com um lucro total médio de € 140 mil e um valor acrescentado médio de € 667 mil por embarcação. A totalidade do segmento (contando embarcações com actividade a 100% e 50%) contabiliza 17% do valor acrescentado estimado do total da frota. Estas embarcações mesmo tendo uma actividade estimada a 50% apresentam um valor acrescentado médio de € 376 e um lucro de € 22 por embarcação.

O segmento seguinte com melhores resultados é o dos médio palangreiros com 24 embarcações com actividade a 100% e 2 com actividade a 50%. O Valor acrescentado médio estimado por embarcação para este segmento é de € 172 mil com um lucro na ordem dos € 44 mil. Por sua vez, os melhores segmentos seguintes e compreendendo as embarcações de convés aberto, são os de redes de cerco (VA € 86 mil e € 38 mil de lucro) e palangreiros de convés aberto (VA € 55 mil e € 13 mil de lucro).

Em termos globais, o valor acrescentado total estimado atinge os € 12 milhões para o conjunto da frota em actividade plena e em actividade a 50% (Tabela 36). Este valor é cerca de 50% do valor bruto realizado de € 24 milhões (a preços de primeira venda). Dos € 12 milhões realizados cerca de € 9,2 milhões são referentes a salários (cerca de 75%).

Convém lembrar, que este valor bruto para 2001 encontra-se sobrestimado já que o rendimento bruto neste ano foi aproximadamente de € 22 milhões. Embora não tenham sido contabilizados as embarcações com actividade nula, é mesmo assim, natural esta diferença já que existem diversas embarcações com uma actividade inferior a 50% que foram consideradas como tal.

Tabela 36; Total Estimado da Frota activa dos Factores de Produtividade

Frota - 2001	Nº de bem. Activas	Nº de homens	Nº dias pesca	t	Valor Bruto € (10 ³)	Salários € (10 ³)	Outros Custos € (10 ³)	Lucro ¹ € (10 ³)	Valor ² Acrescentado € (10 ³)
Em actividade plena	209	971	20625	3975	17269	6514	7933	2823	9337
Em actividade a 50%	188	806	8218	2307	6880	2683	4251	331	3014
TOTAL	397	1777	28843	6282	24149	9197	12184	3154	12351

¹ Equacionando apenas os custos variáveis e fixos.

² Somatório do Lucro e salários

5.4 Produtividade em Segmentos Específicos

5.4.1 Metodologia

Desenvolveu-se uma análise de todos os navios num dado segmento em actividade durante todo o ano de 2001. Os segmentos foram seleccionados de forma mais homogénea possível, tendo-se atendido com rigor às características e performances conhecidas das embarcações. Atendendo, às condições definidas só foi possível organizar os 3 segmentos caracterizados na

tabela em baixo. Para a selecção das embarcações atendeu-se à informação obtida com a pesquisa de campo para identificar as embarcações que teriam estado em reparação, fora da região ou por qualquer outra razão inactivas ou apenas parcialmente activas. As embarcações foram agrupadas em segmentos atendendo às respectivas características estruturais e operacionais conforme apresentado na Tabela 37.

Os grupos identificados, segundo as condições definidas referentes a um mesmo padrão de pesca, foram constituídos também, atendendo ao número total de embarcações que compreendessem. Assim, somente foram formados os grupos cujo número total foi considerado numericamente razoável para efectuar a análise. Mesmo assim, os grupos estabelecidos foram compostos por apenas 21, 20 e 9 embarcações respectivamente.

Tabela 37; Segmentos de Frota analisados quanto à produtividade

Características	Segmento A	Segmento B	Segmento C
Convés	Aberto, Madeira	Cabinados, Fibra	Cabinados, Fibra
Comprimento	9 -12m	9,5 -13m	13 - 16m
Arte Predominante utilizada	Palangre de Fundo	Linha de mão	Palangre de Fundo
Potencia (registada) KW	30 – 60	50 – 175	143 – 220
Duração das Viagens (dias)	1 - 2,5	3	5 – 10
Nível de actividade	Pleno	Pleno	Pleno

No que respeita à organização e tratamento dos dados para cada segmento, os desembarques diários de cada embarcação foram agregados de forma a fornecer totais mensais. Sequencialmente, os totais mensais para todas as embarcações num segmento foram agregados de forma a fornecer os desembarques mensais desse segmento e foi calculada a média diária desembarcada para cada mês. Cada desembarque médio diário individual (por embarcação) para cada mes foi então comparado com a média mensal do segmento de frota respectivo (=100) de forma a obter um índice de produtividade.

O numero de dias de desembarques foi também registado e utilizado (no caso das embarcações de convés aberto de menores dimensões, este numero é em geral equivalente aos dias de pesca já que as viagens de pesca são normalmente de apenas 1 dia). Este dado constitui o indicador do nível de actividade.

Como nota geral relativamente à duração das viagens e relação com os desembarques aponta-se o seguinte: A duração das viagens é um dos principais determinantes dos valores dos desembarques, alem de que as aparentes diferenças na produtividade podem ser resultantes das diferenças de duração das viagens. O impacte respectivo é ilustrado nos resultados e discussão.

5.4.2 Resultados e Discussão

Tabela 38; Resultados gerais por segmento

Segmento	Desembarque médio diário em valor (€) 2001	Nº de Embarcações	DP/2 sobre o valor de desembarque	No. de desembarques
A) 9-12m – Convés Aberto	1031,89	20	514,53	1717
B) 9-13m – Cabinados	1604,09	9	769,98	306
C) 13-16m – Cabinados	4269,77	21	2339,10	1059

Nota: As embarcações cabinadas de maiores dimensões têm viagens de pesca superiores a 1 dia

Segmento Convés Aberto, 9-12m

Na análise a este segmento (fig. 1 e 2) verifica-se um padrão de pesca relativamente constante com uma variação no número de desembarques mensais entre 108 (Julho) e 175 (Agosto). O valor médio mensal de cada desembarque situa-se entre 748,2 e 1371,69. O desvio padrão nos desembarques entre embarcações (indicado na figura pelos intervalos de variação) foi em média +/- 513,76 €/desembarque, sendo relativamente constante ao longo do ano (as maiores variações ocorreram em Abril).

A produtividade média para o segmento foi de 1031,89 €/desembarque. No gráfico da produtividade face ao nível de actividade (Fig. 1), verificam-se 2 agrupamentos distintos de embarcações. Um constituído por embarcações com uma produtividade de 138-165% da média do segmento, efectuando 40-60 desembarques, e o outro com uma produtividade menor (80-120% da média do segmento) desembarcando 80-100 vezes por ano. A diferença indica a existência de padrões de pesca diferentes, muito provavelmente relacionado com a duração das viagens de pesca, tendo 3 das 20 embarcações pescado com viagens mais prologadas e com maior valor dos desembarques correspondentes.

Segmento Cabinados, 9-13m

Neste segmento (figuras 3 e 4) verifica-se um padrão de pesca relativamente constante (14 a 32 desembarques por mês pelas 9 embarcações seleccionadas para análise). No entanto, existe uma variação maior no valor dos desembarques mensais de 798,08 a 2314,42 €. O desvio padrão por mês em desembarques entre embarcações (indicado pela variação no mês) foi em média de +/- 768,15 €/desembarque, com a maior variação em Janeiro e Junho.

A produtividade media foi de 1604,13 €/desembarque. A análise da produtividade e nível de actividade mostra a existência de dois agrupamentos de embarcações, um grupo de 3 embarcações com um índice de produtividade na ordem dos 150-190% da média do segmento e um outro grupo inferior a 100% da média do segmento. Embora o número de desembarques em ambos os grupos se situe num intervalo de 19 a 48, é muito provável que as diferenças de

produtividade estejam relacionadas com viagens de mar mais prolongadas pelas 3 embarcações em questão.

Segmento Cabinados, 13-16m

Este segmento é caracterizado por um padrão de pesca consistente (67 a 101 desembarques por mês, com picos respectivamente, em Fevereiro e Dezembro) e um valor de desembarque no intervalo de 3401,8 a 4858,29 €, apresentando a variação mensal mais baixa dos segmentos estudados, o que sugere uma actividade piscatória mais regular em condições mais extremas por este tipo de embarcações de maiores dimensões.

O desvio padrão dos desembarques entre embarcações (na figura 6 correspondendo às linhas do intervalo de variação) foi em média de +/- 2339,36 €/desembarque. Esta variação foi relativamente constante ao longo do ano.

A produtividade media foi de 4269,71 €/desembarque. Muitas das embarcações apresentam uma produtividade muito próxima à média do segmento (=100 no gráfico da figura 5), mas com uma variação substancial no nível de actividade (mais de 95 desembarques /ano para algumas embarcações. Três navios apresentam um índice de produtividade maior (160, 200 e 300% da media do segmento) mas o número de desembarques é muito menor, sugerindo uma diferença significativa na duração das viagens destas embarcações.

5.4.3 Conclusão

Conclui-se que em todos os grupos estudados, existe um reduzido subgrupo de embarcações que sobressai do padrão do grupo em termos de produtividade e actividade, apesar destes configurarem características de operacionalidade relativamente homogéneas e apesar de constituírem grupos relativamente pequenos.

Este facto, evidencia por um lado que pequenas diferenças das características de operacionalidade podem levar a diferenças efectivas nos resultados e por outro lado, apesar do padrão homogeneamente definido, existem embarcações que apresentam formas de actividade distintas do conjunto do respectivo segmento, que levam a que se registe níveis de produtividade e actividade diversos.

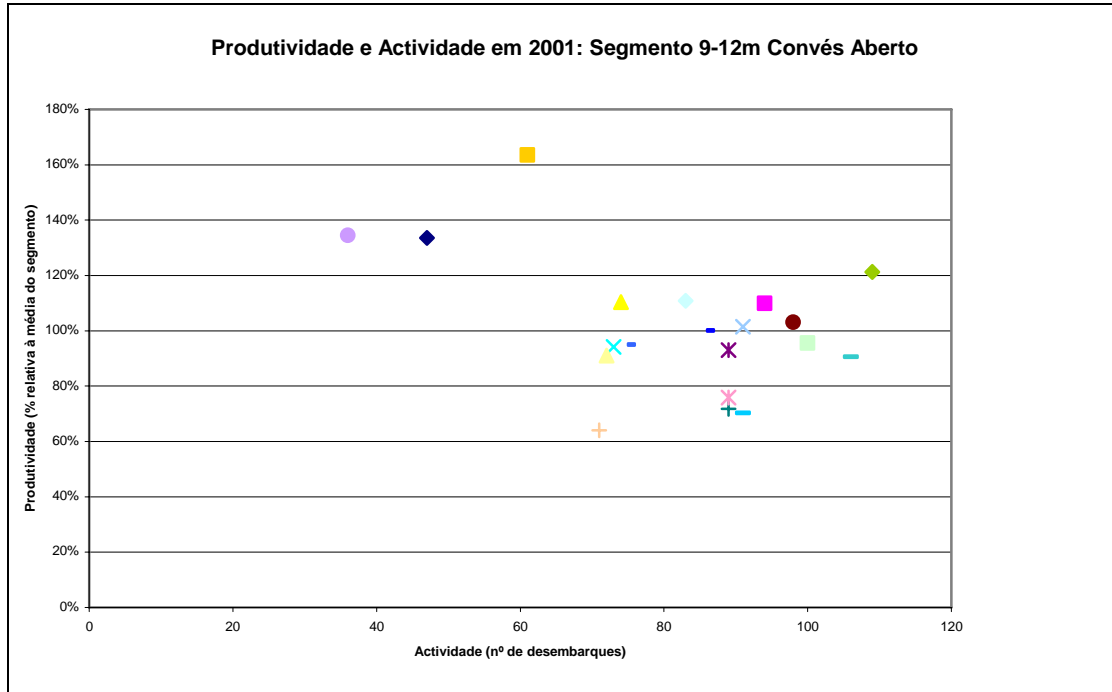


Fig. 1: Produtividade anual e Actividade em 2001: Segmento 9-12m Convés Aberto

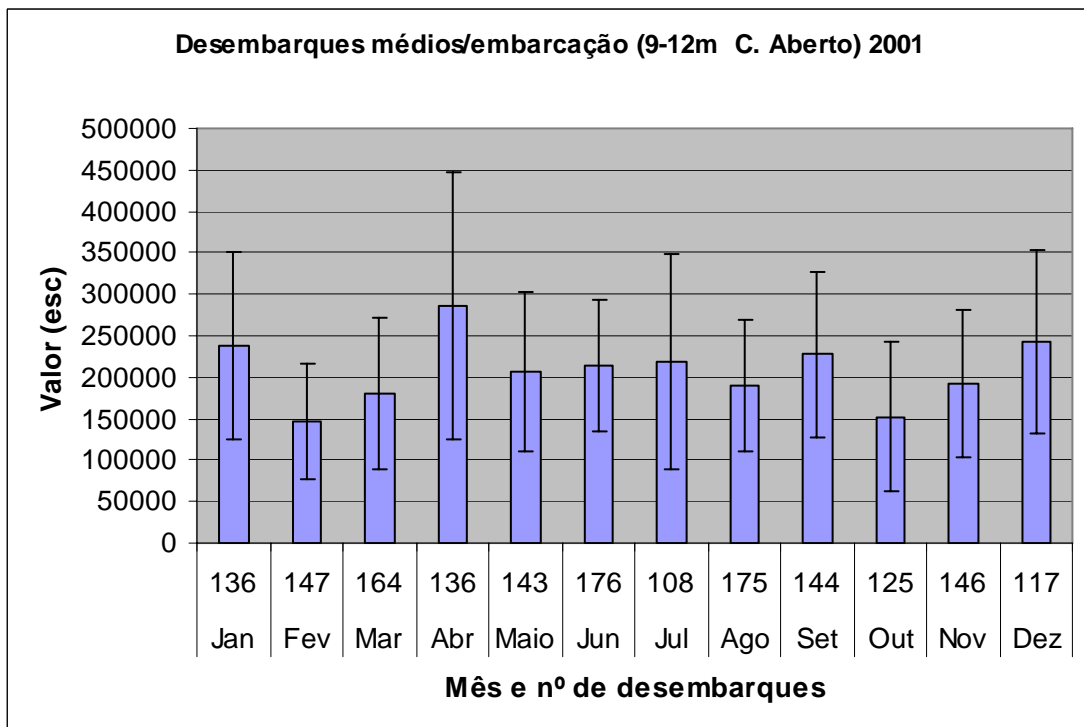


Fig. 2: Desembarques médios mensais no Segmento 9 a 12m

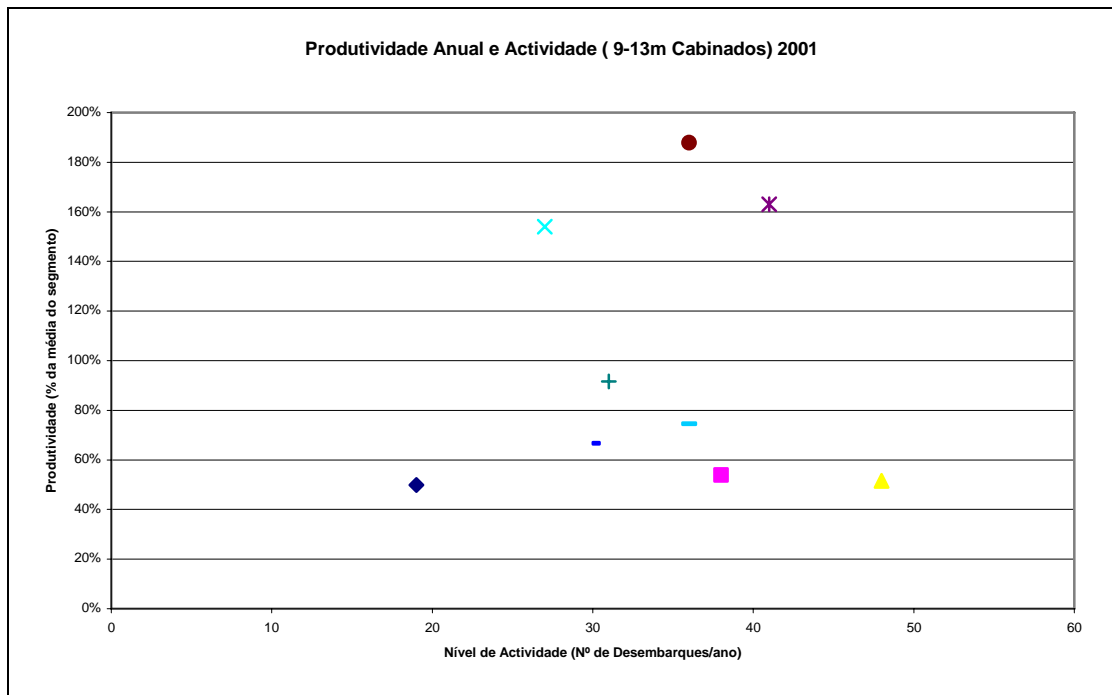


Fig. 3: Produtividade e Actividade no Segmento 9 a 13 m

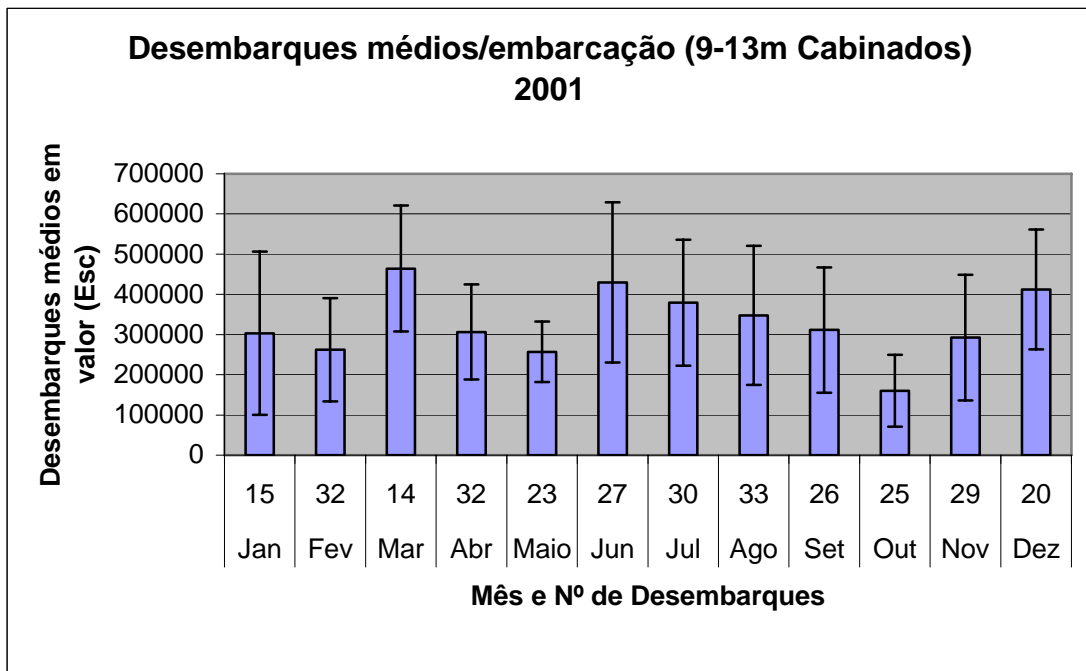


Fig. 4: Desembarques médios mensais no Segmento 9 a 13m

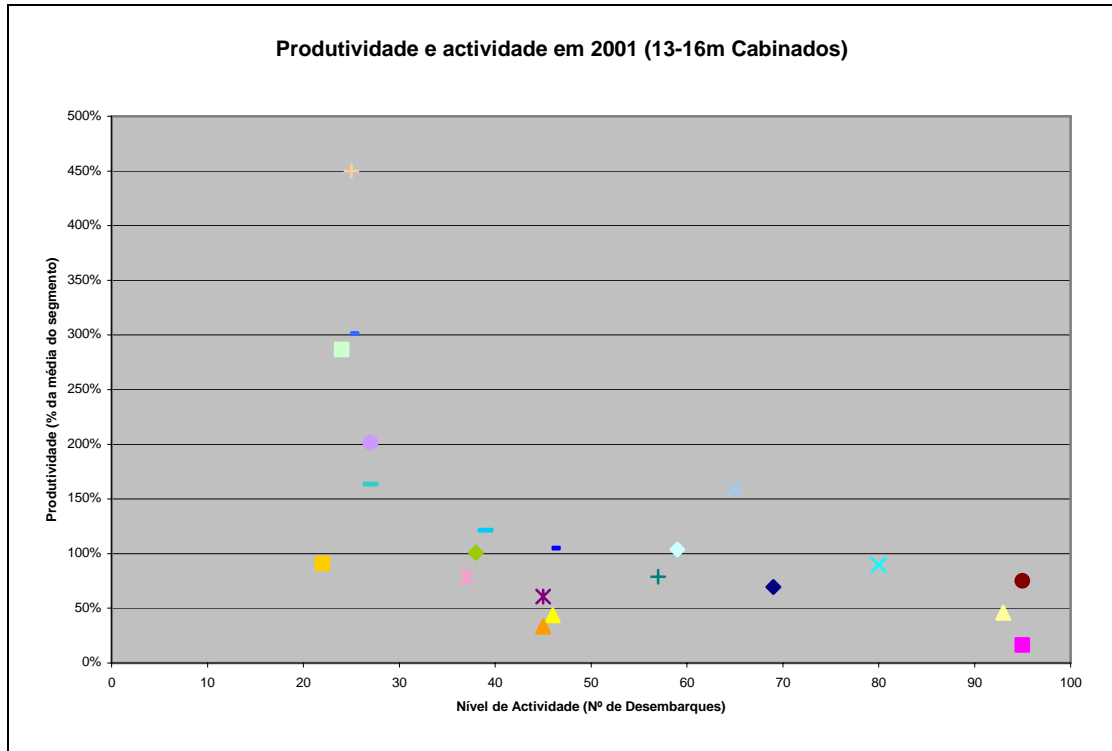


Fig. 5: Produtividade e Actividade no Segmento 13 a 16m

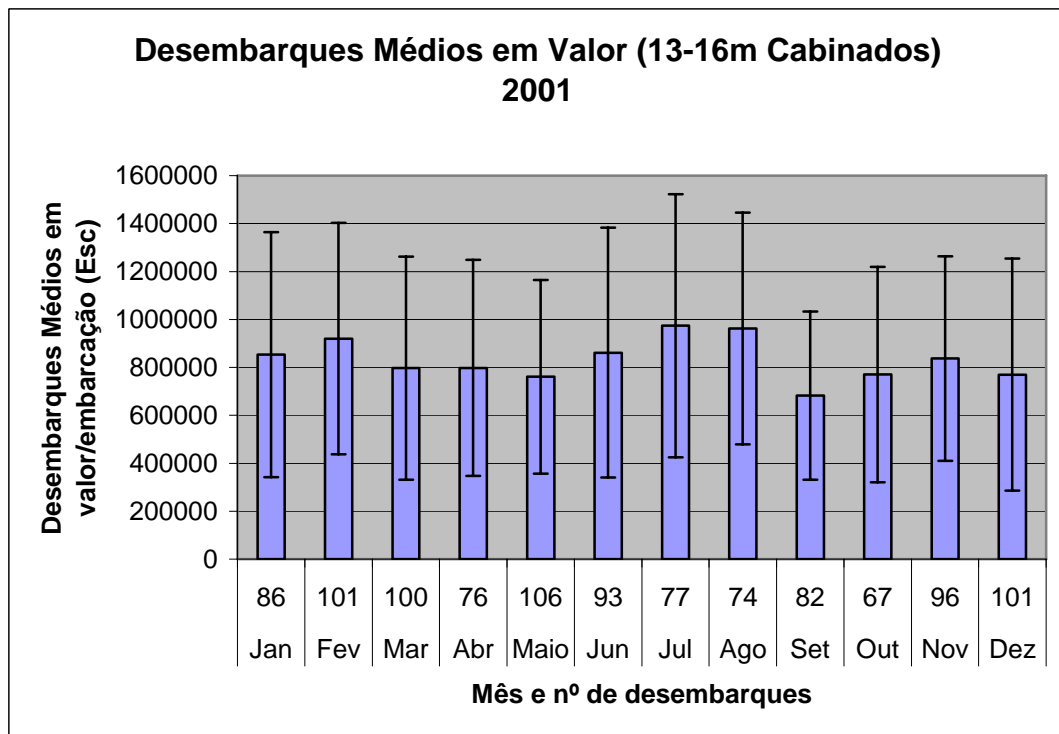


Fig. 6: Desembarques médios mensais no Segmento 13 a 16m

5.5 Capturas não contabilizadas na Produção

Considerando o problema da existência de capturas não contabilizadas como produção nas estatísticas de desembarques da Lotaçor, que são utilizadas pelo armador e tripulação para isco, consumo próprio e venda directa a terceiros sem passar pela lota, tentou-se quantificar a importância destas quantidades.

5.5.1 Metodologia - Capturas não Registadas

Para identificar as capturas de pescado não contabilizadas nas estatísticas de desembarques realizou-se um questionário a 113 armadores, considerados de um modo geral informadores privilegiados. Estes representam 23% da frota efectivamente activa em 2001, isto é considerando um total de 487 embarcações (não se contando com os atuneiros, embarcações danificadas, com actividade muito reduzida devido a serem reformados, desconhecidos ou de fora da região, identificados pela pesquisa de campo). No Anexo 6 apresenta-se um exemplar do questionário desenvolvido e no Anexo 7 a tipologia da amostra e resultados gerais.

Com o objectivo de encontrar esclarecimento para o problema posto colocaram-se especificamente aos armadores as seguintes questões:

1. *Leva peixe para casa para consumo?*
 - 1.1 *Com que frequência leva este peixe?*
 - 1.2 *Que espécies leva?*
 - 1.3 *Em que quantidade?*
 - 1.4 *A companhia também leva?*
2. *Vende por vezes peixe directamente para terceiros (sem ser o peixe que é levado para casa)?*
 - 2.1 *Com que frequência vende este peixe?*
 - 2.2 *Que Quantidade média?*
 - 2.3 *Para que tipo de pessoa é vendido?*
3. *Utilizam peixe capturado para isco?*
 - 3.1 *Com que frequência?*
 - 3.2 *Que quantidade média?*

As espécies ou grupos de espécies consideradas foram agrupadas da seguinte forma:

- Pelágicos (sardinha / chicharro / charro / cavala)
- Demersais de 1ª, isto é que seriam vendidos com o preço normal na lota, (Goraz, Peixão, Cântaro, Pargo, Boca Negra, Imperador, Vermelhos, Cherne, Garoupa)
- Demersais de 2ª, peixe miúdo e outros, caracterizados por uma baixa valorização em lota (Peixão, Abrótea, Boca Negra, Safio, Garoupa, Charro, Moreia)
- Demersais de menor valor, especificamente - Abrótea / Boca Negra / Peixão
- Espadarte
- Bonito
- Outros (Peixe rei / lula / tainha / sargo / salema / gata / tintureira / Polvo / Crustáceos (lagosta)

O tratamento de dados referentes ao inquérito realizado processou-se utilizando o programa de software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), especialmente desenvolvido para análise estatística de dados para o domínio das Ciências Sociais. Relativamente ao apuramento das quantidades médias dos vários grupos de espécies para isco, consumo próprio ou venda, recorreu-se à estimação de intervalos de confiança. Estes foram estimados de acordo com a equação:

$$P[-t_{0,05(\alpha=2),v} \leq (\bar{X}-\mu)/s \leq t_{0,05(\alpha=2),v}] = 0,95^1$$

sendo, \bar{X} (média da amostra)
 s (desvio padrão da amostra)
 μ (média da população)
 P (probabilidade);
 $t_{0,05(\alpha=2)}$ valores críticos da distribuição de t de student com 95% de confiança e v graus de liberdade;

5.5.2 Resultados e Discussão

Nas Tabelas seguintes 39, 40 e 41, apresentam-se os resultados gerais por grupos de espécies em relação respectivamente, ao pescado utilizado para isco, levado para consumo e vendido directamente a terceiros. No Anexo 7, apresentam-se os dados desagregados por ilha e segmentos.

5.5.2.1 Pescado capturado utilizado para isco

Tabela 39; Pescado principalmente utilizado para isco por espécies

Pescado capturado, utilizado para isco		Frequência ao longo do ano	Pescado utilizado de cada vez (kg)	Total kg/ano
Pelágicos	Média	73%	52	2921
	Nº Armadores	50	50	49
	Desvio Padrão	39%	111	4650
Bonito	Média	30%	n.a.	2417
	Nº Armadores	3	3	3
	Desvio Padrão	9%	n.a.	1377
Total	Média	67%	45	2567
	Nº Armadores	61	61	60
	Desvio Padrão	41%	103	4295

No que toca ao pescado utilizado para isco de um total de 113 embarcações amostradas apenas 60 (53%) referem que utilizam pescado capturado para isco. O que indicia que de uma frota total de 487 embarcações, aproximadamente 258 utilizam pescado para isco. Atendendo ao total médio por ano por embarcação referido de 2,6t estima-se grosso modo, que será utilizado para isco cerca de 670 t/ano.

O grupo das espécies pelágicas é o que parece ser mais utilizado para isco tendo sido indicado por 50 armadores. Em média estes referem que utilizam este pescado com uma frequência de 73% das vezes que pescam (com um desvio padrão de 39%). O total médio anual por embarcação de pescado é de 2,9 t com um desvio padrão de 4,65 t e um intervalo de confiança de 0 a 12,27 t.

¹ Segundo ZAR, J.H. (1999). Biostatistical analysis.

Considerando apenas o segmento de pesca de pequenos pelágicos obtiveram-se os seguintes resultados a partir de um total de 10 embarcações: média de 6,6 t/ano/embarcação (desvio padrão de 6,7 t) com o intervalo de confiança 0 a 21,86 t.

No que respeita à restante frota, para um total de 39 embarcações foi obtida a média 1,97 t/ano/embarcação (com um desvio padrão de 3,47 t) para um intervalo de confiança de 0 a 8,99 t.

Em relação ao segmento de frota dos palangreiros de convés fechado de um total de 12 embarcações, apenas 5 declaram a utilização de capturas de pelágico (designadamente cavala e charro grado) para isco. No conjunto a média por embarcação foi de 0,94 t/ano com um desvio padrão de 1,3 t e um intervalo de confiança de 0 a 3,8 t.

Todos os casos evidenciados apresentam uma variação considerável, o que promove intervalos de confiança para cada média relativamente largos.

5.5.2.2 Pescado capturado para consumo próprio

De um total de 113 embarcações amostradas 109 foram referidas como levando peixe capturado para consumo próprio (no que se inclui toda a tripulação). Assim, estima-se que cerca de 470 embarcações de um total de 487 utilizem peixe das suas capturas para consumo. A frequência média referida é de 64% (com um desvio padrão de 32%) e um total de 1,28t/ano/embarcação (desvio padrão de 1,78t) e um intervalo de confiança de 0 a 4,8t. O total estimado de forma grosseira para a frota indica uma quantidade anual de 600 t.

As espécies mais importantes são o grupo dos pequenos pelágicos, demersais de 1ª, demersais de 2ª e o grupo específico de abrótea/boca negra/peixão.

O grupo dos demersais de 2ª e peixe miúdo é mesmo o mais declarado, tendo sido identificado por 57 armadores. Em média é declarado que cerca de 0,98 t/ano/embarcação são consumidas pelos próprios com um desvio padrão de 1,17t e um intervalo de confiança de 0 a 2,35t.

No que respeita o segmento dos palangreiros de convés fechado, de uma amostra de 9 embarcações foi declarado uma média de 1,53t/ano/embarcação de demersais de 2ª para consumo, tendo o desvio padrão sido 0,58t e o intervalo de confiança calculado de 0,196 a 2,87t. Por sua vez os palangreiros de convés aberto (15 embarcações) declararam um total anual por embarcação de 1,6t deste grupo de espécies (o desvio padrão foi de 1,7t e o intervalo de confiança de 0 a 5,3t. Convém notar que 2 destas embarcações referiu mesmo o consumo de demersais de 1ª.

As embarcações que capturam pequenos pelágicos (amostra de 9) referem que consomem em média 3,33t/ano/embarcação deste recurso com um desvio padrão associado de 1,89t e o respectivo intervalo de confiança de 0 a 7,7t.

Por sua vez os demersais de 1ª são referidos por 18 embarcações. Em média 0,917t/ano/embarcação são consumidos pelos próprios (o desvio padrão é de 1,29t e o intervalo de confiança de 0 a 3,6t).

O grupo que compreende apenas os demersais abrótea/boca negra/peixão é dado por 14 embarcações como sendo a média usada 0,67t com um desvio padrão de 0,56t num intervalo de confiança de 0 a 1,87t.

A variação em todas as amostras é uma vez mais considerável, salientando-se o caso do grupo dos pequenos pelágicos.

Tabela 40; Pescado para consumo próprio, por espécies

Grupos de espécies		Frequência de Peixe para casa	kg de cada vez	Total kg/ano
Pelágicos	Média	74%	3,4	2699
	Nº Armadores	15	15	15
	Desvio Padrão	31%	1,4	2360
	Mínimo	20%	1,5	9
	Máximo	100%	6,0	7254
demersais de 1ª	Média	68%	3,8	917
	Nº Armadores	19	19	18
	Desvio Padrão	30%	2,0	1289
	Mínimo	25%	1,0	18
	Máximo	100%	10,0	4210
demersais de 2ª e miúdo	Média	61%	2,8	986
	Nº Armadores	58	58	57
	Desvio Padrão	33%	1,8	1173
	Mínimo	1%	.5	6
	Máximo	100%	10,0	5098
abrótea/boca negra/peixão	Média	61.0%	2,8	673
	Nº Armadores	14	14	14
	Desvio Padrão	28%	1,3	556
	Mínimo	20%	1,5	192
	Máximo	100%	5,5	2338
Espadarte	Média	75%	21,7	8262
	Nº Armadores	2	2	2
	Desvio Padrão	35%	11,6	3437
	Mínimo	50%	13,5	5832
	Máximo	100%	30,0	10692
Bonito	Média	20%	2,0	70
	Nº Armadores	1	1	1
	Desvio Padrão	.	.	.
	Mínimo	20%	2,0	70
	Máximo	20%	2,0	70
Outros	Média	63%	2,5	361
	Nº Armadores	2	2	2
	Desvio Padrão	53%	1,4	177
	Mínimo	25%	1,5	235
	Máximo	100%	3,5	486
Total	Média	64%	3,3	1284
	Nº Armadores	111	111	109
	Desvio Padrão	32%	3,2	1781

5.5.2.3 Pescado capturado vendido directamente a terceiros

Neste âmbito, cerca de 18% dos armadores (24) referiram a venda directa a terceiros sem passagem do pescado pela lota, o que indicia que cerca de 86 embarcações do total da frota possam ter este procedimento. As ilhas em destaque são S. Miguel e S. Jorge. A frequência média referida é de 18% das vezes que vão à pesca tendo sido evocada uma frequência máxima de 50% e uma mínima de 3% (com um desvio padrão de 18%).

A quantidade média total de pescado designada é de 74kg/ano/embarcação com um desvio padrão de 107kg e um intervalo de confiança de 0 a 295kg. Desta forma, a quantidade média anual para a totalidade da frota parece ser, grosso modo, de 6,4t.

Tabela 41; Pescado vendido directamente a terceiros por ilhas

Ilha		Frequência de Peixe vendido	kg de cada vez	Total kg/ano
S. Miguel	Média	20%	4,9	80
	Nº Armadores	20	20	20
	Desvio Padrão	19%	4,0	116
	Mínimo	3%	1	3
	Máximo	50%	15	370
S. Jorge	Média	5%	25,0	51
	Nº Armadores	3	3	3
	Desvio Padrão	0%	0	24
	Mínimo	5%	25	35
	Máximo	5%	25	78
Total	Média	18%	7,5	74
	Nº Armadores	24	24	24
	Desvio Padrão	18%	7,6	107
	Mínimo	3%	1	3
	Máximo	50%	25	370

5.5.3 Conclusão

Conclui-se, que existe claramente uma quantidade apreciável de pescado que é capturado e não registado nas estatísticas de desembarques por ser utilizado quer para isco quer para consumo próprio dos pescadores. Existe inclusivamente a venda directa a terceiros embora em quantidades significativamente menores comparativamente com os destinos anteriores.

Atendendo a uma estimativa grosseira, o total de pescado não contabilizado anualmente parece ser cerca de 1280 t.

O grupo de espécies mais utilizado corresponde aos pequenos pelágicos e depois os demersais de segunda e demersais de dimensão reduzida.

Todavia, a variação de resultados obtida sugere alguma prudência na utilização dos dados. Assim, conclui-se que será desejável a realização de um estudo de campo direccionado em exclusivo para este assunto, visando particularmente minimizar a variabilidade das amostras e constituindo uma amostragem estratificada dirigida a cada segmento principal.

5.6 Produção e rentabilidade do segmento de frota dirigido à pesca de peixe-espada preto

O peixe-espada preto é habitualmente tido como uma potencial alternativa para diversificação dos recursos alvo, nomeadamente da frota polivalente. A pesca para este recurso tem mesmo sido identificada como contendo um potencial suficiente para o desenvolvimento de um segmento específico, à semelhança do que existe na Madeira e no Continente.

Os aspectos mais importantes que têm sido apontados para justificar o potencial desenvolvimento de um segmento de frota dirigido à pesca deste recurso, baseiam-se na avaliação do estado do recurso e na procura desta matéria-prima por parte da indústria de transformação, para o que não se coloca qualquer observação. Verifica-se que existe mesmo um encorajamento para a adequação de algumas embarcações para esta pescaria, com a justificação de existir um destino imediato para o produto na indústria de transformação.

Todavia, existem alguns aspectos que não estão salvaguardados ou que não tem tido talvez, a devida atenção. Estes, limitam a eventual rentabilidade da actividade e por conseguinte, o potencial várias vezes evocado, pretendendo-se aqui simplesmente identificá-los.

Comparativamente com a actividade na Madeira, nos Açores não existe um mercado local assente no consumo tradicional do peixe-espada preto. Embora o preço no mercado fresco na Madeira seja apenas mais € 0,5/kg em média que o preço do pescado para a indústria de transformação, as quantidades para cada um dos mercados faz a diferença.

De facto, as capturas das embarcações de espada preto na Madeira desagregam-se em cerca de 70% para o mercado local (em fresco) e 30% para a indústria de processamento. Atendendo, a que as quantidades de peixe capturado pelas embarcações são em média de 110 toneladas/ano para embarcações com comprimento dos 7-11m e 180 toneladas/ano para as embarcações dos 12 aos 15m, verifica-se que existirá um diferencial notório. Considerando preços de 2001, o valor bruto obtido por estas embarcações seria de respectivamente, € 178,43 mil (€ 132,51 mil proveniente do mercado fresco e € 45,92 mil da indústria) e € 291,98 mil (€ 216,83 mil do mercado fresco e € 75,15 mil da indústria). Considerando com bastante naturalidade, que o consumo fresco dificilmente atingiria nos Açores as quantidades referenciadas, a rentabilidade das embarcações seria em consequência absolutamente negativa.

Adicionalmente, deve ter-se em conta que a arte de pesca para esta pescaria é bastante dispendiosa, está dirigida apenas para o espada preto e que não contempla praticamente capturas acessórias.

Em, conclusão o incentivo para a pesca deste recurso necessita de um suporte de marketing substancial, no que se inclui a preparação de um mercado de fresco que dê a necessária

resposta ou que seja contemplado o escoamento de fresco para outros mercados em quantidades apropriadas.

6 Caracterização do Emprego na Pesca

6.1 Introdução

A análise dos números de indivíduos na pesca ficará incompleta se não se atender à afectação efectiva das pessoas à actividade. De facto, durante bastante tempo se tem verificado a existência de variadas pessoas com actividade apenas temporária na pesca. Esta situação verifica-se, quer nos Açores, quer no Continente, bem como noutros países, e dificilmente tem sido possível quantificar o número de indivíduos nesta situação.

Efectivamente, constatou-se em diversos locais nos Açores que os tripulantes mantêm uma ocupação em terra que não pretendem perder, tendo a pesca como rendimento suplementar e até por vezes, como actividade oficial para a realização de descontos para a segurança social. A actividade temporária e o respectivo rendimento suplementar da pesca, parece também estar associado aos períodos altos da pesca referentes a boas capturas. Igualmente, parece também existir evidência de os tripulantes exercerem o poder de escolha das embarcações nas quais preferem trabalhar, desistindo de trabalhar nas embarcações com baixos resultados e preferindo as embarcações com resultados notórios.

Neste estudo, considera-se que se conseguiu dar uma resposta cabal às seguintes questões:

- *Quantos indivíduos estão realmente na pesca com actividade a tempo completo?*
- *Quantos indivíduos têm realmente a pesca apenas como actividade temporária?*
- *Quantos indivíduos constituem realmente o equivalente tempo completo (ETC) na actividade da pesca, isto é, englobando os indivíduos a tempo completo e tempo incompleto (part-time)?*

6.2 Metodologia

6.2.1 Cálculo do total de pessoas na pesca

No cálculo do total de indivíduos na pesca considerou-se o registo de inscritos marítimos em actividade das Capitánias em 2000, desagregado por concelho. Qualquer tripulante para poder exercer a actividade de marítimo na pesca, mesmo que temporariamente, tem que ficar inscrito neste registo (ficando a inscrição afecta à respectiva embarcação). O ano de 2000 foi o ano disponível para fornecer esta informação.

Neste contexto convém esclarecer que as Capitánias somente têm dados globais (de todos os marítimos em actividade independentemente do período de trabalho na pesca) e, relativos à sua área de jurisdição o que em termos gerais não corresponde ao concelho, sendo o caso particular de S. Miguel.

Para este estudo, atendendo, a que foi efectuada uma distribuição por concelho de toda a frota, obtendo-se assim os totais de tripulantes em actividade em cada concelho, esta distribuição

permitiu assim obter uma desagregação dos marítimos ao nível de concelho e efectuar o cálculo da proporção destes por concelho para a ilha de S. Miguel. Consequentemente, aplicou-se a proporção concelhia obtida para desagregar os valores globais da Capitania, colmatando assim a lacuna existente.

Convém notar que os valores totais calculados ao nível do arquipélago para 1996 e 2000 não coincidem com a soma dos valores desagregados por ilha e capitania. A explicação está eventualmente relacionada com as diferentes fontes de informação. Os valores totais foram obtidos a partir das estatísticas do INE mas reportados a informação fornecida pelas próprias capitánias não se sabendo todavia, se no fim, os dados provenientes do INE foram objecto de algum tipo de acerto. Por outro lado, é importante referir que os dados das Capitánias não se encontram informatizados o que poderá trazer alguns erros quando se efectuam levantamentos do mesmo teor em alturas temporais diferentes.

6.2.2 Cálculo do Equivalente Tempo Completo

De forma a quantificar com rigor o número equivalente de indivíduos a tempo completo na pesca atendeu-se à determinação e análise exaustiva dos níveis de actividade da frota, calculando-se um equivalente a tempo completo a partir destes. O método de determinação do ETC baseou-se no **nível efectivo de actividade** das embarcações em 2001, o que está em clara associação com a secção 5.3. Em complemento, no Anexo 8 apresenta-se a metodologia detalhada para os cálculos que incluem o emprego na pesca.

Resumidamente, adoptou-se o valor percentual de actividade de cada embarcação que resultou do quociente entre o nº de dias de mar realizado por cada embarcação e o nº total de dias de mar assumido como padrão para cada segmento específico da frota, no que respeita a uma actividade plena. O valor percentual determinado para cada embarcação foi, ao longo da base de dados da frota, multiplicado pelo respectivo número médio diário de tripulantes de cada embarcação (a operar no mar e em terra). O número obtido por embarcação corresponde em consequência, ao equivalente de homens a tempo completo que trabalharam para cada embarcação em 2001.

6.2.3 Cálculo das pessoas a tempo completo efectivo e part-time

Por sua vez, o cálculo do pessoal efectivamente a tempo completo refere-se às tripulações das embarcações que foram classificadas em 2001 como tendo um nível de actividade pleno, particularmente as que apresentaram uma actividade superior ou igual a 88%. Em complemento, é importante identificar as implicações das suposições consideradas, que se listam em seguida:

- Existem embarcações pertencentes ao mesmo armador com níveis de actividade inferiores ao nível considerado de 88% com actividade complementar, cuja tripulação é comum às duas embarcações e que por vezes no conjunto de ambas desenvolvem uma actividade a 100%. Neste caso, os homens em questão não estão integrados no número de marítimos efectivamente a tempo completo. Sublinhe-se no entanto, que estes casos são diminutos, podendo talvez ter um maior impacte em termos numéricos na análise efectuada nas ilhas com menores valores (ex. S. Jorge, Pico, Flores e Santa Maria).

- Existem embarcações com actividade plena, que possuem no entanto pessoal temporário ao longo do ano, cujo posto de trabalho é quantificado como sendo de actividade completa. De facto, esta situação está relacionada com a suposição base – na qual se acredita que as embarcações com actividade plena mantêm ou tentam manter a mesma tripulação ao longo do ano e nalguns casos, ao longo dos anos. Esta situação é fortalecida nas embarcações de médio e grande porte, tornando-se mais instável a manutenção dos tripulantes nas embarcações de menores dimensões. No caso de algum pessoal temporário abordo das embarcações de maior porte verifica-se também, que parece se mantêm na pesca a 100% oscilando entre embarcações ao longo do ano (neste caso o respectivo posto de trabalho foi considerado na quantificação realizada).
- No que respeita a embarcações que estiveram inactivas durante período considerável em 2001 devido a reparações, as tripulações respectivas também não foram consideradas.
- Os indivíduos na actividade dos atuneiros foram integrados no grupo de pessoal temporário. A actividade dos atuneiros totalizou 250 postos de trabalho sazonal em 2001 (213 postos em referência ao Pico, com elevada incidência de pessoal com outra Nacionalidade ou Madeirenses).

Para o cálculo dos marítimos com situação em part-time, efectuou-se simplesmente a subtracção do número de inscritos marítimos pelo número efectivo de pessoal a tempo completo.

No que respeita aos valores referenciados para o concelho do Nordeste à que ter alguma reserva pois estes deverão estar sobrestimados. Dos contactos estabelecidos parece existir muito menos indivíduos em part-time na pesca.

6.2.4 Cálculo de um rácio grosseiro de emprego na pesca

Para o cálculo grosseiro do rácio de emprego na pesca realizou-se o quociente do total de inscritos marítimos em 2000, pelo total de emprego estimado em 1999 por concelho. Utilizou-se o ano de 2000 por ser o mais completo e para o qual foi possível efectuar uma desagregação a nível de concelho.

A fonte de suporte do emprego total estimado é do INE (Estimativas da População Empregada), que por sua vez tem como base os CENSUS 1991 com aplicação de coeficientes de emprego para 1999, não existindo ao nível de concelho estas estimativas. Assim, assumiu-se para as ilhas e concelhos a mesma evolução registada para o emprego global do Arquipélago, partindo dos valores concelhios dos CENSUS 1991.

6.2.5 Estrutura etária dos marítimos

Efectuou-se um levantamento das bases de dados da Organização de Produtores Porto de Abrigo e Cooperativa de Pescadores da Ribeira Quente no sentido de estruturar e analisar as

idades dos marítimos em actividade na ilha de S. Miguel. O levantamento totalizou 889 indivíduos.

Em complemento realizou-se uma comparação dos resultados obtidos com os dados referentes ao estudo anterior, colhidos através da realização de questionário e levantamento de dados pessoais nas capitánias conforme as amostras expressas na Tabela 42.

É importante ressaltar que no estudo anterior os dados referentes a S. Miguel tinham ficado apenas pela informação proveniente dos questionários limitando-se a uma amostra de apenas 100 indivíduos.

Tabela 42; Estrutura das amostras efectuadas no estudo anterior (2001)

Amostra Questionários 2001	Nº Marítimos	Amostra Capitánias 2001	Nº Marítimos
S. Maria	12	S. Maria	151
Terceira	30	Terceira	433
Graciosa	8	Graciosa	132
S. Jorge	10	Corvo	6
Flores	15	Flores	53
Pico	10		
Faial	18		
S.Miguel	100		
Atuneiros	34		
Total	237	Total	775

6.3 Resultados e Discussão

Na Tabela 43 discriminam-se os resultados referentes às 4 modalidades consideradas: total de inscritos marítimos em actividade, marítimos efectivamente a tempo completo, marítimos temporários (a part-time) e ETC.

O total de indivíduos a um equivalente tempo completo foi de 1696 em 2001, sendo que os indivíduos estimados na pesca a tempo completo corresponderam a 823 em 2001. Dos últimos S. Miguel registou 47% (com Ribeira Grande 25% e Ponta Delgada 11%), Terceira 27% (com Angra com 19%), Faial 9%, Graciosa 5%, Pico 5%, S. Maria 4%, Flores e S. Jorge com 2% cada e Corvo 1%. Consequentemente, o número de indivíduos com actividade temporária na pesca (independentemente do período temporal em *part-time* desenvolvido por estes) foi de 3465 em 2001.

Sublinhe-se, que o valor obtido para o equivalente a tempo completo de 1696, praticamente que coincide com o número obtido na secção 5.3.5 de um total de homens na pesca de 1777 resultante da aplicação dos modelos aos segmentos de frota padrão.

No que respeita a uma evolução histórica relativa, constata-se que o número de pessoas na pesca tem vindo a crescer desde 1996 até 2001, com valores de respectivamente, 3729 e 4195 inscritos marítimos em actividade (Tabela 44). Por sua vez, na Tabela 45 verifica-se que os locais que apresentam uma maior evolução do número de marítimos neste período temporal são a Terceira e S. Miguel.

Tabela 43; Marítimos na Actividade da Pesca em 2001

Ilha	Concelho	2000 Total Marítimos Inscritos	2001 Marítimos a Tempo Completo	2001 Marítimos com actividade a part-time	2001 ETC
AÇORES		4288	823	3465	1696
S.Maria	Vila do Porto	150	29	121	49
S. Miguel		2594	383	2211	824
	Lagoa	451	45	406	143
	Nordeste	16	3	13	5
	P.Delgada	472	91	381	150
	Povoação	267	28	239	85
	Rib. Grande	1235	202	1033	392
	V.F.Campo	156	14	142	49
Terceira		524	221	303	356
	A. Heroísmo	438	155	283	257
	Praia Vit.	86	66	20	99
Graciosa	St. Cruz	185	44	141	75
S. Jorge		130	14	116	44
	Calheta		3		9
	Velas		11		35
Pico		333	40	293	219
	Lajes	129	22	107	85
	Madalena	187	14	173	123
	S. Roque	17	4	13	11
Faial	Horta	287	73	214	101
Flores		80	12	68	21
	Lajes	38	5	33	9
	St. Cruz	42	8	34	12
Corvo		5	6		7

Nota: Os valores em itálico referentes às áreas concelhias, reportam-se a dados estimados com base no total declarado por ilha e atendendo à proporção encontrada a partir dos dados ETC determinados pelo nível de actividade da frota.

Em termos de desagregação geográfica dos indivíduos na pesca observa-se que Ribeira Grande e Graciosa (Santa Cruz) são as áreas concelhias que maior importância revelam apresentando rácios grosseiros de emprego de 12,7% e 9,8% (Tabela 46). Todavia, considerando que a população de S. Miguel é substancial, esta ilha (constituída por 6 concelhos) apresenta um rácio de 5,8% o que é revelador de alguma importância.

Tabela 44; Total Pescadores Matriculados em actividade

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Inscritos Marítimos nos Açores	3729	3822	4092	3952	4073	4195

Fonte: INE (Total marítimos nos Açores sem desagregação por ilha)

Tabela 45; Inscritos Marítimos em Actividade de 1996 a 2001

	Ilha	Concelho	Nº de Inscritos Marítimos em Actividade por ano					
			1996	1997	1998	1999	2000	2001
Açores			3897				4288	
	S. Maria	Vila do Porto	197	235	208	155	150	194
	S. Miguel		2311	2381	2447	2501	2594	2628
		Lagoa	402	414	426	435	451	457
		Nordeste	14	14	15	15	16	16
		P. Delgada	421	433	445	455	472	478
		Povoação	238	245	252	258	267	271
		Rib. Grande	1100	1133	1165	1190	1235	1251
		V.F. Campo	139	143	147	150	156	158
	Terceira		367	364	472	444	524	
		A. Heroísmo	273	309	422	364	438	
		Praia Vit.	94	55	50	80	86	
	Graciosa	St. Cruz	184	184	197	180	185	193
	S. Jorge		159				130	
		Calheta						
		Velas						
	Pico		321				333	
		Lajes	125				129	
		Madalena	180				187	
		S. Roque	16				17	
	Faial	Horta	272				287	
	Flores		74		60	84	80	66
		Lajes			28	48	38	30
		St. Cruz			32	36	42	36
	Corvo		12		13	12	5	9

Fonte: Capitánias

Nota: Os valores em itálico resultam da desagregação estimada dos marítimos ao nível de concelho com base nas proporções obtidas conforme descrito na metodologia.

Tabela 46; Proporção relativa de postos de emprego e postos de trabalho na pesca

Ilhas	Concelho	Emprego total estimado (1999)	Inscritos Marítimos em actividade 2000	Rácio total na pesca (estimativa grosseira)
AÇORES		96634	4288	4,4
S. Maria	Vila do Porto	2379	150	6,3
S. Miguel		50794	2954	5,8
	P. Delgada	27576	472	1,7
	Rib. Grande	9716	1235	12,7
Terceira		23097	524	2,3
	A. Heroísmo	14960	438	2,9
Graciosa	St. Cruz G.	1926	185	9,6
S. Jorge		3976	130	3,3
Pico		5939	333	5,7
Faial	Horta	6503	287	4,4
Flores		1795	80	4,5
Corvo	Corvo	174	5	2,9

6.3.1 Estrutura etária

Os resultados obtidos (Tabela 47 e Figura 7) mostram que a inclusão de jovens na actividade da pesca acontece particularmente em S. Miguel, salientando-se para este facto o concelho da Ribeira Grande com 217 indivíduos com idade inferior ou igual a 29 anos, representando 24% do total da Ilha. Por seu lado, Lagoa justifica também uma tendência relativa para o cenário referido, com os marítimos de idade inferior ou igual a 29 anos a representarem cerca de 31% dos indivíduos na pesca deste Concelho. Na Ribeira Quente, porém, já não se verifica a mesma tendência, existindo 61% dos indivíduos na faixa etária dos 30 aos 49 anos e 24% com idade inferior a 30 anos.

Tabela 47; Estrutura etária dos marítimos em S. Miguel por Concelho

2002	Escalões Etários						
S. Miguel	Menos de 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	Mais de 60	Total
Nordeste	0	3	0	1	1	0	5
Lagoa	2	40	39	34	19	3	137
Ponta Delgada	0	22	34	32	26	3	117
Povoação	0	17	27	10	7	1	62
Ribeira Grande	37	180	124	79	25	2	447
V.Franca	0	5	4	12	9	2	32
Ribeira Quente	1	20	39	15	9	5	89
Total	40	287	267	183	96	16	889
% acumulada	5	37	67	87	98	100	

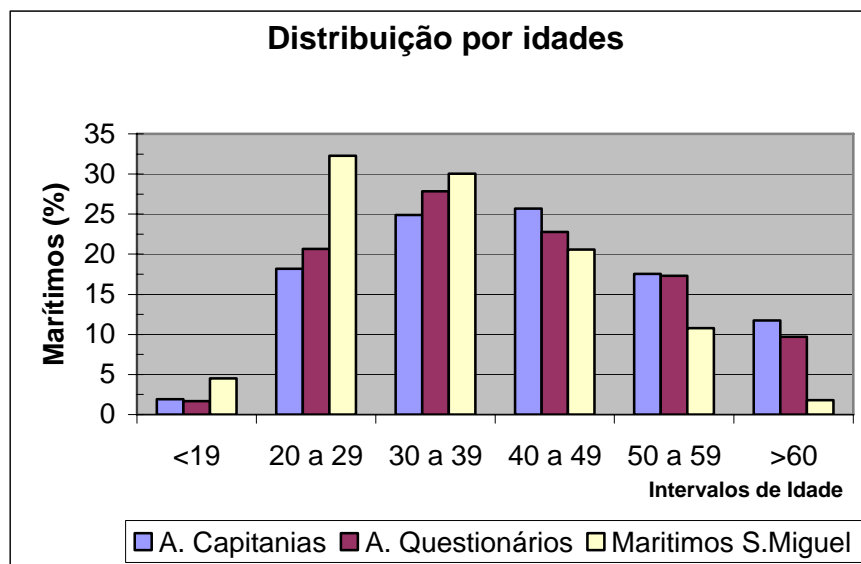


Fig. 7: Distribuição comparativa da estrutura etária nos Açores

6.4 Conclusão

A relação dos números de indivíduos a tempo completo e part-time parece ser sintomático da quantidade considerável de embarcações com níveis elevados de inactividade. Por outro lado, parece justificar a facilidade de mobilidade de pessoas entre a actividade da pesca e as actividades em terra fora do sector e mesmo da flutuação de tripulantes entre embarcações diversas.

O elevado número de pessoas com apetência para uma actividade temporal na pesca parece até mesmo justificar os elevados níveis de inactividade da frota, do que propriamente constituir uma consequência desta situação. Neste contexto, as implicações podem ser importantes penalizando a actividade de alguns armadores pela falta de tripulação, embora o número cru de matriculados induza o contrário.

O nível de dependência grosseira, relativo ao cálculo do rácio, é indicativo de uma dependência relativa da pesca, atingindo nalguns locais valores importantes mas nunca substanciais.

A existência de uma população bastante jovem na pesca, particularmente em S. Miguel é indicativo da importância que esta actividade representa como alternativa de emprego para a juventude. Todavia, não se conhece neste estrato etário dos marítimos a razão entre indivíduos a tempo completo e part-time. Saliente-se contudo o papel que o concelho da Ribeira Grande tem na influência deste cenário.

7 Níveis de Dependência na Fileira das Pescas

7.1 Introdução

Os níveis de dependência na Fileira das Pescas são abordados da mesma forma que nos estudos anteriores, ou seja com base no cálculo de dois indicadores principais a nível regional. Um, baseado nos registos de emprego, constituindo rácios de emprego na fileira das pescas, o outro, através do desenvolvimento de rácios da mais-valia, baseado nos ganhos médios individuais auferidos em cada actividade.

Os rácios de emprego têm como base comparativa o emprego total, estimado ao nível concelhio, com o emprego registado na Fileira das pescas e cada um dos sectores respectivos.

Os rácios da mais valia calculados têm como padrão de comparação os ganhos médios da população, provenientes do respectivo trabalho que exercem ao nível concelhio. Assim, os rácios resultam da comparação do ganho total de todas as pessoas envolvidas na pesca e actividades da Fileira com os ganhos totais de todas as actividades.

Para desenvolvimento desses indicadores no presente estudo, salienta-se a existência de uma alteração profunda da metodologia, que veio dotar os resultados de um apuro considerável e significativo. Adicionalmente, a destrinça ao nível concelhio das 3 ilhas, Faial, Pico e S. Jorge, para ambas as séries de dados, do emprego e mais-valia, veio dotar este estudo de valores significantes para uma lacuna continuamente existente nos estudos anteriores.

O cálculo do número de pessoas na pesca é fundamental, afectando directamente a determinação de ambos os rácios. Por esta razão, a determinação o mais aproximada possível da realidade do número de pessoas na pesca tem sido um dos grandes objectivos dos sucessivos estudos realizados, o que tem motivado adaptações da metodologia em função dos dados disponíveis e recolha de dados possível.

De facto, enquanto, que para as outras actividades da fileira, que não a pesca, existe uma fonte fidedigna de dados do emprego e remunerações, com base nos Quadros de Pessoal desenvolvidos pelo DETEFP do MTS e OEFP da RAA, para a pesca não existe qualquer fonte de informação completa e fiável. A aplicação de diferentes metodologias relaciona-se assim com a adopção de diversas fontes, para além das limitações de disponibilidade de tempo e meios em realizar levantamentos de informação primária.

7.2 Metodologia

No Anexo 8 apresenta-se a metodologia detalhada para desenvolvimento desta secção, efectuando-se seguidamente um sumário dos aspectos mais relevantes.

O ano de 1999 foi adoptado como ano de referência embora, para a pesca se tenha utilizado a estrutura de emprego desagregada ao nível de concelho obtida a partir da análise da actividade da frota em 2001, aplicando-se aos valores referentes a 1999.

Rácio de emprego – A base comparativa efectuou-se a partir dos valores gerais de emprego estimados pelo INE (Estimativas da População Empregada) para os Açores e a respectiva base dos Censos 91. Considerando adequada a suposição de que o crescimento verificado ao nível do Arquipélago foi semelhante ao verificado ao nível concelhio, estabeleceu-se um coeficiente de crescimento, estimando-se o valor do emprego total em cada concelho o que permitiu o cálculo dos respectivos rácios. O conceito que está inerente a estas estimativas é o de considerar 1 pessoa empregada – 1 emprego.

Para a actividade da pesca considerou-se o cálculo mais exaustivo possível para definição de um equivalente tempo completo (conforme descrito na secção 6.2) ao nível de concelho, indo ao encontro do conceito 1 emprego na pesca – 1 pessoa. A determinação deste teve como base os níveis de actividade calculados para a frota na secção 5.3.

Rácio de Emprego (%) = (número de pessoas ao serviço da actividade em análise (Pesca; Processamento; ou, total da Fileira) / número total estimado de pessoas empregadas) x 100; com todos os valores referentes à mesma área geográfica.

O rácio da mais valia é também um valor percentual, resultante da razão entre os ganhos totais referentes à actividade em análise e o ganho global do conjunto das actividades da mesma área geográfica em estudo.

Rácio da Mais Valia (%) = (ganho total para a actividade em análise (Pesca; Processamento; ou, total da Fileira) / ganho total estimado para o conjunto das actividades económicas) x 100; com todos os valores referentes à mesma área geográfica.

O conceito utilizado para o ganho, reporta-se ao somatório das remunerações base com diuturnidades e remunerações por horas extraordinárias assim como outras prestações

regulares. Os ganhos médios utilizados nos cálculos deste estudo referem-se a valores individuais médios mensais.

As fontes de informação utilizadas para o cálculo do rácio da mais valia foram:

- DETEFP / OEFP, referentes a todas as actividades excepto Agricultura, Profissões Liberais, e Administração Pública.
- Direcção Regional de Organização e Administração Pública (DROAP) em referência aos dados da respectiva área.
- Recenseamento Geral da Agricultura dos Serviços Regionais de Estatística dos Açores, relativamente aos dados referentes ao sector agrícola.

7.3 Resultados

7.3.1 Rácio do emprego

Na tabela 51, e Anexo 9 são apresentados os valores de emprego e respectivos rácios para as actividades da fileira das pescas. Todos os concelhos são contemplados não existindo lacunas de informação.

7.3.1.1 Rácio do emprego na actividade da pesca

O arquipélago no seu todo apresenta um rácio de 1,7% para a pesca, um valor bastante inferior comparativamente ao calculado no estudo anterior (Tabela 48). No entanto, é importante salientar que as diferenças para cálculo do Equivalente Tempo Completo, foram significativamente diferentes.

De facto, para 1998 a determinação do equivalente tempo completo esteve dependente de uma amostra estudada para S. Miguel com base na identificação do número de reformados na pesca que não estariam na actividade a tempo completo, uma estimativa dos indivíduos com actividade a part-time e indivíduos na pesca em situação ilegal, tendo sido adoptada a mesma relação para todas as ilhas. Por sua vez, a estratégia para 1999 teve como base a identificação exaustiva dos níveis de actividade da frota quer por cálculos quer por uma pesquisa de campo abrangendo toda a frota, segundo os métodos anteriormente descritos, proporcionando dados bastante mais significativos.

Tabela 48; Comparação rácios de emprego 1998/1999 para os Açores

	Total população Empregada	ETC na Pesca	Rácio de Emprego
1999 (presente estudo)	96.634	1650	1,7%
1998 (estudo anterior)	94.612	3066	3,2%

As ilhas com os maiores rácios de emprego da pesca são o Corvo, Pico e Graciosa, sendo nesta última que a diferença entre 1998 e 1999 é mais significativa (Tabela 49).

Tabela 49; Comparação rácios de emprego 1998/1999

	1998	1999
Corvo	5,7%	5,2%
Pico	4,2%	3,7%
Graciosa	7,7%	3,6%

As restantes ilhas apresentam em 1999 rácios entre os 1,1% e 1,6%, sendo que no caso das maiores ilhas com mais habitantes, S. Miguel e Terceira, estima-se que apresentam cada uma 1,5%, respectivamente 786 e 356 pessoas a tempo completo.

A nível concelhio, destacam-se os seguintes concelhos: Vila do Corvo, Madalena, Lajes do Pico, Ribeira Grande, St. Cruz da Graciosa, Povoação e Lagoa (Tabela 50).

Tabela 50; Rácios de emprego 1999 – principais concelhos

	Rácio (%)	Nº Marítimos ETC
Vila do Corvo	5,2	9
Madalena	5,0	123
Lajes do Pico	4,1	85
Ribeira Grande	3,8	373
St. Cruz da Graciosa	3,6	70
Povoação	3,3	81
Lagoa	2,8	5

Alguns concelhos embora registem um nível de emprego na pesca considerável, não ultrapassam um rácio de 1,7%. É o caso dos concelhos de:

- Angra do Heroísmo 1,7% (257 Marítimos);
- Ponta Delgada 0,5% (143 Marítimos);
- Horta 1,6% (101 Marítimos);
- Praia da Vitória 1,2% (99 Marítimos);

7.3.1.2 Rácio do emprego das actividades de processamento

O total de pessoas no sector da transformação do pescado foi de 765 em 1999, representando um rácio de apenas 0,8% para o Arquipélago (Tabela 51), tendo em 1998 sido 0,9%.

As ilhas, onde o peso deste sector é importante para substanciar o rácio da Fileira, são o Pico (3,6%), S. Jorge (1,7%) e Faial (1,1%), embora S. Miguel retenha 366 postos de emprego e o Pico 211 (Tabela 51).

Os rácios da actividade de Processamento com significado localizam-se na Madalena (7,5%), Calheta (3,9%), V. F. Campo (2,7%), Ribeira Grande (1,9%) e V.P.Vitória (0,6%). De notar que a actividade na Calheta, tem sido sobretudo uma actividade sazonal, embora no presente já se caracterize por uma laboração durante todo o ano.

Saliente-se o facto, de o rácio da actividade de Processamento no Concelho da Madalena (7,5%) constituir o maior rácio de emprego registado ao nível concelhio, sem contabilizar a pesca, o que configura especial relevo para esta actividade nesta área.

7.3.1.3 Rácio do emprego do total da Fileira

O arquipélago apresenta para a Fileira um rácio de 2,9% (Tabela 51). As ilhas com rácios totais de maior significado são o Pico (7,8%), o Corvo (5,2%) e a Graciosa (4,2%). Por sua vez, os concelhos em maior evidência encontram-se no Pico (Madalena 13% e Lajes 5,1%) e em S. Miguel (Ribeira Grande com 6,3%).

Controversamente aos rácios mais elevados, as ilhas com maior número de pessoas na Fileira são S. Miguel, 1314 postos de trabalho (2,6%) e Terceira, 505 postos de trabalho (2,2%), cujas populações empregadas são as mais numericamente expressivas (S.Miguel – 50.794 empregos e Terceira – 23.097 empregos).

Ao nível concelhio e em termos numéricos, figuram como mais expressivos os concelhos da Ribeira Grande, Madalena, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta (Tabela 51).

7.3.2 Rácio da Mais Valia

O arquipélago apresenta uma mais valia (salários) de €1,4 milhões para a Fileira das Pescas, relativamente a uma mais valia global, de todas as actividades, de €63,1 milhões (Tabela 52). O rácio de mais valia para o total da fileira é assim, bastante reduzido, sendo de 2,2 %, com a actividade da pesca representando 1,3% (€ 0,8 milhões).

É aqui importante referir que muito provavelmente, o valor global encontrado para a pesca se encontra subestimado. De facto, o resultado final obtido da aplicação dos modelos de custos para a frota (secção 5.3.5) foi de € 9,2 milhões em salários e € 12,3 milhões para o total do valor acrescentado (salários e lucro, sendo o IVA não aplicável).

A natureza relativa dos cálculos realizados leva a que ambos os cenários se mantenham válidos. Toda a estrutura de cálculos dos rácios assenta na equivalência e utilização dos ganhos declarados dos trabalhadores por conta de outrem, de modo a poder relacionar montantes do mesmo tipo. Desta forma, foram também obtidas amostras para a pesca com base no mesmo raciocínio. Estes cálculos devem assim manter-se apenas para o estabelecimento e análise dos rácios.

Pelo outro lado, nos cálculos realizados utilizando os modelos de custo dos segmentos de frota padrão foi tido em conta os valores globais auferidos, incluindo os bónus, pagamentos base, e uma rigorosa divisão de partes (armador/tripulação) por cada embarcação. Nestes cálculos foi também constatado à partida que haveria uma pequena sobrestimação do valor bruto do total da frota em cerca de € 2 milhões, o que levaria a que o valor de salários também estivesse sobrestimado mas nunca na ordem de grandeza registada (quase 12 vezes).

Em termos de rácio ao nível de ilha salientam-se Pico (6,1%), Graciosa (4,6%) e Corvo (4,6%). As mais populosas, S. Miguel e Terceira apresentam respectivamente, apenas 1,8% e 2,2% (Tabela 52).

Tabela 51; Emprego na fileira das pescas e respectivos rácios em 1999

1999	Ilha	Concelho	EMPREGO (Nº de Pessoas)				RÁCIOS (%)		
			Pesca (ETC)	Processamento. Total	Total Fileira Pescas	Total (estimado)	Total Fileira Pescas	Pesca	Processamento
Açores			1650	765	2768	96634	2,9	1,7	0,8
	S.Maria	V. Porto	39	0	48	2379	2,0	1,6	0,0
	S.Miguel		786	366	1314	50794	2,6	1,5	0,7
		Lagoa	136	0	151	4911	3,1	2,8	0,0
		Nordeste	5	0	5	1995	0,3	0,3	0,0
		P.Delgada	143	73	301	27576	1,1	0,5	0,3
		Povoação	81	0	87	2472	3,5	3,3	0,0
		R.Grande	373	183	608	9716	6,3	3,8	1,9
		V.F.Campo	48	110	162	4124	3,9	1,2	2,7
	Terceira		356	52	505	23097	2,2	1,5	0,2
		A. Heroísmo	257	0	313	14960	2,1	1,7	0,0
		Praia Vit.	99	52	192	8137	2,4	1,2	0,6
	Graciosa	St. Cruz	70	0	80	1926	4,2	3,6	0,0
	S. Jorge		44	66	120	3976	3,0	1,1	1,7
		Calheta	9	66	80	1692	4,7	0,5	3,9
		Velas	35	0	40	2285	1,8	1,5	0,0
	Pico		219	211	465	5939	7,8	3,7	3,6
		Lajes	85	18	107	2094	5,1	4,1	0,9
		Madalena	123	184	319	2455	13,0	5,0	7,5
		S. Roque	11	9	39	1390	2,8	0,8	0,6
	Faial	Horta	101	70	196	6503	3,0	1,6	1,1
	Flores		26	0	31	1795	1,7	1,4	0,0
		Lajes	14	0	16	721	2,2	1,9	0,0
		St. Cruz	12	0	15	1074	1,4	1,1	0,0
	Corvo		9	0	9	174	5,2	5,2	0,0

Tabela 52; Rácios da Mais Valia em 1999

1999	Ilha	Concelho	Mais Valia (€)					Rácios da Mais Valia (%)			
			Total Actividades	Pesca	Processamento	Comércio por Grosso e Retalho de pescado	Total Fileira	Processamento	Com. por Grosso e Retalho de Pescado	Pesca	Total Fileira
Açores			63111276	833411	335143	227052	1405760	0,5	0,4	1,3	2,2
	S.Maria	V. Porto	2521113	10699	0	8421	19121	0,0	0,3	0,4	0,8
	S.Miguel		32982831	334284	161630	112073	609211	0,5	0,3	1,0	1,8
		Lagoa	3014096	47486	0	10672	58157	0,0	0,4	1,6	1,9
		Nordeste	1106103	2369	0	0	2369	0,0	0,0	0,2	0,2
		P.Delgada	19748859	84167	31704	61385	177255	0,2	0,3	0,4	0,9
		Povoação	1364316	38382	0	4443	42826	0,0	0,3	2,8	3,1
		R. Grande	5345928	145120	86349	31872	264564	1,6	0,6	2,7	4,9
		V.F.Campo	2403529	16760	43578	3702	64039	1,8	0,2	0,7	2,7
	Terceira		15248516	248601	21147	57506	328477	0,1	0,4	1,6	2,2
		A.Heroísmo	10207105	179467	0	37194	217884	0,0	0,4	1,8	2,1
		Praia Vit.	5041411	69133	21147	20312	110593	0,4	0,4	1,4	2,2
	Graciosa	St. Cruz	1455028	58309	0	8350	66659	0,0	0,6	4,0	4,6
	S. Jorge		2202987	21049	22340	5584	48973	1,0	0,3	1,0	2,2
		Calheta	984766	3591	22340	1991	27922	2,3	0,2	0,4	2,8
		Velas	1218221	17458	0	3593	21051	0,0	0,3	1,4	1,7
	Pico		3379509	82556	101663	13540	205467	3,0	0,4	2,4	6,1
		Lajes	1287525	38158	8673	3381	50212	0,7	0,3	3,0	3,9
		Madalena	1317151	41106	88654	9400	139159	6,7	0,7	3,1	10,6
		S. Roque	774833	3292	4336	760	16096	0,6	0,1	0,4	2,1
	Faial	Horta	4187090	60454	28364	17386	106204	0,7	0,4	1,4	2,5
	Flores		1036004	12969	0	4191	17160	0,0	0,4	1,3	1,7
		Lajes	410957	6983	0	1647	8630	0,0	0,4	1,7	2,1
		St. Cruz	625046	5986	0	2544	8529	0,0	0,4	1,0	1,4
	Corvo		98198	4489	0	0	4489	0,0	0,0	4,6	4,6

De todos os valores de rácios encontrados e considerando, cada uma das actividades da Fileira ao nível concelhio é no concelho da Madalena na actividade de transformação do pescado (conservas), que se regista o maior rácio de mais valia de 6,7%. Este valor induz, que se verifique igualmente na Madalena o rácio da mais valia mais expressivo para a Fileira Pescas (10,6%). Os concelhos com valores mais significativos a seguir à Madalena são Ribeira Grande 4,9%; Lajes do Pico 3,9%; e Povoação 3,1%.

Para a actividade da pesca os rácios mais elevados, quer ao nível concelhio, quer ao nível de ilha, registam-se nas ilhas do Corvo 4,6% e Graciosa 4,0%. Abaixo destes valores surgem os concelhos da Madalena 3,1%; Lajes do Pico 3,0%; Povoação 2,8%; e Ribeira Grande 2,7%.

7.4 Análise do Nível de Dependência

Para expressar o nível de dependência, é aceitável utilizar como valores de dependência sócio-económica o valor mínimo de 1% para regiões NUTS 3, neste caso o arquipélago no seu todo, podendo estender-se este conceito ao nível de ilha. Para regiões NUTS 4 (concelhos) considera-se aceitável a adopção de um valor mínimo de 3%. Este último é também utilizado sempre que uma ilha seja constituída apenas por um concelho.

Convém referir, que a dependência sócio-económica deve ser analisada conjugando a informação que provém de ambos os rácios, devendo-se evitar utilizar individualmente estes indicadores. Por outro lado, salienta-se a melhoria da qualidade de dados, já referida, que existiu ao formular os cálculos do rácio de mais valia. Este, vem assim, potenciar o poder interpretativo do conjunto de ambos os indicadores, propiciando uma análise mais apurada.

Pela análise dos rácios considera-se os Açores como uma região marginalmente dependente da pesca, bem como de toda a fileira, apresentando rácios de emprego de 1,7% e 2,9%, respectivamente. Salienta-se, que estes valores são bastante marginais. De forma semelhante, o rácio da mais valia evidencia também um nível de dependência marginal, 1,3% para a pesca e 2,2% para toda a fileira. É importante sublinhar que os rácios estimados aproximam-se mais dos valores reais comparativamente com os valores dos estudos anteriores (Tabela 53), em resultado das diferenças metodológicas apontadas atrás. Este facto faz com que se deva dar-lhes particular atenção.

Tabela 53; Rácios do presente estudo e anteriores

	Rácio Emprego (%)		Rácio Mais-valia (%)	
	Fileira	Pesca	Fileira	Pesca
1999	2,9	1,7	2,2	1,3
1998	4,4	3,2	2,6	1,9

Tendo em conta o rácio de emprego, todas as ilhas são consideradas como marginalmente dependentes da Pesca, no entanto, todas apresentam valores bastante reduzidos. Várias ilhas apresentam inclusivamente, valores apenas ligeiramente superiores a 1%, são os casos de S. Jorge 1,1%; S. Miguel e Terceira 1,5%; Faial 1,6% e Flores 1,4%.

Sublinhe-se, que o mesmo não acontece com o rácio de mais valia, existindo uma ilha, Santa Maria, com um valor de 0,8% para a Fileira e 0,4% para a Pesca. Este facto vem sem duvida diminuir a importância da pesca nesta ilha, se não mesmo levantar a questão de se considerar esta ilha dependente ou não dependente. Todavia, esta situação tem que ser analisada com alguma reserva, senão mesmo muito cuidado, dado que a ilha de Santa Maria constitui um caso de excepção ao nível do arquipélago. Nesta ilha está localizada a Direcção de Operações do Atlântico, um serviço especial de controlo do tráfego aéreo, contendo um número considerável de técnicos altamente remunerados e que não têm residência fixa nesta ilha. Na classificação de actividade económica (CAE) que inclui este serviço foram contabilizados em 1999, 283 trabalhadores por conta de outrem (TCOs) auferindo um salário médio de € 2773. Assim, se for excluído o valor correspondente destes salários, o rácio da mais valia em Santa Maria passaria a ser de 1,0% para a Pesca e 1,7 % para a Fileira, alterando inclusivamente de forma ligeira o rácio do arquipélago para respectivamente, 1,4% e 2,3%.

Voltando à análise conjunta de ambos os indicadores para as várias áreas (Tabela 54) verifica-se de um modo geral, valores da mesma ordem de grandeza para os rácios para cada actividade.

Tabela 54; Apresentação conjunta de ambos indicadores - Rácios da Mais Valia e Emprego

1999	Ilha	Concelho	Rácio de Mais Valia (%)			Rácio de Emprego (%)		
			Proces.	Pesca	Fileira	Fileira	Pesca	Proces.
Açores			0,5	1,3	2,2	2,9	1,7	0,8
	S.Maria	Vila do Porto	0,0	0,4	0,8	2,0	1,6	0,0
	S. Miguel		0,5	1,0	1,8	2,6	1,5	0,7
		Lagoa	0,0	1,6	1,9	3,1	2,8	0,0
		Nordeste	0,0	0,2	0,2	0,3	0,3	0,0
		P.Delgada	0,2	0,4	0,9	1,1	0,5	0,3
		Povoação	0,0	2,8	3,1	3,5	3,3	0,0
		Rib. Grande	1,6	2,7	4,9	6,3	3,8	1,9
		V.F.Campo	1,8	0,7	2,7	3,9	1,2	2,7
	Terceira		0,1	1,6	2,2	2,2	1,5	0,2
		A. Heroísmo	0,0	1,8	2,1	2,1	1,7	0,0
		Praia Vit.	0,4	1,4	2,2	2,4	1,2	0,6
	Graciosa	St. Cruz	0,0	4,0	4,6	4,2	3,6	0,0
	S. Jorge		1,0	1,0	2,2	3,0	1,1	1,7
		Calheta	2,3	0,4	2,8	4,7	0,5	3,9
		Velas	0,0	1,4	1,7	1,8	1,5	0,0
	Pico		3,0	2,4	6,1	7,8	3,7	3,6
		Lajes	0,7	3,0	3,9	5,1	4,1	0,9
		Madalena	6,7	3,1	10,6	13,0	5,0	7,5
		S. Roque	0,6	0,4	2,1	2,8	0,8	0,6
	Faial	Horta	0,7	1,4	2,5	3,0	1,6	1,1
	Flores		0,0	1,3	1,7	1,7	1,4	0,0
		Lajes	0,0	1,7	2,1	2,2	1,9	0,0
		St. Cruz	0,0	1,0	1,4	1,4	1,1	0,0
	Corvo		0,0	4,6	4,6	5,2	5,2	0,0

8 Sector de Processamento e Pescado Fresco - Produção

Nesta secção tenta-se caracterizar, da forma mais aproximada possível, a produção desenvolvida no sector da exportação e de transferências para Portugal Continental quer de pescado fresco quer do sector da transformação, designadamente conservas. Tem-se também, em linha de conta as transferências realizadas de matéria-prima e produtos finais em termos de exportação e importação.

8.1 Metodologia específica

Relativamente à indústria de transformação (conservas e preparação de lombos) foi realizado e enviado um questionário aos vários agentes (4), no entanto, somente por parte da empresa COFACO existiu uma resposta efectiva. Adicionalmente, contou-se com alguma informação recolhida no anterior estudo, que foi melhorada e tornada mais consistente para a devida utilização.

A análise deste sector assentou sobretudo em dados secundários recolhidos, reorganizados e tratados da forma mais pertinente para este estudo. As principais fontes foram:

- Estatísticas de importação/exportação/transferências intra-comunitárias – Eurostat
- Estatísticas de carga das companhias aéreas
- Dados referentes à atribuição do Apoio do POSEIMA – D.R.P.

Os dados secundários foram tratados em conjugação, quando possível, com a informação proveniente dos questionários realizados.

No seguimento do estudo anterior, o tratamento dos dados desenvolvido consiste na construção de uma resenha de transferências (entradas e saídas) dos produtos da indústria e distribuição pelos respectivos mercados de proveniência ou destino. Convém notar que quando se refere o termo “exportação” entenda-se saída dos Açores.

Ainda no que respeita à obtenção de dados, foi analisada a utilização de informação proveniente dos Inquéritos às Empresas Harmonizado (IEH) do Instituto Nacional de Estatística, no que respeita à dinâmica de custos e proveitos por actividade económica. No entanto, considerou-se que estes dados não reflectiriam o verdadeiro cenário das empresas da região neste sector, embora a amostra constituída seja dos Açores. As lacunas de informação existentes, não permitem uma análise consistente dos dados. Sublinha-se o facto, de nas atribuições do SREA não estar contemplado o desenvolvimento de inquéritos exaustivos às empresas, sobre esta temática, o que resolveria o problema focado. Os dados eventualmente, daí obtidos, consistiriam para a Região, numa óptima base de análise dos custos e receitas das empresas da Fileira.

8.2 Sector de pescado fresco

8.2.1 *Produto escoado*

Em quantidade, o pescado escoado para fora dos Açores apresenta um pico em 1999 de cerca de 4.024 t (peso líquido), tendo em 2001 baixado para cerca de 2.500 t atingindo a menor quantidade exportada desde 1995 (tabela 55). Estes valores derivam das estatísticas das companhias aéreas que fornecem dados de peso bruto, sobre os quais se considera que 80% deste corresponde ao peso efectivo de peixe.

Tabela 55; Quantidades de pescado fresco exportado e transferido, por transporte aéreo

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
t (peso líquido ↔ 80% do peso bruto)	3604	3169	3526	3530	4024	3501	2494

Fonte: DRP (dados provenientes das companhias aéreas SATA e TAP)

Em termos de valor, o sector de pescado fresco (exportações e transferências para Portugal Continental) deverá ter representado em 2001, um mínimo de cerca de € 17,5 milhões. Se atendermos aos anos de 1999 e 2000 a distribuição em valor das exportações e transferências terá sido a seguinte:

- 55% Portugal Continental
- 37% UE (principalmente Espanha)
- 8% América do Norte (3% EUA e 5% Canadá)
- 0,25% Outros

O pescado mais exportado e transferido consiste num largo grupo de espécies demersais, sendo as de maior destaque de todo o peixe fresco, o Goraz e o Pargo. Com base na informação dos exportadores, o Goraz representa mesmo cerca de 45% a 55% do total exportado e transferido. As espécies principais com maior incidência, quer em valor quer em quantidade, são efectivamente, por ordem de importância:

- Goraz
- Pargo
- Boca Negra, Rocaz e Congro;
- Cherne e Mero;
- Peixão, Alfoncim, Abrótea, Cântaro, Garoupa, Imperador, e Safio

Para determinação da composição das exportações, teve-se em linha de conta as estatísticas do Eurostat (tabela 56), embora estas estatísticas sejam sub-representadas, visto que grande parte das transacções dos Açores se efectua via Portugal Continental, não sendo assim declaradas por não constituírem uma exportação. Todavia, assume-se que a composição total do pescado escoado seja semelhante ao evidenciado pelas estatísticas, visto corresponderem à informação fornecida pelos exportadores. Assim, atendendo aos 4 grandes grupos de pescado verifica-se a seguinte composição das exportações em termos de quantidade:

- Tunídeos: 5 a 18%
- Espadarte: 0,2 a 3,4%
- Moluscos (principalmente os cefalópodes, lula e polvo): 0,1 a 8%
- Pescado, (excluindo os anteriores): 70 a 95%

Tabela 56; Composição das exportações de pescado fresco por destino

Exportações	Produtos em fresco	Países Terceiros		UE ¹		TOTAL		
		€ (10) ³	kg (10) ³	€ (10) ³	kg (10) ³	€ (10) ³	kg (10) ³	% (kg)
2001	Tunídeos	220	23	0	0	220	23,3	4,8
	Espadarte	10	1	0	0	10	0,9	0,2
	Peixe	2089	289	1100	168	3190	457	94,6
	Moluscos	13	2	0	0	13	2	0,4
	Total	2333	316	1100	168	3433	484	
2000	Tunídeos	714,3	70,7	0,0	0,0	714,3	70,7	16,9
	Espadarte	33,6	3,2	0,0	0,0	33,6	3,2	0,8
	Peixe	2130,2	315,4	298	26,5	2428,3	341,8	81,9
	Moluscos	10,7	1,5	0,0	0,0	10,7	1,5	0,4
	Total	2888,8	390,7	298	26,5	3186,8	417,2	
1999	Tunídeos	27,0	29,8	1,1	1,0	28,0	30,8	8,2
	Espadarte	2,1	2,1	0,0	0,0	2,1	2,1	0,6
	Peixe	185	308,7	31,5	32,9	216,6	341,6	91,1
	Moluscos	0,3	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	0,1
	Total	214,4	341,0	32,6	33,9	247,0	374,9	
1997	Tunídeos	39,5	59,0	0,0	0,0	39,5	59,0	9,5
	Espadarte	7,6	10,3	0,0	0,0	7,6	10,3	1,7
	Peixe	160,4	383	94,4	119,4	254,8	502,4	80,5
	Moluscos	10,2	26,9	5,1	25,2	15,2	52,1	8,4
	Total	218	479	99	145	317,0	623,8	
1996	Tunídeos	52,8	97,2	0,0	0,0	52,8	97,2	18,5
	Espadarte	11,9	18	0,0	0,0	11,9	18,0	3,4
	Peixe	151,2	372,5	0,0	0,0	151,2	372,5	71
	Moluscos	10,1	31,2	1,1	5,7	11,1	36,9	7
	Total	226	518,9	1,1	5,7	227,1	524,6	

Fonte: Eurostat

¹ Não inclui transferências para o Continente

8.2.2 Mercados de destino

Os mercados de destino com maior expressão são de facto Portugal Continental e Espanha. Cerca de 72% a 75% do peso total de pescado escoado vai para o Continente (tabela 52). Convém no entanto notar, que uma grande parte do pescado descarregado em Lisboa e Porto tem como destino final, Espanha. O pescado vai normalmente direccionado para o Porto e destinado ao mercado de segunda venda de Vigo.

No que respeita às exportações para países terceiros (fora da Europa dos 15), a América do Norte constitui destino para cerca 10 a 13% do total das exportações (tabela 57 e Anexos 11), EUA 4% e Canadá 5 a 9%. Normalmente, este pescado é dirigido para as comunidades de emigrantes Açorianos.

Tabela 57; Quantidades de pescado fresco exportado e transferido por destino

Destinos	Peso bruto relativo					
	1996		1997		2001	
	T	%	T	%	T	%
Continente	2.950	75	3.322	75	2.237	72
EUA	155	4	176	4	130	4
Canadá	236	6	234	5	276	9
Madeira	123	3	80	2	222	7
UE	463	12	599	14	252	8
Outros	32	1	4	0		
Total	3.959		4.415		3.117	

Fonte: SATA e TAP

Em termos comparativos com o valor total das exportações realizadas por Portugal com destino para os Países Terceiros, as exportações dos Açores representaram em 2001 e 2000, respectivamente, 8 e 10%, tendo nos anos anteriores a 1999 sido cerca de 1% (Tabela 58). O peso destas exportações em 2001 foi mesmo de 32% e 14% respectivamente, para o Canadá e EUA.

Efectuando uma estimativa do pescado que poderá ter sido exportado/transferido para o mercado intra-comunitário a partir dos Açores via Portugal Continental (eventualmente cerca de 80% deste segundo os exportadores mais credenciados) verifica-se que o peso relativo em quantidade deste, em função do total nacional exportado para a UE, terá sido na ordem dos 4 a 5% para os anos anteriores a 2000 e cerca de 2,6% para 2001.

Tabela 58; Composição das exportações de pescado fresco por destino

	Total Exportações Portuguesas (€ 10 ³) por destino				Peso relativo do valor das exportações dos Açores no total nacional (%)			
	EU	Total Países Terceiros	Canadá	EUA	UE	Total Países Terceiros	Canada	EUA
2001	210.526	30.845	4.428	4.864	1	8	32	14
2000	189.851	28.614	4.532	5.033	0	10	33	22
1999	155.082	21.660	3.177	3.740	0	1	3	2
1997	134.292	24.300	3.444	4.311	0	1	3	2
1996	119.320	30.439	3.148	9.229	0	1	3	1

8.2.3 Empresas e recursos humanos

Atendendo ao levantamento realizado nas diversas ilhas, nos Açores existem cerca de 13 exportadores principais, incluindo-se empresas e empresários em nome individual, que realizam quer exportações quer transferências para Portugal Continental. Presentemente, verifica-se também a entrada esporádica no negócio da exportação de pescado de indivíduos, normalmente com outras ocupações, embora muitos transaccionem e comercializem habitualmente pescado nos circuitos internos.

Adicionalmente, existem também algumas empresas provenientes de Portugal Continental e Espanha que actuam na região através de comissionistas locais. Neste contexto, tem aumentado inclusivamente o contacto directo entre armadores e empresas em Portugal Continental com o objectivo daqueles proporcionarem uma maior valorização do pescado por eles capturado.

De todo este grupo continua a destacar-se apenas duas empresas em toda a região: António Mineiro e Andrade Lda. e Gil & Oliveira Lda., ambos responsáveis por cerca de 40% do volume de vendas apontado. Em complemento, algumas empresas menores, aparentemente, especializam-se em franjas de mercado específicas, tendo como alvo determinadas espécies, retirando assim melhores dividendos. Esta situação acontece especificamente ao nível do marisco, principalmente crustáceos (ex. da lagosta). Entre estas empresas contam-se por exemplo a Peixe Frio, António Arruda, e os empresários de S. Jorge.

O emprego neste sector contabiliza cerca de 325 pessoas, conjugando dados estatísticos de emprego e estimativas com base num levantamento de campo efectuado por todo o arquipélago. O sector do comércio por retalho de pescado, que inclui as empresas que efectuam a comercialização do peixe para fora da região, engloba cerca de uma centena de pessoas ao serviço. Os restantes postos de trabalho, dizem respeito ao comércio por grosso de pescado, incluindo o emprego na Lotaçor (cerca de 140 indivíduos).

8.2.4 Conclusão

O que mais se evidencia deste sector é o facto de uma importante componente do produto escoado se transaccionar em mercados de segunda venda em Espanha e Portugal Continental. Esta situação implica que uma parte do valor acrescentado do produto não fica na região, ficando com o intermediário do Continente ou de Espanha que irá transaccionar o pescado no mercado de segunda venda.

O cenário focado exige uma abordagem que configure uma melhor eficácia das vendas, aumentando o valor acrescentado do pescado na região. Como exemplo, indica-se o desenvolvimento de uma estrutura cooperativista ou organização de produtores que localize um escritório em Vigo para tratar directamente das vendagens nos mercados de segunda venda.

8.3 Sector conserveiro

8.3.1 Resultados e Discussão

A matéria-prima destas indústrias tem vindo tendencialmente a ser importada. De um total de 9000 toneladas em 2001 (Tabela 59), cerca de 90% da matéria transformada do sector foi importada, com os restantes 10% provenientes da região. Os tunídeos capturados na região com destino para a indústria representam um peso de cerca de 58% das capturas realizadas com apenas 850t. As importações realizadas são

provenientes na sua maioria de Espanha (cerca de 50% a 60%) e Gana (30 a 40%) (Tabela 62).

Tabela 59; Origem e utilização de matéria-prima pelas conserveiras

Anos	Total Tunídeos para Transformação (t)	Total Importações para Transformação Intra Trade – C.N. (Eurostat)		Desembarques Totais da Frota com destino para a indústria (t)	
		(t)	% do Total de Tunídeos para Transformação	(t)	% do total de desembarques de tunídeos
2001	9.068	8.217	91	851	58
2000	9.696	8.806	91	874	42
1999	9.050	6.473	72	2.265	64
1998	9.767	(1.997) ¹	(20)	6.605	86
1997	10.292	3.882	38	5.699	87
1996	14.409	4.954	34	7.897	89

¹ Este valor poderá estar incorrecto, visto ter-se detectado alguns erros para este ano na base de dados fornecida pelo Eurostat.

Noutra perspectiva, a importação de tunídeos congelados para a indústria constitui cerca de 90% do total das importações de pescado efectuadas para a região, não contando com as transferências provenientes do continente (Tabela 60).

Tabela 60; Total de importações de tunídeos e outros (e peso relativo dos tunídeos congelados)

Anos	Produtos	Países Terceiros		UE		Total	
		€(10) ³	kg (10) ³	€(10) ³	kg (10) ³	€(10) ³	kg (10) ³
2001	Tunídeos	3418	3344	4190	4882	7608	8226
	Outros	3	0	599	289	602	289
	Total	3421	3344	4789	5170	8210	8515
2000	Tunídeos	2365	3618	3735	5200	6100	8819
	Outros	44	38	125	82	169	120
	Total	2410	3657	3860	5282	6270	8939
1999	Tunídeos	363	4845	102	1628	466	6473
	Outros	1	2	31	509	32	511
	Total	364	4847	133	2137	497	6984
1997	Tunídeos	230	1970	341	1996	570	3966
	Outros	3	12	93	984	96	996
	Total	233	1982	434	2981	667	4962
1996	Tunídeos	117	1240	394	3718	511	4957
	Outros	9	24	41	149	51	173
	Total	127	1263	435	3867	562	5130

Nota: As transferências provenientes do continente não são contabilizadas.

Estima-se que a produção do sector conserveiro em 2001 tenha sido na ordem das 5500-6000 toneladas de peso líquido correspondendo a um valor total estimado de € 35,8 milhões (Tabela 61). A variação do valor das vendas acontece essencialmente devido a uma oscilação da quantidade de produto que é exportado, sendo conferido um maior valor acrescentado a estes produtos. Os produtos exportados correspondem em geral a enlatados de maiores dimensões de 300g, 2kg, 3 e 5kg.

Tabela 61; Origem e utilização de matéria-prima pelas conserveiras

	Produção total estimada Conservas	
	Peso líquido (t)	Valor (€ milhões)
2001	5500-6000	35,8
2000	5000-5500	32,1
1999	5000-5500	37,5

Segundo as empresas, aproximadamente 35% a 40% da produção é destinada para os mercados de exportação, sendo o restante basicamente para o mercado Nacional (com cerca de 1% comercializado na região).

A congregar a esta indústria existe uma fábrica de preparação de lombos destinados para as conserveiras com uma actividade produtiva bastante irregular tendo atingido, estima-se, cerca de 700 t em 2001.

No que respeita às exportações de todos os produtos de tunídeos, estes têm um peso considerável no total das exportações directas realizadas, constituindo cerca de 85% em quantidade destas. Neste conjunto as conservas representam cerca de 50% a 80% das exportações (Tabela 64).

Em termos nacionais o peso das exportações de conservas dos Açores tem sido bastante irrisório, embora a partir de 2000 tenha revelado proporções de 14 e 16% para os países da UE e 4 a 6% para a América do Norte (Tabela 65).

O destino principal das conservas Açorianas é primordialmente o Continente, conforme já referido, sendo em termos internacionais quase exclusivamente o mercado Italiano (Tabela 63).

Por seu lado, a produção de lombos é exportada na totalidade, tendo como destino exclusivo o mercado Espanhol (Tabela 66).

Tabela 62; Proveniência da matéria-prima importada congelada para as conserveiras

Ano	Total Importação (t)	Gana	C. Marfim	México	Panamá	Vanuatu	Brasil	Irlanda	Espanha	C.Verde	Suiça	Senegal
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
2001	8.217	37,2							59,3		3,1	0,3
2000	8.806	25							59		16	0,2
1999	6.973	56							25	19		
1997	3.882	39,4				8,6	2,75	37,58	11,7			
1996	4.954		0,4	14,2	10,4				75			

Tabela 63; Destino do produto final (Países Terceiros e Europa – não inclui transferências para o continente)

Ano	Total Exportação declarada (t)	EUA	Espanha	Bélgica	Franca	Grécia	Itália	P. Baixos	Luxemburgo
		%	%	%	%	%	%	%	%
2001	1.690	1,5	1,3	3,7			88,9	4,6	
2000	1.958	2,4	0,4	0,3	1,8	4,0	91,2		
1999	2.082	0,5	0,3	0,9	2,6		92,6	2,2	0,8
1997	2.894	1	7		0,5	1,5	89,9		
1996	3.774	0,5	21,3			3,1	73,3	1,8	

Fonte: Eurostat

Tabela 64: Total de exportações de todos os produtos de tunídeos e outros

Exportações							
Anos	Produtos	Países Terceiros		UE		Total	
		€(10³)	kg (10³)	€(10³)	kg (10³)	€(10³)	kg (10³)
2001	Tunídeos (Outros produtos)	221	23	2.029	718	2.249	741
	Tunídeos Conservas	130	26	8.587	1.664	8.717	1.690
	Outros	2.131	297	1.100	168	3.231	465
	Total	2.481	346	11.716	2.550	14.197	2.896
2000	Tunídeos (Outros produtos)	715	71	487	291	1.201	361
	Tunídeos Conservas	242	46	9.137	1.911	9.379	1.958
	Outros	2.241	332	770	97	3.012	429
	Total	3.198	449	10.394	2.299	13.592	2.748
1999	Tunídeos (Outros produtos)	27	30	60	416	88	446
	Tunídeos Conservas	6	11	1.027	2.071	1.032	2.082
	Outros	199	331	45	85	243	415
	Total	231	371	1.132	2.572	1.363	2.943
1997	Tunídeos (Outros produtos)	39	59	5	14	45	73
	Tunídeos Conservas	13	30	1.161	2.864	1.173	2.894
	Outros	181	430	100	146	281	576
	Total	233	519	1.266	3.024	1.499	3.543
1996	Tunídeos (Outros produtos)	545	2.702	29	114	574	2.817
	Tunídeos Conservas	7	18	1.332	3.756	1.339	3.774
	Outros	174	424	6	29	180	453
	Total	726	3.145	1.367	3.899	2.093	7.043

Fonte: Eurostat

Nota: Não inclui pescado fresco e conservas transferidos para o Continente

Tabela 65; Comparação das exportações de conservas dos Açores com o total Nacional

	Total Exportações Portuguesas de Conservas por destino (€ 10 ³)				Peso relativo do valor das exportações dos Açores no total nacional (%)			
	UE	Total Países Terceiros	Canadá	EUA	UE	Total Países Terceiros	Canada	EUA
2001	55.293	16.204	552	3.757	16	1	0	4
2000	64.417	16.703	804	3.843	14	2	0	6
1999	67.941	18.058	821	3.343	2	0	0	0
1997	70.815	15.823	887	2.396	2	0	0	1
1996	82.633	13.761	559	1.776	2	0	0	0

Nota: Em geral as transferências dos Açores para Portugal Continental não são depois exportadas, todavia não é certo que nos anos de 1996 e 1997 tal não tenha sucedido.

Tabela 66; Exportação de Tunídeos congelados (assume-se lombos)

	Lombos exportados para Espanha (kg)
2001	720.000
2000	291.000
1999	415.000

Fonte: Eurostat

8.3.2 Conclusão

O sector encontra-se notoriamente dependente das importações de tunídeos e por tal, do preço internacional deste produto, que é no entanto minimizado pelo subsídio do POSEIMA.

Embora a quantidade global de matéria-prima utilizada se tenha mantido desde 1997 até ao presente, a natureza das fontes – capturas regionais e importações - têm registado uma variação generalizada entre ambas, tendo em 1996 sido predominantemente referente à pesca na RAA. Esta situação reflecte um ajustamento estrutural desta indústria no que toca à obtenção de matéria-prima.

Esta indústria regista ao longo dos anos uma contínua dependência dos mercados de exportação Italiano e Nacional, particularmente o Continente, o que deixa o sector bastante limitado e profundamente dependente da conjuntura de ambos os mercados. Adicionalmente, revela uma característica de profunda limitação ao estar dependente basicamente, de um só mercado de exportação. A situação da produção de lombos é similar com apenas um mercado como alvo (Espanha).

A diversificação dos mercados de exportação parece assim, ser um ponto fulcral para dinamizar, não só como garante de manutenção dos produtos de exportação (que como referido pelas empresas constituem os produtos de maior valor acrescentado) como também para fomentar o respectivo aumento.

Noutra perspectiva, o emprego no sector encontra-se completamente sustentado pelas importações de tunídeos.

9 Emprego no Sector do Processamento e Comércio de Pescado

9.1 Metodologia

Esta secção baseia-se na recolha e análise de informação proveniente das estatísticas dos Quadros de Pessoal do DETEFP e OEFP, bem como de um inquérito desenvolvido e aplicado especificamente para as pessoas ao serviço do sector das conservas, cujo sector representa cerca de 90% do pessoal da indústria de processamento de pescado. Esta secção debruçar-se-á particularmente sobre o sector das conservas por esta última razão.

Os dados gerais das estatísticas dos Quadros de Pessoal referem-se às seguintes actividades:

- Conservas;
- Preparação de pescado (lombos de tunídeos e pescado fresco para escoar para fora da região);
- Congelação de pescado;
- Comércio por grosso (basicamente referente à actividade da Lotaçor) e retalho de pescado;

Convém notar que os números totais de pessoas variam consoante os cruzamentos de informação nas bases de dados (total pessoas ao serviço, escalão de antiguidade, escalão etário, sexo, habilitações, qualificações, entre outros) efectuados para cada actividade, visto que as empresas nem sempre preenchem integralmente todos os campos do questionário dos Quadros de Pessoal.

9.1.1 Questionário dirigido às pessoas ao serviço no sector conserveiro

Para a análise aprofundada do emprego no sector realizou-se um inquérito, cujo exemplar se apresenta no Anexo 6. Este foi dirigido a todas as pessoas ao serviço nesta actividade, encontrando-se a tipologia da amostra no Anexo 14.

9.1.1.1 Questões principais e Metodologia específica

Para além do propósito de caracterizar as pessoas na actividade, teve-se como objectivo principal o de encontrar algumas respostas para as seguintes questões:

- 1 - *Quais os níveis de dependência económica das pessoas ao serviço na actividade?*
- 2 - *Como se caracteriza a satisfação no trabalho?*

As questões alvo foram abordadas com perguntas directas relativas aos seguintes conteúdos:

Para a questão 1:

- peso do salário do inquirido no total do ganho do agregado familiar;
- actividades económicas das pessoas do agregado familiar que participam com um ganho para o agregado;
- nº de pessoas do agregado familiar e nº de filhos;

- tipo de contrato (efectivo ou termo incerto);
- nº de contratos realizados;
- nº de anos na actividade das conservas;
- actividades alternativas fora das conservas;

Para a questão 2:

- satisfação ou insatisfação com o emprego;
- satisfação ou insatisfação com as condições de trabalho (fábrica, equipamentos, instalações higio-sanitárias e de descanso para o trabalhador, etc);
- satisfação ou insatisfação com o tipo de tarefas executadas no emprego;
- satisfação ou insatisfação com o salário;
- opção entre o trabalho actual e outro emprego com o mesmo salário, com a mesma garantia de trabalho e na mesma localidade;

Neste contexto, foi ainda deixado a possibilidade de se efectuar qualquer comentário através de pergunta aberta.

No que respeita às características sócio-económicas dos indivíduos e respectivas famílias, atendeu-se aos seguintes aspectos na realização do inquérito:

- dimensão do agregado familiar / nº de filhos / idade / estado civil;
- habilitações literárias / cargo exercido;
- valorização sócio-profissional, através da participação em acções de formação profissional, no que se inclui a caracterização das acções (tipo de curso, o nº de acções, o local e período de realização, a organização);

Convém notar, que o bloco de questões respeitantes à satisfação no emprego não foi colocado a toda amostra inquirida. Do total dos 315 indivíduos apenas a 170 foram efectuadas estas questões, ou seja, representando ainda assim, cerca de 25% do Universo. Esta situação resultou do facto, de ter sido distribuído um questionário sem esta secção pelos trabalhadores na ilha do Faial e a alguns da Ilha do Pico, sobre os quais se apurou na pergunta aberta realizada um número considerável de comentários que revelavam insatisfação pelas condições de trabalho. Os comentários encontrados motivaram assim, a inserção deste grupo de questões nos inquéritos subsequentes.

O tratamento de dados referentes ao inquérito realizado processou-se utilizando o programa de software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), especialmente desenvolvido para análise estatística de dados para o domínio das Ciências Sociais.

Na análise de dados efectuaram-se os seguintes filtros:

- Trabalhadores do sexo feminino com contrato a termo incerto;
- Trabalhadores do sexo feminino com situação no trabalho a efectivo;
- Trabalhadores do sexo feminino com contrato a termo incerto, na linha de produção;
- Trabalhadores do sexo feminino com situação no trabalho a efectivo, na linha de produção;

Seguiu-se igual procedimento para os trabalhadores do sexo masculino com termo incerto e efectivos, no entanto, considerou-se que os resultados não constituíam acrescimento de esclarecimento e aprofundamento da análise. Assim, centrou-se a análise

no grupo manifestamente maioritário, quer da indústria quer da amostra (Trabalhadores do sexo feminino com contrato a termo incerto).

9.1.1.2 Metodologia específica – análise da amostra (Indivíduos femininos a termo incerto)

O objectivo, que residuiu à filtragem realizada, centrou-se no sentido de tornar os dados inteligíveis a uma leitura mais fina, tendo-se cruzado estes, com um conjunto de outras variáveis consideradas relevantes após a fase inicial da análise acima referenciada.

A incidência da análise recair sobre este filtro da base de dados inclui, comparações e comentários, quer com alguns dados tratados em outros filtros relevantes para o conhecimento da realidade quer na integração dos resultados dos testes estatísticos efectuados.

No que respeita aos comentários expressados na pergunta aberta verificou-se um número de **não respostas** na ordem dos 95 indivíduos (52,5%) de um total de 181. No que toca à secção referente à caracterização da satisfação do trabalho, por questões de aplicação do questionário esta não foi estendida a toda a amostra, conforme anteriormente referido. Ainda assim, o valor total de casos válidos do filtro é de 105, constituindo 33% da amostra e 15% do universo, com um valor de **não respostas** nulo.

Ou seja, quando colocados perante questões fechadas relativas à satisfação no emprego, os indivíduos não se abstiveram de tomar posição, o que cruzando com o que foi dito relativamente aos comentários, aponta a justeza da opção tomada. Isto é, ainda que partindo do caminho inverso e atendendo, à especificidade da amostra, os comentários feitos na última questão obrigam a um olhar mais atento às respostas dadas nas questões relativas à satisfação, ficando claro que algumas das preocupações expressas timidamente na questão aberta, são reforçadas ou mesmo manifestamente assumidas, nas perguntas efectuadas exactamente antes.

Desta forma, averiguou-se estatisticamente da relevância de correlacionar a Satisfação no Emprego, com Tipo de Contrato (efectivo ou a termo incerto), Antiguidade e Proporção do salário no ganho total do agregado familiar dos inquiridos, tendo-se para tal procedido à enunciação de três hipóteses:

1. **Existe relação entre a satisfação no trabalho e o tipo de contrato dos inquiridos.**
2. **Existe relação entre a satisfação no trabalho e a antiguidade na empresa.**
3. **Existe relação entre a satisfação no trabalho e a percentagem do salário no ganho total do agregado familiar dos inquiridos.**

Em todas as hipóteses formuladas a variável dependente satisfação no trabalho, que é uma variável qualitativa ordinal, foi considerada como uma variável quantitativa no tratamento efectuado. As variáveis independentes, Tipo de contrato, Antiguidade na empresa, Percentagem do salário no ganho total do agregado familiar, são todas do tipo nominal.

Para as três hipóteses pretendeu-se fazer uma análise de variância simples paramétrica (Oneway) para a qual, se impõem alguns pressupostos:

- as amostras têm que ser independentes;
- as variâncias da variável dependente, nas diferentes categorias da variável independente, devem ser semelhantes (homocedasticidade);
- e, a distribuição da variável dependente tem de seguir uma distribuição normal, nas diferentes categorias da variável independente.

Nas três hipóteses o último pressuposto não é cumprido, isto é, nas diferentes categorias das variáveis independentes, a variável dependente não segue uma distribuição normal. Perante isto, recorreu-se à alternativa não paramétrica à análise de variância simples paramétrica (Oneway), o teste de Kruskal Wallis.

9.2 Resultados e Discussão

Os resultados do questionário relativos à satisfação são apresentados no Anexo 14 e os resultados gerais, bem como dos filtros realizados no Anexo 15.

9.2.1 Caracterização genérica do emprego no sector do processamento

O emprego nas actividades de processamento de pescado e comércio por grosso e retalho de pescado envolve cerca de 1000 pessoas (Tabela 67). A distribuição do emprego pelas diferentes actividades faz-se com a seguinte proporção: 70% conservas, 23% actividades de comércio (inclui lotas) e 7% preparação de pescado (lombos de tunídeos) e congelação.

Convém notar que a actividade de comércio poderá integrar cerca de mais uma centena de pessoas não contabilizadas nos quadros de pessoal. Esta situação, identificada pelo levantamento realizado, explica-se por existir um envolvimento considerável de profissionais liberais e outros que não são habitualmente abrangidos por estas estatísticas.

Em termos da distribuição por sexos em cada actividade (Tabela 67), o emprego nas conservas é composto por uma população de 75% de indivíduos do sexo feminino, a actividade de preparação de pescado e congelação compreende nos seus postos 52% de mulheres e na actividade de comércio os postos de trabalho são ocupados por 82% de homens.

No que respeita à distribuição das pessoas por escalões de antiguidade (Tabela 67) assiste-se aos seguintes cenários:

- o emprego nas conservas é caracterizado por 46% de indivíduos (323) com menos de 1 ano de serviço, 16% (113) com 1 a 4 anos, mas integrando 10% de pessoas com mais de 20 anos de serviço;
- na actividade de preparação de pescado, 64% têm 1 a 4 anos de trabalho;
- no sector do comércio 25% possuem 1 a 4 anos de serviço, outros 25% 5 a 9 anos e 14% mais de 20 anos de serviço.

9.2.2 Caracterização particular do emprego no sector das conservas

O número de estabelecimentos tem se mantido em cerca de uma dezena no período de 1995 a 1999, integrando quer fábricas quer instalações de administração (Tabela 69). O emprego total na actividade tem oscilado consideravelmente entre cerca de 550 e 1000 pessoas, encontrando-se em 1999 estabilizado em aproximadamente 700 postos de trabalho.

Tabela 67; Trabalhadores nas actividades de processamento e comércio de pescado por escalões de antiguidade

1999	Escalões de antiguidade (anos) por sexo																				
	Homens							Mulheres							Total						
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	>=20	Total H	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	>=20	Total M	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	>=20	Total H/M
Conservas	30	26	34	22	23	37	172	293	87	40	70	5	31	526	323	113	74	92	28	68	698
Outros	5	22	4	2	1	2	36	8	27	3	2	0	0	40	13	49	7	4	0	2	76
Com.Retalho e Grosso ¹	19	45	45	38	17	29	193	5	15	13	4	2	3	42	25	59	58	42	19	32	235
Total	54	93	83	62	41	68	401	306	129	56	76	7	34	608	361	221	139	138	47	102	1009

Fonte: DETEFP / OEFP

¹ As pessoas por conta própria, profissionais liberais, ou com vínculo a outra actividade não são contabilizados.

Tabela 68; Trabalhadores na actividade das conservas por escalões de antiguidade por concelho

1999	Escalões de antiguidade (anos) por sexo																				
	Homens							Mulheres							Total						
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	>=20	Total H	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	>=20	Total M	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	>=20	Total H/M
Ponta Delgada ¹	6	11	20	14	10	18	79	70	6	19	63	3	20	181	76	17	39	77	13	38	260
Ribeira Grande	8	4	8	1	2	5	28	122	11	21	1			155	130	15	29	2	2	5	183
Vila Franca	8	3	3	4	8	6	32	68	8		5		6	87	76	11	3	9	8	12	119
Calheta	8	8				1	17	16	33					49	24	41	0	0	0	1	66
Horta			3	3	3	7	16	17	29		1	2	5	54	17	29	3	4	5	12	70
Total	30	26	34	22	23	37	172	293	87	40	70	5	31	526	323	113	74	92	28	68	698
% relativa	17	15	20	13	13	22	100	56	17	8	13	1	6	100	46	16	11	13	4	10	100
% acumulada	17	33	52	65	78	100		56	72	80	93	94	100		46	62	73	86	90	100	

Fonte: DETEFP / OEFP

¹ Os dados referentes ao Concelho da Madalena estão integrados em Ponta Delgada

Tabela 69; Evolução dos estabelecimentos e pessoas ao serviço nas Conservas

CAE 15203	1995		1996		1997		1998		1999	
	Pessoas	Est.	Pessoas	Est.	Pessoas	Est.	Pessoas	Est.	Pessoas	Est.
P. Delgada	126	5	335	5	220	6	61	4	49	4
R. Grande							227	1	183	1
V.F.Campo	130	1	156	1	152	1	126	1	110	2
Calheta	115	1	83	1	24	1	73	1	66	1
Madalena	186	1	209	1	135	1	223	1	211	1
S. R. Pico			1	1	1	1				
Horta	141	1	187	2	33	1	71	1	70	1
Total Açores	698	9	971	11	565	11	781	9	689	10

Fonte: OEFP

Em termos da distribuição dos indivíduos (Tabela 68), a fábrica de Ribeira Grande é a que maior proporção possui de elementos do sexo feminino com cerca de 85%, com as restantes empresas a quedarem-se entre os 70 e 75%. Por outro lado, as empresas de S. Miguel, de Ribeira Grande e Vila Franca e são as que mais integram indivíduos com menos de 1 ano de serviço, respectivamente 71% e 64% dos respectivos postos de trabalho em cada empresa.

Saliente-se, que para o facto das pessoas se encontrarem identificadas com menos de um ano de serviço, pode não ser líquido a interpretação que estas estejam na actividade efectivamente à menos de 1 ano, visto realizarem vários contratos a prazo. Na Tabela 70 verifica-se mesmo, que um número considerável de pessoas respondeu no questionário que já tinham realizado vários contratos a termo incerto.

Tabela 70; Número de contratos de Termo Incerto realizados

Número de contratos de Termo Incerto	Nº de Pessoas/Resposta	
	Frequência	% Relativa
1	34	17
2	22	11
3	6	3
4	11	6
5	8	4
6	13	7
7	7	4
mais de 8	16	8
Resposta sem significado	11	6
Não resposta	82	41
Total	198	100

Fonte: Resultados Questionário

Outra característica importante, evidenciada pelas estatísticas oficiais é que apenas cerca de 6% das pessoas na actividade das conservas tem uma situação no trabalho a part-time considerando o período normal no trabalho de 36 a 40 horas semanais (Tabela 71). Por outro lado, uma considerável proporção da amostra questionada revelou ter trabalhado durante todo o ano de 2001 (60%) (Tabela 72).

Tabela 71; Número de pessoas a tempo completo e incompleto

1999 CAE 15203	Período Normal de Trabalho						Total
	< 16 horas			36 a 40 horas			
	H	M	Total	H	M	Total	
Ponta Delgada	4	1	5	75	180	255	260
Ribeira Grande		2	2	28	153	181	183
Vila Franca			0	32	87	119	119
Calheta	9	17	26	8	31	39	66
Horta	2	4	6	14	50	64	70
Total	15	24	39	157	501	658	698

Fonte: DETEFP / OEFP

Tabela 72; Tempo de trabalho em 2001

Tempo de trabalho em 2001	Nº de Pessoas/Resposta	
	Frequência	% Relativa
zero meses	35	11,1
1 - 3 meses	10	3,2
4 - 7 meses	23	7,3
8 - 10 meses	50	15,9
Ano inteiro	184	58,4
Não resposta	13	4,1
Total	315	100,0

Fonte: Questionário

9.2.2.1 Características sócio-económicas (idade, habilitações e qualificação)

No que respeita à estrutura etária, verifica-se que 49% das pessoas na actividade das conservas tem uma idade inferior a 34 anos e as pessoas com uma idade dos 45 aos 64 são 25% do total (Tabela 73).

Em termos de habilitações cerca de 69% tem o primeiro ciclo e 11% não o concluíram sequer (Tabela 74). Destes 2 grupos as mulheres são respectivamente, 357 e 56 elementos. Analisando as pessoas com habilitação superior verifica-se que existem 7 (1% do total, com 2 mulheres entre estes), encontrando-se 6 a trabalhar em S. Miguel.

Comparando com a estrutura existente ao nível nacional para a indústria de processamento de pescado, os Açores apresentam uma proporção um pouco maior de

peças com habilitações inferiores (79% contra 74% de pessoas com o 1º ciclo ou inferior) (Tabelas 74 e 75). Em termos de pessoas com o ensino superior e secundário a proporção nacional é respectivamente de 2% e 6% enquanto que nos Açores é de 1% e 2%.

Tabela 73; Distribuição etária das pessoas ao serviço na actividade das Conservas

1999 CAE – 15203	Grupo Etário															Total H/M		
	<15			15 – 24			25 – 34			35 – 44			45 – 64					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Ponta Delgada	1		1	6	24	30	16	58	74	20	51	71	31	47	78	74	180	254
Ribeira Grande			0	4	50	54	11	60	71	7	39	46	6	6	12	28	155	183
Vila Franca	1	1	2	5	18	23	7	26	33	3	24	27	13	16	29	29	85	114
Calheta	4	4	8	1	4	5	4	9	13	2	10	12	6	20	26	17	47	64
Madalena ¹			0			33			60			64			62			219
Horta			0		2	2	4	13	17	2	19	21	9	20	29	15	54	69
Total	6	5	11	16	98	114	42	166	208	34	143	177	65	109	174	163	521	684
% relativa			2			17			30			26			25	24	76	100
% acumulada			2			19			49			75			100			

Fonte: OEFP RAA

¹ Os dados referentes ao concelho da Madalena encontram-se incluídos em Ponta Delgada.

Os valores referentes ao concelho da Madalena reportam-se a dados totais de 1998 sem discriminação por sexo.

Tabela 74; Habilitações das pessoas ao serviço na actividade das Conservas

1999 CAE 15203	Habilitações por Sexo																		Total ²		
	<1º Ciclo			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Secundário+ Profissional			E. Superior					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Ponta Delgada	2	1	3	58	123	181	7	37	44	5	15	20	3	5	8	3		3	78	181	259
Ribeira Grande	6	42	48	18	104	122	1	5	6	2	1	3		1	1	1	2	3	28	155	183
Vila Franca	8	6	14	21	56	77	1	19	20	2	6	8			0				32	87	119
Calheta	3	6	9	9	25	34	2	12	14		1	1	3	1	4				17	49	66
Madalena ¹			2			173			35			3			7			3			223
Horta		1	1	15	49	64		3	3			0		1	1	1		1	16	54	70
Total	19	56	75	121	357	478	11	76	87	9	23	32	6	8	14	5	2	7	171	526	697
% relativa	10,8			68,6			12,5			4,6			2,0			1,0			100,0		
% acumulada	10,8			79,4			91,9			96,5			98,5			99,5					

¹ Os valores referentes ao concelho da Madalena reportam-se a dados de 1998. Para o ano de 1999 os dados referentes a Madalena encontram-se incluídos em Ponta Delgada.

² Ignorado o cruzamento de informação sexo e habilitações para 4 indivíduos.

Tabela 75; Habilitações do pessoal ao serviço na indústria de processamento de pescado em Portugal

Portugal 1998	Habilitações Literárias – Sector do Processamento do Pescado						Total Pessoas ao serviço
	< 1º Ciclo	1º Ciclo	2º/3º Ciclo	Secundário	Bacharelato	Licenciatura	
Mulheres	409	2793	1160	212	26	28	4628
Homens	67	814	470	185	33	47	1616
TOTAL	476	3607	1630	397	59	75	6244
% relativa	8	58	26	6	1	1	100
% acumulada	8	66	92	98	99	100	

Fonte: DETEFP

Concentrando a atenção nas pessoas com o 1º Ciclo, 57% dos homens e 74% das mulheres têm idade inferior a 44 anos (Tabela 76). Se for considerado a idade limite de 24 anos a proporção de homens e mulheres nesta condição é de respectivamente, 13% e 15%. Pelos resultados do questionário desenvolvido, as mulheres nestas condições são as que maioritariamente, estão contratadas a termo incerto (Tabela 77).

Tabela 76; Habilitações das Pessoas ao serviço na actividade das Conservas

1999 - CAE 15203	Pessoas com o 1º Ciclo											
	H						M					
Sexo	H						M					
Grupo etário	<15	15-24	25-34	35-44	45-64	Total	<15	15-24	25-34	35-44	45-64	Total
Ponta Delgada	1	2	9	18	25	55		3	33	44	42	122
Ribeira Grande		4	6	5	3	18		45	31	24	4	104
Vila Franca	1	5	3	1	10	20	1	4	19	20	12	56
Calheta	1	1	1	2	4	9		1	2	7	14	24
Horta			4	2	8	14		2	11	17	19	49
Total	3	12	23	28	50	116	1	55	96	112	91	355
%	3	10	20	24	43	100	0	15	27	32	26	100

Fonte: OEPF RAA

Tabela 77; Amostra - Mulheres a termo incerto: Habilitações literárias

2002	Habilitações Literárias								Total
	< 1ºciclo	1ºciclo	2ºciclo (1ºano)	2ºciclo (2ºano)	3ºciclo (7º/8ºano)	3ºciclo (9ºano)	Ensino Secundário (9ºano)	Ensino Secundário (10º/11ºano)	
Mulheres	28	78	10	34	14	10	2	2	178
% relativa	16	44	5	19	8	6	1	1	100
% acumulada	16	60	65	84	92	98	99	100	

Fonte: Questionário

No que respeita a categoria profissional, a profissão principal na indústria das conservas é a de operário, variando de 83 a 90% das pessoas na actividade (Tabela 78). O estabelecimento no concelho da Ribeira Grande tem mesmo um peso de 92%.

Tabela 78; Operários na actividade das Conservas

1999 CAE – 15203	Operários			Todos			Peso relativo dos Operários (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Ponta Delgada ¹	54	161	215	79	181	260	68	89	83
Ribeira Grande	22	147	169	28	155	183	79	95	92
Vila Franca	20	87	107	32	87	119	63	100	90
Calheta	14	44	58	17	49	66	82	90	88
Horta	10	51	61	16	54	70	63	94	87
Total	120	490	610	172	526	698	70	93	87

Fonte: OEFP

¹ Os dados referentes ao concelho da Madalena encontram-se incluídos em Ponta Delgada.

9.2.3 Formação Profissional

Uma componente importante de análise é o que se refere à frequência de algum curso de formação (tabela 79). O número dos questionados do sexo feminino com contrato a termo incerto que respondem negativamente é de 126 (84%).

Tabela 79; Mulheres a termo incerto: Frequência de curso de formação

Mulheres com contrato a Termo incerto	Frequência de Algum Curso de Formação		
	Sim	Não	Total
Respostas			
Nº pessoas	24	126	150
%	16%	84%	100%

Fonte: Questionário

A acrescentar ao último aspecto tem-se a habilitação literária das inquiridas na Tabela 78, onde o número das que possuem o 1º ciclo ou menos que isso é de 106 (59,5%) em 178 casos válidos da amostra e as que possuem menos que o 3º ciclo representam 84% do total.

Aliás, cerca de 93% das mulheres do universo das conservas possuem uma habilitação literária inferior ao 3º ciclo (tabela 74). Ora, se for atendido, que o tempo de trabalho em 2001 para 126 (72%) em 175 inquiridas se cifrou entre os 8 e os 12 meses (Tabela 72) e, que 70,7% têm entre 1 e 7 anos de antiguidade na empresa (Tabela 68), poder-se-á lançar como pista de análise, o seguinte:

- o panorama do emprego neste sector de produção e para as mulheres a termo incerto caracteriza-se pela baixa qualificação profissional, sem perspectivas de fomento ao longo da carreira laboral e que por sua vez, indicia esquemas de rotatividade entre o trabalho, desemprego (alternância com o salário de trabalho e o subsídio de desemprego) e outras actividades precárias, muito embora e paradoxalmente, o tempo de trabalho em 2001 revele um elevado grau de ocupação ao longo do ano.
- A dinâmica de valorização profissional é extremamente diminuta para não dizer inexistente, e a pouca formação realizada foca-se sobre cursos de segurança no trabalho.

9.2.4 Dependência da economia familiar

No que respeita à dependência da economia familiar para com a actividade exercida pelas mulheres a termo incerto nas conservas, verifica-se que 69% referem que o peso do seu salário representa entre 50 a 100% do ganho total do agregado (Tabela 80). Destas, 43,7% refere que a proporção do salário é de 50% e, 16% refere que o seu ganho representa a totalidade do dinheiro que entra em casa. Ora, ao considerar-se que a grande maioria das mulheres a termo incerto laboram na linha de produção, o salário mensal base correspondente é o salário mínimo regional (cerca de € 350), acrescido de um subsídio de alimentação (cerca de € 40), eventual prémio de produtividade (€ 10) e por vezes, um montante referente a horas extraordinárias.

A dimensão média do agregado familiar é de 4 elementos, considerando a amostra global de 297 inquiridos. Refira-se que as dimensões registadas vão de 1 a 14 indivíduos. No entanto, as dimensões de 3, 4 e 5 indivíduos são as mais declaradas por respectivamente, 22, 30 e 15% dos inquiridos.

Tabela 80; Mulheres a termo incerto: Peso do salário no ganho total do agregado familiar

Mulheres com contrato a termo incerto	PESO DO SALÁRIO NO GANHO TOTAL DO AGREGADO FAMILIAR									
	10%	20%	25%	33	50%	66%	75%	90%	100%	Total
Nº pessoas	5	2	10	20	52	4	3	4	19	119
%	4	2	8	17	44	3	3	3	16	100

Nota: Os dados referentes à proporção do salário devem ser considerados com alguma reserva, pois verificou-se que as respostas dadas foram acompanhadas de grandes interrogações. Assim, como não foi possível dar acompanhamento integral no preenchimento destas respostas deve-se relativizar estes resultados o mais possível.

A actividade económica do cônjuge mais expressada da totalidade dos inquiridos é a construção civil, por cerca de 60 mulheres (Tabela 81). Adicionalmente, 16 inquiridos tinham os respectivos cônjuges nas conservas, o que aumenta a dependência económica relativamente às conserveiras.

Em termos de um rendimento complementar ganho pelos próprios inquiridos, saliente-se, que somente cerca de 24 (7%) dos inquiridos expressa possuir uma actividade alternativa complementar às conservas (Tabela 82).

Tabela 81; Actividade Económica do Cônjuge

Actividade Económica do Cônjuge	Nº de Pessoas/Resposta	
	Frequência	% Relativa
Agricultura/Produção Animal	17	5,4
Peixe Congelado/Peixe fresco	5	1,6
Conservas	16	5,1
Outra industria Alimentar	4	1,3
Restauração/Turismo	1	,3
Comércio	5	1,6
Construção Civil	58	18,4
Pesca	13	4,1
Função Pública	17	5,4
Outra	42	13,3
Sem significado	14	4,5
Não resposta	46	14,6
Não se aplica	75	23,8
Inconsistência do sistema	2	,6
Total	315	100,0

Tabela 82; Outra Actividade das pessoas nas conservas

Outra Actividade (fora das Conservas)	Nº de Pessoas/Resposta	
	Frequência	% Relativa
Sim	24	7,6
Não	247	78,4
Sem significado	2	,6
Não resposta	42	13,3
Total	315	100,0

9.3 Conclusões

A actividade das conservas é notoriamente, em termos de emprego, a principal actividade na Fileira das Pescas para além da própria Pesca. Este sector é mesmo o principal em termos de emprego feminino na Fileira. No que respeita ao emprego masculino destaca-se a actividade de comércio por grosso e retalho de pescado, o qual integra a actividade das lotas.

O emprego nas conservas é caracterizado por uma população bastante jovem de habilitações literárias mínimas, baixa qualificação profissional, sem formação profissional dirigida às tarefas de trabalho e com uma situação no trabalho precária sem vínculo contratual a efectivo. Em complemento, o ganho mensal auferido situa-se no limiar do mínimo regional embora o trabalho na linha de produção seja muitas das vezes considerado como uma tarefa bastante especial e essencial no rendimento do pescado a enlatar e logo na rentabilidade da produção, bem como na apresentação do produto final. A limpeza do peixe e respectiva colocação na lata são assim tarefas semi-qualificadas, sendo especialmente preponderantes numa indústria pouco automatizada.

O tipo de emprego caracterizado tem por outro lado implicações importantes no sector estando associado a um ajustamento das empresas a uma população de fracos recursos técnicos, o que poderá influenciar a rentabilidade desta.

No ângulo inverso, em termos de implicações para a população, não parecem existir alternativas para além do emprego propiciado por esta actividade. Para fundamentar este argumento, refere-se o elevado número de contratos a termo incerto que se repetem durante anos e abrangem grande parte das pessoas empregadas nas conservas.

As implicações são ainda mais salientes, quando se considera o nível de dependência da economia familiar para com a actividade exercida pelas mulheres a termo incerto nas conservas. De facto, 69% referem que o peso do seu salário representa entre 50 a 100% do ganho total do agregado, 43,7% refere que a proporção do salário é de 50% e, 16% refere que o seu ganho representa a totalidade do dinheiro que entra em casa.

Ora, considerando que a dimensão média do agregado familiar é de 4 elementos, relativamente a uma amostra global de 297 inquiridos e que a variação registada vai de 1 a 14 indivíduos, com os picos da distribuição situados nos 3, 4 e 5 indivíduos (correspondendo a respectivamente, 22, 30 e 15% das respostas), conclui-se que o número de pessoas dependentes da actividade será extremamente relevante.

10 Conclusões Finais

10.1 Frota, Produção e Marketing

O sector da pesca dos Açores, quer frota polivalente quer frota atuneira revela-se algo enfraquecido, enquadrando-se o respectivo futuro sob perspectivas que não auguram o melhor. As principais razões que assistem tal conclusão são as seguintes:

- De acordo com uma estrutura de custos padrão construída com base no ano de 2002, conclui-se que uma fracção considerável dos segmentos da frota em actividade plena apresenta uma rentabilidade reduzida ou mesmo negativa.
- De facto, o importante segmento de frota como é o dos atuneiros apresenta uma rentabilidade negativa, encontrando-se mesmo em situação de se tornar tentador a opção pelo apoio de cessação de actividade das embarcações.
- Por outro lado, assiste-se à existência de uma parte considerável da frota cujas características operacionais são bastante fracas, sendo composta por um segmento de embarcações inferiores a 6m e de 6 a 9m cujos resultados em termos do valor de produção, salários, actividade (dias de pesca) e produtividade são bastante reduzidos.
- Adicionalmente, assiste-se nalguns casos, a que uma fracção considerável dos custos variáveis (operacionais) das embarcações é minimizada ao serem deduzidos da receita bruta e na prática, descontados do potencial salário da tripulação, aumentando assim o rendimento do armador.
- A frota activa é caracterizada por volumes de venda por embarcação relativamente reduzidos, ou seja, a grande maioria das embarcações (70% da frota) encontra-se escalonada abaixo do limite dos € 25.000, verificando-se que 20,6% (129 embarcações) tem mesmo volumes de vendas inferiores a € 2.500. Das últimas, 94 embarcações (15% do total da frota) são caracterizadas por serem de convés aberto com comprimento inferior a 6m e 33 embarcações dos 6 aos 9m.
- Todos os segmentos apresentam uma variação bastante alargada de rendimentos, bem como um largo espectro de níveis de actividade das embarcações. A existência de uma proporção considerável da frota possuindo níveis de inactividade bastante elevados é um facto incontornável, abrangendo os vários segmentos e ilhas. Estes, contudo, verificam-se sobretudo no segmento das embarcações de convés aberto de menores dimensões.
- Na frota de convés fechado verifica-se que existe um sub-rendimento notório das embarcações de maior comprimento. Do total das 7 embarcações com comprimento superior a 24m, apenas 2 têm volumes de vendas superiores a € 500.000, quedando-se 5 abaixo dos € 250.000. Das últimas, uma ficou mesmo no escalão de volume de vendas entre os € 50.000 e 75.000. Das 3 embarcações pertencentes ao segmento 16 a 24m, apenas 1 registou valores de vendas entre € 150.000 a 250.000, tendo as outras registado valores respectivamente entre os € 50.000 a € 75.000 e € 10.000 a 15.000.

- No segmento dos atuneiros o máximo de vendas atingido em 2001 situa-se entre os € 100.000 a 150.000 com 3 embarcações de um total de 20, o que salienta bem a baixa actividade/rendimento deste sector. No escalão de vendas imediatamente abaixo (€75.000 a 100.000) encontram-se 5 atuneiros.
- Considerando a tAB e potência, cerca de um terço da frota polivalente em 2001 tem mesmo um nível de actividade reduzido (actividade inferior a 40%), respectivamente, 1260 tAB e 6061 kW, enquanto que aproximadamente um quarto possui um nível intermédio de actividade (actividade entre 40% e 80%), 1008 de tAB e 5568 kW.
- A frota total polivalente activa em 2001 era constituída por 625 embarcações, correspondendo a 3824 de tAB e 21120 kW. Da frota activa, apenas um terço revelou um nível de actividade pleno. Este grupo contudo representava cerca de 40% em tAB e 45% em potência. Por outro lado, existe também um número considerável de embarcações de convés fechado que revelou níveis de actividade muito baixos. No nível reduzido estão mesmo 15 embarcações deste tipo (22%) correspondendo a 35% do tAB e 30% da potência.

Em contraste com o anterior apresentam-se algumas variantes do segmento das embarcações polivalentes, que apresentam resultados bem mais positivos para o futuro do sector, considerando a seguinte conjugação de rendimentos: lucro líquido por unidade capturada (€/tonelada), lucro total anual, remuneração média anual por tripulante. Assim, conclui-se que as variantes mais significativas apresentando melhores rendimentos são os:

- Grande palangreiros
- Médio palangreiros
- Cabinados de linha de mão, principalmente se actuando com 90 dias de mar
- Frotas das ilhas de Flores e Graciosa.

Em termos mais genéricos, o anterior não invalida mesmo, a existência de uma frota que apresenta uma operacionalidade com excepções quer em termos de casos pontuais de rentabilidade superior quer em termos de níveis de actividade plena. Destas, salientam-se as embarcações de médio porte das ilhas Terceira e Faial que apresentam em geral, índices elevados de aderência a uma pratica de plena actividade. As embarcações de convés fechado com uma actividade plena correspondiam em 2001 a 47% do tAB, 56% da potência e 62% do número total destas.

A frota com nível de actividade pleno (209 embarcações, 1557 tAB e 9491 kW) foi responsável por 67% do valor desembarcado em 2001 com cerca de € 13,6 milhões, enquanto que a frota com nível de actividade intermédio foi responsável por 18% e a frota com nível reduzido representou apenas 10%.

Independentemente da consideração de um sector enfraquecido, a actividade da pesca representou em 2001, estima-se cerca de € 12,3 milhões para o total do valor acrescentado (salários e lucro, sendo o IVA não aplicável). O valor calculado resultou da aplicação dos modelos de custos padrão desenvolvidos para a frota, conjugado com os níveis de actividade identificados por embarcação.

O sector, por outro lado, apresenta uma importante característica, em termos da conservação dos recursos que consiste na especialização evidente nas artes de anzol (linha de mão e palangre de fundo). Adicionalmente, no que respeita à sustentabilidade dos recursos, a

conjugação de artes de pesca principais direccionada a diferentes recursos parece constituir uma forma evidente de rentabilização destes, da actividade e dos meios disponíveis, que embora já seja aplicável a uma pequena fracção da frota, parece ser uma formula interessante a incentivar e controlar.

Aliando este aspecto de conservação e sustentabilidade dos recursos com o dos rendimentos obtidos pelas embarcações (lucro líquido total, lucro em €/t e remunerações), bem como aspectos operacionais destas, como sejam, a autonomia, condições de segurança, habitabilidade, acondicionamento do pescado, a variante das Embarcações Cabinadas actuando com linha de mão surge aparentemente como uma escolha acertada para desenvolver a actividade piscatória. Adicionalmente, o valor que estas embarcações incorporam sempre constituem um valor interessante quando de uma eventual cessação de actividade.

Por outro lado, as artes predominantes de anzol, conjugadas com especificações adequadas para uma utilização apropriada em relação às áreas de pesca e respectivo esforço, são fundamentais para a conservação dos recursos, indo ao encontro do código de conduta para uma pesca responsável. Estas marcas, se devidamente exploradas podem constituir uma mais valia importante para fins de marketing dos recursos demersais dos Açores nos mercados internacionais.

O anterior é reforçado na sua importância ao se atender, que uma importante fracção do pescado fresco é escoada para fora dos Açores, o que motiva uma importante valorização deste. Todavia, verifica-se que a transacção do pescado acontece principalmente em mercados de segunda venda em Espanha e Portugal Continental. Esta situação implica que uma parte do valor acrescentado do produto não fica na região, ficando com o intermediário do Continente ou de Espanha que irá transaccionar o pescado no mercado de segunda venda. Este cenário exige uma abordagem que configure uma melhor eficácia das vendas, aumentando o valor acrescentado do pescado na região e direccionado para os Marítimos. Como recomendação, indica-se o incentivo/apoio de uma estrutura do tipo cooperativa ou organização de produtores localizada em Vigo e/ou outros mercados relevantes para tratar directamente das vendas nos mercados de segunda venda.

10.2 Recursos humanos na pesca

No que respeita aos recursos humanos na pesca em 2001, o número estimado de indivíduos a tempo completo (823) e part-time (3465) parece ser sintomático da quantidade considerável de embarcações com níveis elevados de inactividade. Por outro lado, esta situação configura uma acentuada facilidade de mobilidade de pessoas entre a actividade da pesca e as actividades em terra fora do sector e mesmo, da flutuação de tripulantes entre embarcações diversas.

O elevado número de pessoas com apetência para uma actividade temporal na pesca parece até mesmo justificar os elevados níveis de inactividade da frota, do que propriamente constituir uma consequência desta. Neste contexto, as implicações podem ser importantes penalizando a actividade de alguns armadores pela falta de tripulação, embora o número total de matriculados possa levar a induzir o contrário.

Em complemento existe uma população bastante jovem na pesca, particularmente em S. Miguel, Rabo de Peixe, o que é indicativo da importância que esta actividade representa como alternativa de emprego para os jovens de algumas localidades.

10.3 Dependência da Fileira das pescas

A região dos Açores configura-se como uma região marginalmente dependente da pesca, bem como de toda a fileira, apresentando rácios de emprego de 1,7% e 2,9%, respectivamente. De forma semelhante, o rácio da mais valia evidencia também um nível de dependência marginal, 1,3% para a pesca e 2,2% para toda a fileira.

No cálculo do rácio de emprego para a pesca, o total de indivíduos a um equivalente tempo completo foi de 1696 em 2001, sendo importante sublinhar que os rácios estimados aproximam-se mais dos valores reais comparativamente com os valores dos estudos anteriores, em resultado das diferenças metodológicas introduzidas neste estudo.

Ao nível de concelho os rácios mais elevados registam-se na Madalena e Ribeira Grande, com rácios de emprego e mais valia respectivamente de, 13% e 10,6%; e 6,3% e 4,9%. Em ambos os casos, o peso da actividade das conservas é significativo, apresentando no concelho da Madalena rácios de emprego e mais valia respectivamente de 7,5% e 6,7%.

A actividade das conservas é notoriamente, em termos de emprego, a principal actividade na Fileira das Pescas para além da própria Pesca. Este sector é mesmo o principal em termos de emprego feminino na Fileira. No que respeita ao emprego masculino destaca-se a actividade de comércio por grosso e retalho de pescado, o qual integra a actividade das lotas.

10.4 Indústria das Conservas

O sector das conservas com 698 postos de trabalho em 1999 (90% do sector de processamento do pescado) encontra-se praticamente na totalidade dependente das importações de tunídeos. O sector por conseguinte reflecte na actualidade um completo ajustamento estrutural desta indústria no que toca à obtenção de matéria-prima.

Por outro lado, a indústria regista ao longo dos anos uma contínua dependência dos mercados de exportação Italiano e Nacional, particularmente o Continente, o que deixa o sector bastante limitado e profundamente dependente da conjuntura de ambos os mercados. Adicionalmente, revela uma característica de profunda limitação ao estar basicamente dependente, de um só mercado de exportação. A diversificação dos mercados de exportação parece assim, ser um ponto fulcral para dinamizar.

O emprego nas conservas é caracterizado por uma população bastante jovem, com cerca de 75% de mulheres, cujos agregados familiares apresentam uma dimensão média de 4 elementos (relativamente a uma amostra global de 297 inquiridos cuja variação registada vai de 1 a 14 indivíduos, com os picos da distribuição situados nos 3, 4 e 5 indivíduos - correspondendo a respectivamente, 22, 30 e 15% das respostas).

Adicionalmente, estas pessoas caracterizam-se por possuírem habilitações literárias mínimas, baixa qualificação profissional, sem formação profissional dirigida às tarefas de trabalho e

com uma situação no trabalho precária sem vínculo contratual a efectivo. Em complemento, o ganho mensal auferido situa-se no limiar do mínimo regional embora o trabalho na linha de produção seja muitas das vezes considerado como uma tarefa essencial no rendimento do pescado a enlatar e logo na rentabilidade da produção e apresentação do produto final.

A limpeza do peixe e respectiva colocação na lata, sendo tarefas preponderantes numa indústria pouco automatizada como é o caso, são entregues a operárias semi-qualificadas, sem particular incidência e estratégia de formação profissional.

O tipo de emprego caracterizado, tem por outro lado implicações importantes no sector estando associado a um ajustamento das empresas a uma população de fracos recursos técnicos, o que poderá influenciar a rentabilidade desta. Pelo lado da população empregada nas conservas, não parecem existir alternativas para além do emprego propiciado por esta actividade, dado o número elevado de contratos a termo incerto que se repetem durante anos e abrangem grande parte das pessoas. Em complemento, muitas das famílias nesta situação, estão apenas dependentes do ganho nesta actividade (69% da amostra refere que o peso do seu salário representa entre 50 a 100% do ganho total do agregado).